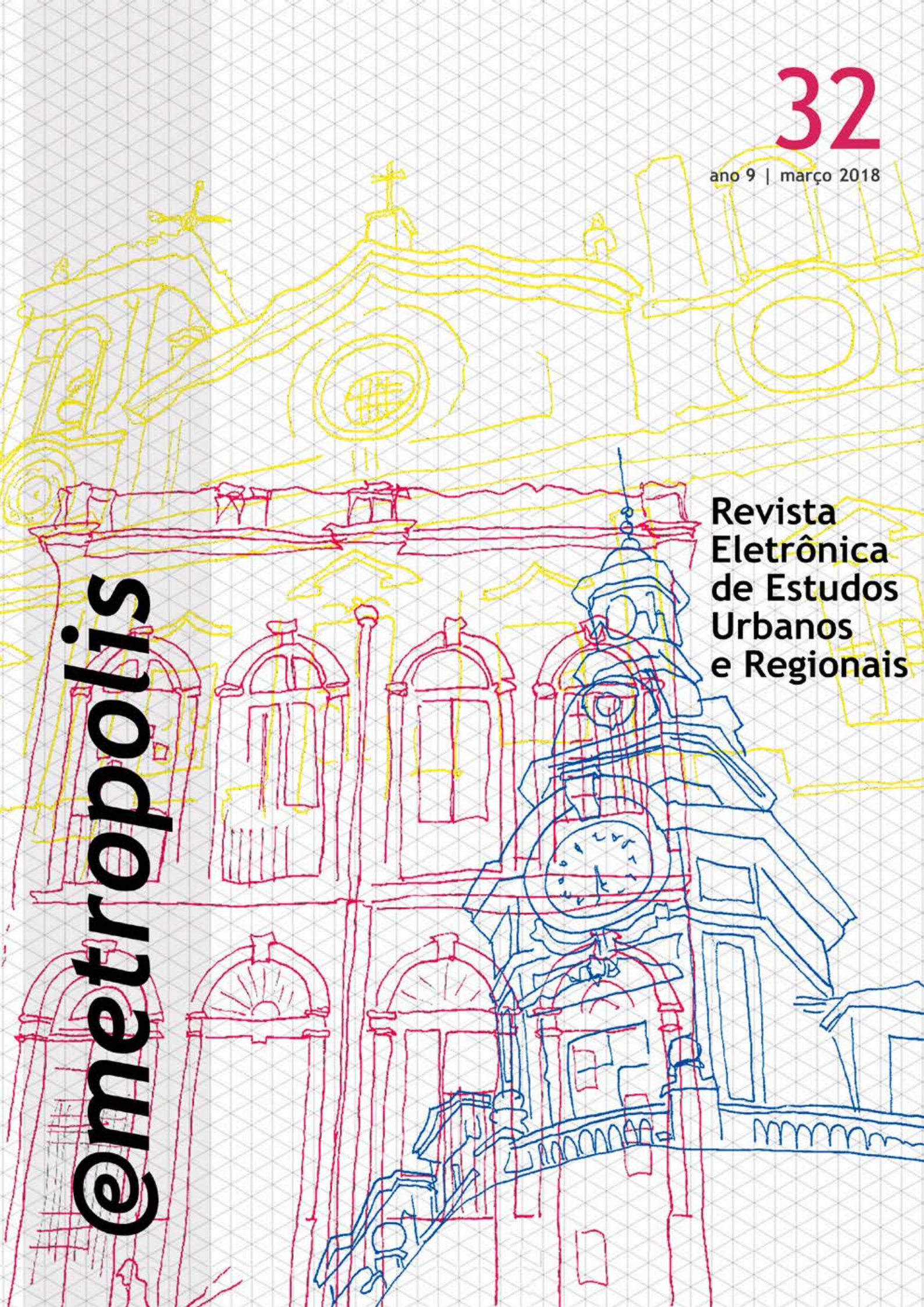


32

ano 9 | março 2018

Revista
Eletrônica
de Estudos
Urbanos
e Regionais

@metropolis



revista eletrônica *e-metropolis*

Vinculada à rede interinstitucional do Observatório das Metrópoles (UFRJ), a revista eletrônica de estudos urbanos e regionais *e-metropolis* é editada por uma equipe de professores e pesquisadores e tem por objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos filiados ao planejamento urbano e regional e áreas afins. A *e-metropolis* busca, portanto, se constituir como um meio ágil de acesso democrático ao conhecimento, que parte do ambiente acadêmico e almeja ir além deste, dirigindo-se a todas as pessoas que se interessam pela dinâmica da vida urbana contemporânea em seu caráter multidisciplinar.

Publicadas trimestralmente, as edições da *e-metropolis* mantêm, em geral, uma estrutura que se compõe em duas partes. Na primeira parte da revista encontram-se os artigos estrito senso, que iniciam com um artigo de capa, no qual um especialista convidado aborda um tema relativo ao planejamento urbano e regional e suas interfaces, seguido dos artigos submetidos ao corpo editorial da revista e aprovados por pareceristas, conforme o formato *blind-review*. A segunda parte é composta por uma entrevista, por resenhas de obras recém-lançadas (livros e filmes), pela seção especial - que traz a ideia de um texto mais livre e ensaístico sobre temas que tangenciem as questões urbanas - e, finalmente, pelo ensaio fotográfico, que faz pensar sobre as questões do presente da cidade por meio de imagens fotográficas.

Para submissão de trabalhos, o corpo editorial recebe artigos, ensaios fotográficos, resenhas e textos para a seção especial em fluxo contínuo, assim como sugestões e críticas. Para mais informações, sugerimos consultar o site da revista: www.emetropolis.net.

Observatório das Metrópoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:
emetropolis@observatoriodasmetropoles.net

Website:
www.emetropolis.net

editor-chefe

Prof^o Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

coordenadores editoriais

Fernando Pinho

Juciano Martins Rodrigues

editores

Fernanda Pernasetti

Heitor Vianna Moura

Patrícia Ramos Novaes

Pedro Paulo Machado Bastos

Priscilla Rodrigues Fonseca

Renata Brauner Ferreira

Renata Cristina Antão

Samuel Thomas Jaenisch

Tarcyla Fidalgo Ribeiro

Thaís Velasco

conselho editorial

Prof^a Dr^a. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)

Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)

Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)

Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)

Prof^a Dr^a. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)

Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)

Prof Dr. João Seixas (ICS)

Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)

Prof^a Dr^a. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)

Prof^a Dr^a. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)

Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)

Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)

Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)

Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)

Prof^a Dr^a. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)

Prof^a Dr^a. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)

Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)

Prof^a Dr^a. Rosa Moura (IPARDES)

Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)

Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)

Prof^a Dr^a. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFGA)

Prof^a Dr^a Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Suzana Pasternak (FAU/USP)

Editorial

nº 32 ▪ ano 9 | março de 2018

Éis a 32ª edição de *e-metropolis*, a primeira de 2018! Mais uma vez, saudamos o novo ano e, em tempos sombrios, reforçamos o desejo por cidades socialmente mais justas e democráticas.

O destaque deste número é conferido ao texto “Turismo, patrimônio e espaço geográfico: teoria e prática de uma ação interdisciplinar”, escrito pela professora Maria Goretti Tavares, da UFPA. A partir de sua experiência à frente do projeto de extensão universitária *Roteiros geoturísticos: conhecendo o patrimônio cultural do centro histórico de Belém*, a geógrafa traz algumas reflexões sobre patrimônio, turismo, políticas públicas e o papel da universidade diante dos desafios atuais.

Continuando a apresentação de artigos, temos o texto “A autogestão na era das políticas neoliberais - a experiência com o programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades”, no qual Catharina Teixeira faz uma revisão de literatura sobre o histórico do programa durante as fases 1 e 2 (janeiro de 2014), época em que se concentrou o ápice da sua produção habitacional. Com enfoque em São Paulo, a pesquisadora destaca a relação do esquema tripartite entre Estado, movimento popular/associações e assistência técnica, para avaliar a autogestão com a empreitada global, destacando as “incongruências operacionais” resultantes da forma como o programa foi equacionado. Mais adiante, em “Super-heróis e anonimato nas grandes cidades: o *blasé*, o homem da multidão e a dupla identidade nas histórias em quadrinhos”, Marina Vieira retoma com desenvoltura as discussões da modernidade sobre o individualismo, o anonimato e a multidão nas metrópoles a partir de uma importante referên-

cia teórica-conceitual: aquela edificada por Georg Simmel. No artigo “Cidades afetivas: uma via ecológica para o bem viver”, Vivian César, Sydney Cincotto Júnior e Valmir Martins de Oliveira tratam do desafio de identificação de outras vias de sociabilidade em um contexto de saturação social, no qual as promessas de melhoria da vida humana via desenvolvimento tecnológico caem em descrédito.

O ensaio fotográfico desta edição é de autoria de Lucca Mazzacappa e tematiza o sujeito neoliberal como um o indivíduo-produto dessa “nova razão de mundo” como, por vezes, é tratado o neoliberalismo. Ao longo de dez imagens bastante instigantes, o ensaio retrata diversos personagens anônimos absorvidos por essa lógica político-econômica que rege a vida cotidiana contemporânea.

Na seção de entrevistas, Jilly Tragounou, pesquisadora na Parsons School of Design (Nova Iorque), fala sobre sua investigação a respeito do papel do urbanismo, da arquitetura e do design na construção da operação olímpica, especialmente acerca do que ela pôde constatar no Brasil. Em entrevista concedida a João Carlos Monteiro, a pesquisadora traça um paralelo entre as experiências olímpicas na Grécia e no Brasil, com destaque para as contestações populares.

Duas resenhas compõem esta edição: uma bibliográfica e outra cinematográfica, e que apontam para a multiplicidade urbana que interessa à *e-metropolis*. Ao revisitar o livro *Quando a rua vira casa* (originalmente publicado em 1989 e hoje em sua 4ª edição), a resenha produzida por Priscilla Xavier procura destacar as qualidades que fazem do trabalho um clássico das ciências sociais. A obra é resultado do

relatório final de pesquisa desenvolvido por Arno Vogel, Marco Antonio da Silva Melo e Orlando Mollica, que acompanharam a proposta de intervenção urbanística de inspiração moderna no bairro do Catumbi e a vigência dos princípios racional e progressista no condomínio Selva de Pedra, escolhido como caso de controle. A 2ª resenha versa sobre o filme *Corpo elétrico*, para o qual Eduardo Miranda Silva lança um olhar não centrado somente na problemática *queer*, mas também nas relações de classe que atravessam a trama. Em diálogo com as transformações na produção cinematográfica brasileira nas três últimas décadas, o autor discorre sobre o encontro entre a micropolítica dos corpos (corpos gays, trans e negros) e a macropolítica do trabalho, que se revela na obra dirigida pelo cineasta mineiro Marcelo Caetano.

Na seção especial, o debate agora em torno das relações entre arte urbana e cidade, mais especificamente sobre a obra Para escutar a cidade, realizada por Giovana Zimmermann em 2017 e instalada no espaço público de um bairro de Florianópolis. Em um registro feito pela própria artista, tomamos conhecimento sobre a concepção e as motivações que resultaram na escultura. É nela, nessa obra de arte urbana, que se faz um apelo à necessidade de se escutar o urbano em sua heterogeneidade, interditando o egoísmo e a intolerância, e promovendo a sociabilidade.

Iniciar a aventura editorial de 2018 também significa agradecer. Queremos, mais uma vez, agradecer aos pareceristas e colaboradores por todo o empenho em 2017. Especialmente, por fim, queremos agradecer a Ana Carolina Christóvão, Carolina Zuccarelli e Eliana Kuster, que deixam o corpo editorial da *e-metropolis*. Desejamos boa sorte e muito sucesso a elas! Muito obrigado e boa leitura! ■

Índice

nº 32 ▪ ano 9 | março de 2018

Capa

- 06** Turismo, patrimônio e espaço geográfico: teoria e prática de uma ação interdisciplinar
Tourism, heritage and geographical space: theory and practice of an interdisciplinary action
Por Maria Goretti da Costa Tavares

Artigos

- 19** A autogestão na era das políticas neoliberais: experiência com o programa Minha Casa Minha Vida - Entidades
Self-management in the era of neoliberal policies: the experience of the Minha Casa Minha Vida Entidades program
Por Catharina Christina Teixeira
- 29** Super-heróis e anonimato nas grandes cidades: o blasé, o homem da multidão e a dupla identidade nas histórias em quadrinhos
Super heroes and anonymity in great cities: the blasé, the man of the crowd and double identity in comic books
Por Marina Cavalcante Vieira

- 40** Cidades afetivas: uma via ecológica para o bem-viver
Affective cities: an ecological route to good life
Por Vivian Aparecida Blaso Souza Soares César, Sydney Cincotto Junior e Valmir Martins de Oliveira

Ensaio

- 49** Sujeito neoliberal
Neoliberal subject
Por Lucca Gonzales Mezzacappa

Entrevista

- 54** Experiências olímpicas: representações, dissensos e legados
Olympic experiences: representations, dissents and legacies
Com Jilly Traganou
Por João Carlos Monteiro

Resenhas

- 62** Quando um livro vira um clássico
When a book becomes a classic
Por Priscilla Oliveira Xavier
- 65** A eletricidade dos corpos contra a eletricidade do capitalismo
The electricity of bodies against the electricity of capitalism
Por Eduardo Miranda Silva

Especial

- 69** Para escutar a cidade
To listen to the city
Por Giovana Zimmermann

ficha técnica

Projeto gráfico e diagramação
Paula Sobrino
paulasobrino@gmail.com

Revisão
Aline Castilho
alinecastilho1@hotmail.com

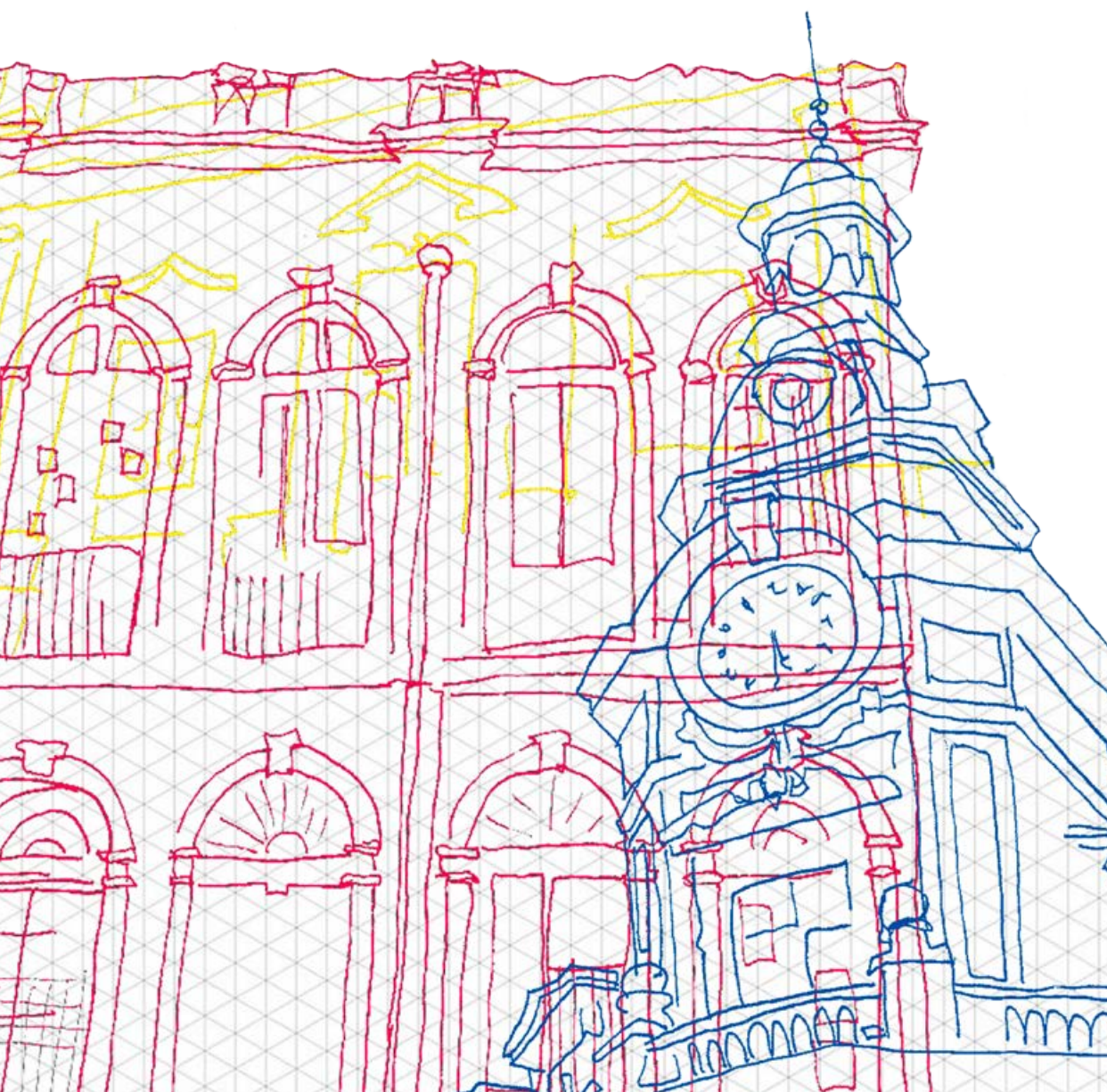
A ilustração de capa foi feita por
Ana Paula Maich

capa

Turismo, patrimônio e espaço geográfico

teoria e prática de uma ação interdisciplinar

Maria Goretti
da Costa Tavares



**Maria Goretti
da Costa Tavares**

é doutora em geografia pela UFRJ. Professora Associada da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. Coordenadora do Grupo de Geografia do Turismo - Turismo e Desenvolvimento Sócio-espacial na Amazônia.

mariagg29@gmail.com

No período de 31 de maio a 2 de junho de 2016, foi realizado, na Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ), o Seminário internacional “Turismo, natureza e cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas”.¹ Esse evento foi o resultado de uma parceria estabelecida entre o Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED), o Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PEP), os três da UFRJ, a Universidade de Paris 1 e a Fundação Casa de Rui Barbosa. Com participação de pesquisadores nacionais e internacionais, o seminário teve como objetivo o debate, o compartilhamento de experiências e a promoção de um diálogo entre a academia e outros setores sociais que atuam nessa temática. Para isso, a organização do evento sugeriu aos participantes das mesas-redondas que orientassem suas falas por três questões básicas:

- Quais os obstáculos para o diálogo sistemático entre a academia e a gestão pública na interface entre turismo, natureza e cultura?
- Quais os caminhos para a construção conjunta de conhecimento nessa temática?
- Quais experiências em curso, em termos de parcerias e ações inovadoras, podem servir de inspiração para projetos comuns no futuro?

Na mesa-redonda em que participei, intitulada “Pesquisa interdisciplinar e políticas públicas no Brasil: caminhos criativos, parcerias e ações inovadoras em curso”, procurei responder às questões mencionadas a partir de minha experiência na condução do projeto de extensão “Roteiros geoturísticos: conhecendo o patrimônio cultural do centro histórico de Belém”,² financiado pela Universidade Federal do Pará. Neste texto para a revista e-metropolis, optei por iniciar com a apresentação de meu projeto de extensão universitária, de modo que, já em resposta à terceira questão proposta pela organização do seminário e a partir dela, possam ser respondidas as duas primeiras questões orientadoras.

1 Este texto retoma, em linhas gerais, a minha participação na mesa-redonda “Pesquisa interdisciplinar e políticas públicas no Brasil: caminhos criativos, parcerias e ações inovadoras em curso”, que integrou o Seminário internacional “Turismo, natureza e cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas”, realizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ), no período de 31 de maio a 2 de junho de 2016 e a minha palestra “O projeto roteiros geoturísticos e a educação patrimonial na cidade de Belém”, realizada na Universidade de Brasília em junho de 2016.

2 É possível acompanhar a experiência dos roteiros geoturísticos acessando o canal do projeto no Youtube: <https://www.youtube.com/channel/UCxFKirHGDdA0sXGUJqfVC0Q>.

OS ROTEIROS GEOTURÍSTICOS NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM

Como proposta de extensão universitária, os roteiros geoturísticos têm origem nos trabalhos do GGEO-TUR (Grupo de Geografia do Turismo - Turismo e Desenvolvimento Socioespacial na Amazônia, cadastrado no CNPq desde 2002), abrigado na Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará. Um dos problemas identificados pelo grupo foi justamente a inexistência de ações voltadas para o turismo em Belém que valorizassem seu potencial histórico, cultural, patrimonial e, por conseguinte, sua memória socioespacial. Daí a importância do projeto, qual seja a de possibilitar a formação de novos agentes sociais que possam conceber e implementar modelos alternativos de turismo, em especial o que tomamos como referência que é o turismo de base comunitária.

Nesse sentido, por meio do projeto de extensão, há uma dupla expectativa de transformação social. A primeira diz respeito à própria formação dos alunos envolvidos no projeto, já que esse viabiliza o ensino de conceitos e categorias do universo geográfico in loco, ampliando, dessa maneira, as reais condições de um profissional desenvolver trabalhos na área do ensino, da pesquisa e da própria extensão. Em segundo lugar, o que se torna mais importante nesse trabalho, o projeto de extensão tem a intenção clara de romper com os atuais paradigmas do mercado do turismo, que é aquele ligado à reprodução de uma massa consumidora que coloca em prática o consumo pelo consumo do espaço, ou, como diria Rodrigues (1999), um consumo consumptivo, que é aquele que esgota em si mesmo. O projeto, então, pressupõe a importância de que “pessoas comuns”, ligadas a real reprodução do espaço urbano nos bairros selecionados, possam construir “bases alternativas”, justificando uma autonomia coletiva. Com o passar do tempo, esperamos que essas pessoas possam concentrar esforços para produzir roteiros com base na história da formação de seus bairros, contada a partir de suas próprias vivências e necessidades.

Iniciada em janeiro de 2011, a proposta dos roteiros geoturísticos no centro histórico de Belém partiu da perspectiva de tecer relações entre as análises geográficas sobre o espaço e as práticas turísticas. Desse modo, procuramos evidenciar o mosaico de agentes e de modos de vida que produzem o centro histórico da cidade, promovendo uma perspectiva pedagógica do turismo e um real encontro do turista com a vida do lugar que é visitado.

Como em um roteiro turístico convencional, percorremos uma parte do centro histórico da cidade



Figura 1:
Vista aérea do
centro histórico
de Belém.

de de Belém através de pontos preestabelecidos, com os participantes do projeto atuando como monitores, dialogando com o público, no intuito de chamar atenção para as múltiplas faces do bairro – desde os pontos turísticos até as áreas mais degradadas. Acreditamos ser essa principal atividade o diferencial dos roteiros geoturísticos em relação ao roteiro turístico convencional, tendo em vista que é apresentada aos participantes a complexidade do espaço, podendo ser essa uma maneira de despertar nos cidadãos e no poder público a importância e a necessidade de ocorrerem modificações em algumas áreas.

Em termos teórico-metodológicos de elaboração de execução dos roteiros geoturísticos, a equipe do projeto é pautada por princípios participativos e dialogais, tendo como referencial o turismo inclusivo e sustentável, com características de turismo alternativo, conforme propõe Paes (2009), com ações distribuídas no levantamento e sistematização de dados, preparação e implementação das oficinas, palestras e os roteiros propriamente ditos. Especificamente, o seguinte percurso metodológico, composto por dez fases básicas, é utilizado para cada roteiro implantado:

1. Definição do tema e itinerário e pontos de paradas do roteiro;
2. Levantamento bibliográfico, iconográfico e documental sobre a temática do roteiro e

pontos selecionados;

3. Trabalho de campo para reconhecimento do trajeto do roteiro e contato com as associações presentes na área-objeto do roteiro;
4. Elaboração de texto-guia do roteiro, com base na sistematização de todos os dados levantados pela equipe;
5. Levantamento fotográfico da área-objeto do roteiro.
6. Reuniões semanais de avaliação para aperfeiçoamento da forma e conteúdo do roteiro.
7. Articulação com órgãos governamentais para apoio e de divulgação do roteiro (a saber, Secretaria de Estado do Turismo do Pará – Setur, Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém – Belemtur, Associação Cidade Velha-Cidade Viva – Civiva, Secretaria de Estado de Cultura do Pará – Secult e Iphan);
8. Envolvimento das associações de moradores ou trabalhadores da área-objeto do roteiro;
9. Roteiros-teste com os monitores do projeto;
10. Divulgação nas redes sociais e implementação do roteiro.

Dessa forma, desde o início do projeto, em 2011, implantamos nove roteiros geoturísticos do centro histórico de Belém (Figura 2):

1. “Pelo bairro da Cidade Velha” (janeiro de 2011);

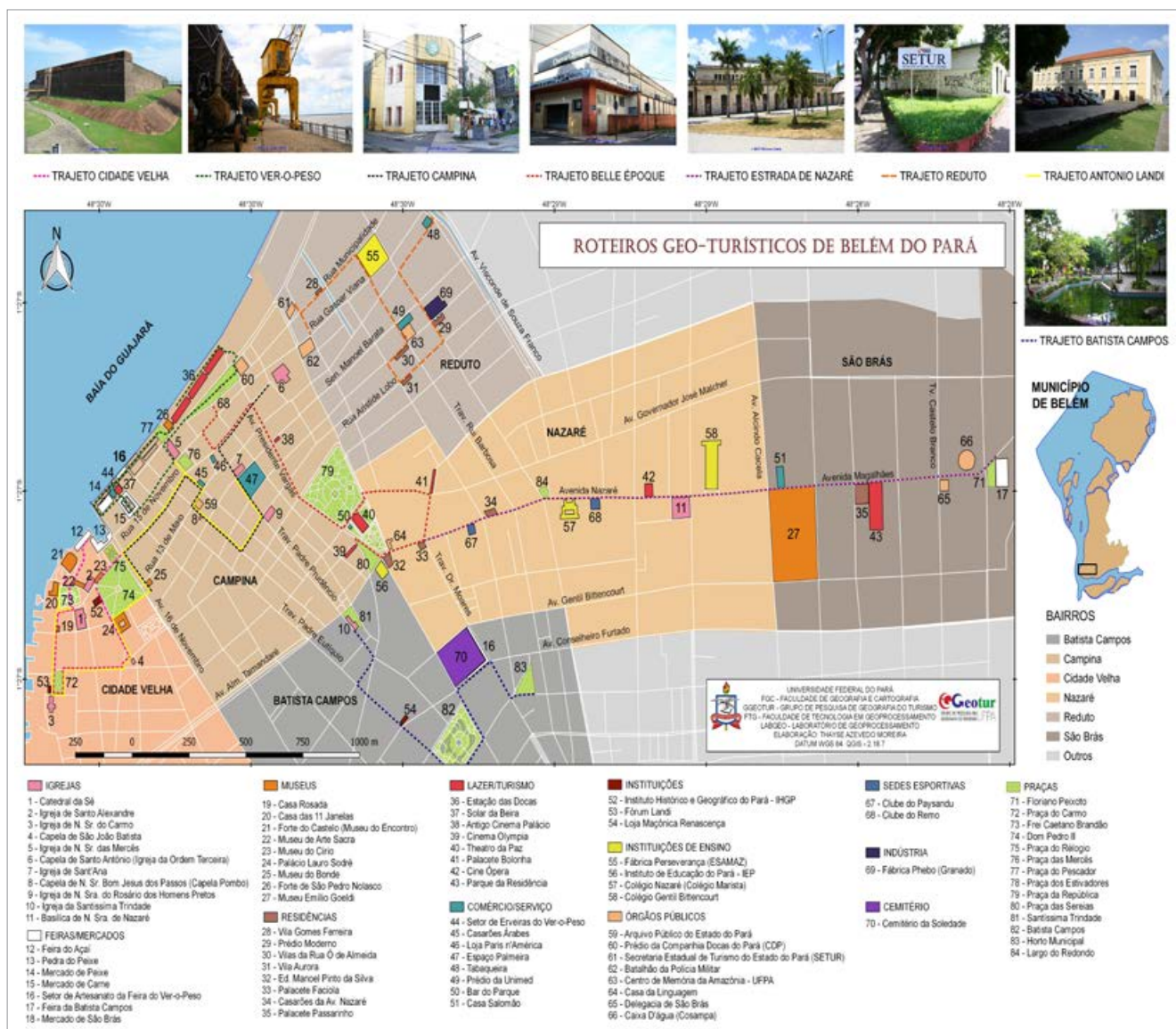


Figura 2: Pontos de partida e percurso dos oito roteiros iniciais

2. “Do Complexo do Ver-o-Peso ao Porto: percorrendo e revelando paisagens no centro histórico de Belém” (outubro de 2011);
3. “Percorrendo e revelando paisagens da belle époque” (abril de 2012);
4. “Percorrendo e revelando paisagens pelo interior do bairro da Campina” (novembro de 2012);
5. “Percorrendo e revelando paisagens pelo interior do Reduto: o bairro industrial da Belém da borracha” (setembro de 2013);
6. “Pela estrada de Nazaré” (setembro de 2014);
7. “O arquiteto Antônio Landi e a Belém do século XVIII” (setembro de 2015);
8. “O Bairro de Batista Campos e suas transformações socioespaciais” (setembro de 2016);
9. “O bairro do Umarizal e suas transformações socioespaciais”.(dezembro de 2018).

ROTEIRO 1: PELO BAIRRO DA CIDADE VELHA

O primeiro roteiro geoturístico, intitulado Pelo bairro da Cidade Velha, foi criado no bairro da Cidade Velha por ser esse o mais antigo da cidade de Belém e por ter sido uma das portas de ocupação da região Amazônica pelos europeus, processo que data do século XVII. O roteiro se estende pelas primeiras ruas da cidade, tais como a Ladeira do Castelo, Siqueira Mendes, Joaquim Távora e Tomázia Perdigão.

O bairro da Cidade Velha possui rugosidades espaciais (Santos, 2008) que podem ser compreendidas como formas espaciais que foram resultantes de um determinado processo de ocupação. No caso da Amazônia, esse período se referiu principalmente ao momento da instalação dos fortes militares pelos colonizadores portugueses, pelas missões religiosas,

pelos movimentos de revolta, como a Cabanagem, e pela economia da borraça.

A cidade de Belém do Pará completou, em 12 de janeiro de 2016, quatrocentos anos de fundação. Até os dias recentes, a formação de seu patrimônio se revelou como síntese da história e geografia do lugar, mostrando diversas formas de apropriação do espaço. Com vistas a explorar as informações históricas por meio dos acontecimentos e edificações ao longo do tempo, houve uma oportunidade para que o Grupo de Estudos em Geografia do Turismo³ (GGEOTUR) lançasse em 12 de janeiro de 2011 o projeto “Roteiros Geo-turísticos: conhecendo o patrimônio cultural em Belém do Pará”. A intenção era dotar a sociedade belenense e demais interessados do conhecimento patrimonial dessa cidade, pouco revelado em ações públicas dos governos do estado e do município de Belém.

ROTEIRO 2: DO COMPLEXO DO VER-O-PESO AO PORTO

O segundo roteiro foi implantado em outubro de 2011 com o objetivo de tratar do patrimônio material e imaterial do complexo do Ver-o-Peso (incluindo Feira, Mercado de Peixe, Mercado de Carne, Praça do Relógio e casario do entorno) e o Porto de Belém (na parte que foi requalificada, onde fica a Estação das Docas). Este roteiro foi construído e implantado em parceria com ações do Iphan-Pará para o Ver-o-Peso.

O Complexo do Ver-o-Peso é constituído de um importante patrimônio edificado, datado dos séculos XVII, XVIII e XIX, sintetizando a conformação arquitetônica da cidade em vários estágios e estilos: edificação militar, barroco, jesuítico, arquitetura civil colonial e pós-colonial, estilo neoclássico, estilo eclético e arquitetura industrial.

³ Grupo vinculado à Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará.



Figura 3: Material de divulgação do roteiro realizado em comemoração aos quatrocentos anos de fundação da cidade de Belém (janeiro de 2016)



Figura 4: Percurso do roteiro da Cidade Velha

Atualmente, a feira livre do Ver-o-Peso está dividida espacialmente nos seguintes setores: 1) Feira do Açaí, 2) Doca do Ver-o-Peso, 3) Mercado de Peixe,



Figuras 5 e 6: Folder do roteiro da Cidade Velha (frente e verso)

4) Mercado de Carne (Mercado Municipal Francisco Bolonha), 5) hortifruticultura, 6) ervas, 7) camarão seco, 8) produtos de armazém, 9) produtos típicos (maniva, macaxeira, jambu, tucupí, pimentas), 10) produtos industrializados, 11) artesanato, 12) polpas de fruta, 13) restaurantes e 14) lojas da Av. Castilhos França.

ROTEIRO 3: PERCORRENDO E REVELANDO PAISAGENS DA BELLE ÉPOQUE

O terceiro roteiro implantando em abril de 2012, nos cem anos do Cinema Olympia (cinema mais antigo do Brasil em funcionamento) tem por objetivo percorrer formas espaciais herdadas e desaparecidas do período da belle époque, referente ao final do século XIX e início do século XX, em que a cidade sofreu uma reforma urbana, com a expansão

do espaço urbano e a implantação de bondes, alargamentos de ruas, arborização da cidade com mangueiras, implantação de praças. O modelo era Paris: Belém como a “Petit Paris” dos trópicos. Por outro lado, esse período representou também uma maior segregação socioespacial na cidade, com a expulsão da população de mais baixa renda para as áreas alagadas e igarapés que cortavam toda a cidade.

ROTEIRO 4: PERCORRENDO E REVELANDO PAISAGENS PELO INTERIOR DO BAIRRO DA CAMPINA

O quarto roteiro implantado foi o do bairro da Campina (mais conhecido como bairro do Comércio) e tem por objetivo percorrer formas espaciais herdadas e desaparecidas do período referente aos séculos XVII e XVIII, quando surge a ocupação do bairro, área comercial e de serviços antiga de

Belém. Esse bairro também vai sofrer uma grande reforma urbana, com a expansão do espaço urbano no período da belle époque.

Figura 7: O Complexo do Ver-o-Peso



Fotografia: Goretti Tavares (fevereiro, 2011)

Figura 8:
Material de
divulgação do
roteiro realizado
em comemoração
aos 389 anos
do Mercado do
Ver-o-Peso (2015)



Figura 9:
Participantes do
roteiro no Mercado
do Ver-o-Peso (2016)



Fotografia: Marivaldo Pascoal

ROTEIRO 5: PERCORRENDO E REVELANDO PAISAGENS PELO INTERIOR DO REDUTO

O roteiro no bairro do Reduto foi o quinto roteiro. Foi implantado em agosto de 2013 e tem por objetivo percorrer formas espaciais herdadas e desaparecidas do período referente aos séculos XIX e XX, quando surge a ocupação do bairro do Reduto, bairro industrial do período da belle époque. Esse bairro também vai sofrer uma grande reforma urbana, com a expansão do espaço urbano no fim do século XIX e início do século XX. Atualmente, possui novas formas e usos para as antigas indústrias ali presentes. Neste roteiro identificamos as formas desaparecidas (antigas fábricas, vilas dos operários das antigas fábricas), herdadas (antigas fábricas com novos usos) e as formas e novos usos recentes (bares, shopping center, verticalização das edificações).



Figura 10: Percurso do roteiro do Ver-o-Peso

ROTEIRO 6: PELA ESTRADA DE NAZARÉ

O roteiro no bairro de Nazaré foi o sexto roteiro implantado (em setembro de 2014) e tem por objetivo percorrer formas espaciais herdadas e desaparecidas do período referente aos séculos XVIII a XX, quando surge a ocupação do bairro de Nazaré, através da construção de uma estrada ligando o centro da cidade à ermida de Nossa Senhora de Nazaré que vai dar o nome ao bairro. De modo semelhante, esse bairro também vai sofrer uma grande reforma urbana, com a implantação de infraestrutura de bondes, alargamentos de ruas, arborização da cidade com mangueiras, implantação de praças e área residencial dos barões da borracha, sendo uma das áreas mais altas do sítio urbano da cidade de Belém.

O trajeto do roteiro visa abordar os objetos espaciais que contribuem para a construção da memória socioespacial de Belém, objetos esses que se destacam principalmente pela permanência de sua forma ao longo das décadas, alterando ou não sua função, sendo caracterizado por Santos (2008) como rugosidades espaciais. Temos como exemplo o Museu Paraense Emílio Goeldi, que servia como rocinha, uma típica moradia bastante comum no século XVIII na-



ROTEIRO 7: O ARQUITETO ANTÔNIO LANDI E A BELÉM DO SÉCULO XVIII

O roteiro ligado ao arquiteto Antônio Landi foi o sétimo roteiro, sendo implantado em setembro de 2015, e procura percorrer formas espaciais herdadas e desaparecidas do período referente ao século XVIII, quando o arquiteto Antônio Landi chega em Belém e executa várias edificações ligadas à Igreja, ao Estado e a particulares, abrangendo os bairros da Cidade Velha e Campina, onde estes prédios estão ainda localizados.

O arquiteto Antônio Landi chega em Belém na segunda metade do século XVIII, com a expedição demarcadora enviada à Amazônia pelo Marquês de Pombal, com vista à redefinição do arco da nova fronteira da região. O arquiteto era o desenhista da expedição, mas foi contratado pelo governo local para construir edificações ligadas ao Estado, como o Palácio dos Governadores, atual Museu do Estado do



Figuras 11 e 12: Folder Roteiro Ver-o-Peso (Frente e verso)

quela localidade.

O roteiro se inicia no Mercado de São Brás, situado entre a Avenida Almirante Barroso e a Rua Farias de Brito, e termina no Palacete Facciola, localizado na Rua Dr. Moraes com a Avenida Nazaré. A escolha desse primeiro ponto é de extrema relevância, pois são trazidas informações sobre a antiga Estrada de Ferro Belém-Bragança, a Praça Floriano Peixoto e o processo de verticalização ocorrido na avenida. Dando continuação, a próxima parada é o Hospital Ophir Loyola em seguida o Parque da Residência, o Palacete Passarinho, o Museu Paraense Emílio Goeldi, a Casa Salomão, o Colégio Gentil Bittencourt, a Igreja Nossa Senhora de Nazaré e a Praça do Conjunto Arquitetônico de Nazaré. Em seguida, vamos à sede social do Clube do Remo, o Colégio Marista, o Largo do Redondo, a sede social do Clube do Paysandu e por fim o Palacete Facciola, onde o roteiro é encerrado.

Pará. O arquiteto também se destacou por construir ou terminar fachadas de igrejas nos bairros da Cidade Velha e Campina, como a fachada da Catedral da Sé, a fachada da Igreja do Carmo, a Igreja de São João e, sua maior obra, a Igreja de Santana. Edificações também ligadas a particulares também são atribuídas ao arquiteto, como a Casa Rosada na primeira rua de Belém, a Rua Siqueira Mendes.

ROTEIRO 8: O BAIRRO DE BATISTA CAMPOS E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS

O roteiro de Batista Campos tem por objetivo percorrer formas espaciais herdadas e desaparecidas do período referente aos séculos XVIII a XX, quando surge a ocupação desse bairro. O local também vai

Figura 13:
Material de
divulgação do
roteiro realizado
em comemoração
aos 104 anos do
Cinema Olympia
(2016)



Fotografia: Marivaldo Pascoal

Figura 14:
Participantes do
roteiro em frente ao
Teatro da Paz (2013)



Figura 15: Percurso do roteiro da belle époque

Figura 16:
Material de
divulgação do
roteiro da Campina
(setembro, 2017)



Fotografia: Marcos André

Figura 17:
Participantes do
roteiro em frente à
sede do
Arquivo Público
(novembro, 2012)



Figura 18: Percurso do roteiro da Campina

Figura 19:
Material de
divulgação do
roteiro do Reduto
(maio 2017)



Fotografia: Marco André

Figura 20:
Grupo no roteiro
do Reduto (maio
2016)

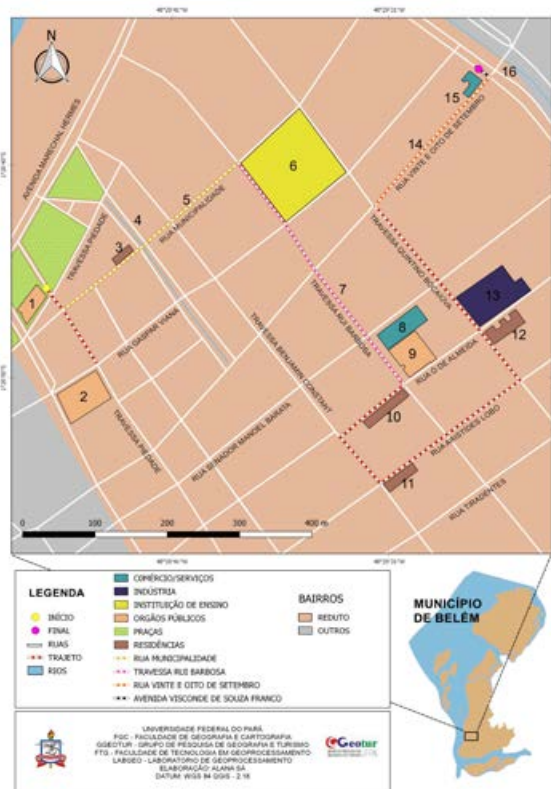


Figura 21: Percurso do roteiro pelo bairro do Reduto

Figura 22: Material de divulgação do roteiro
de Nazaré (junho 2017)



Fotografia: Marco André

Figura 23:
Grupo durante
o roteiro, em frente
à Basílica de Nazaré

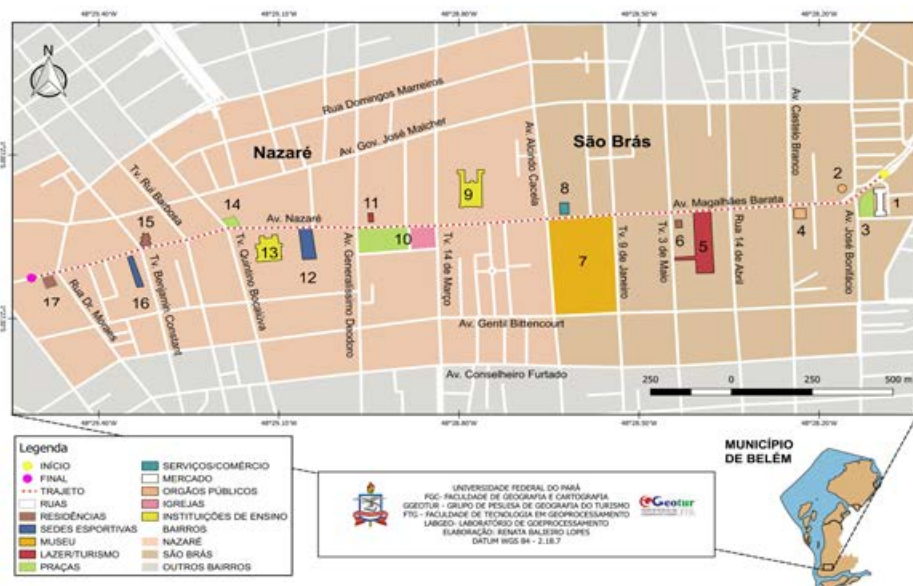


Figura 24:
Percurso
do roteiro
de Nazaré

Figura 25:
Material de
divulgação do
roteiro sobre o
arquiteto Antônio
Landi (julho 2016)



Fotografia: Marivaldo Pascoal

Figura 26:
Grupo durante o
roteiro, em frente
à Igreja do Carmo
(outubro, 2016)



Figura 27: Percurso do roteiro sobre Antônio Landi

sofrer uma grande reforma urbana, com a expansão do espaço urbano no período da belle époque com a implantação de infraestrutura de bondes, alargamentos de ruas, arborização da cidade com mangueiras, implantação de praças e área residencial dos barões da borracha. O roteiro tem seu início na Praça Milton Trindade, situada na Rua dos Mundurucus, e termina em frente à Igreja da Trindade. Dando continuação, a próxima parada é o Horto Municipal, percorrendo em seguida a Feira da Batista Campos, o Cemitério da Soledade, a Praça Batista Campos. Em seguida, o grupo segue para a Rua Padre Eutíquio, as Lojas Maçônicas Aurora e Renascença, Praça Ferro de Engomar, a Praça Barão do Rio Branco, a Praça Ruy Barbosa e se encerra na Igreja da Trindade.

ROTEIRO 9: O BAIRRO DO UMARIZAL E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS

O roteiro no bairro do Umarizal tem por objetivo percorrer formas espaciais herdadas e desaparecidas do período referente aos séculos XVIII a XX, quando surge a ocupação do bairro do Umarizal, principalmente através da abertura da Avenida Generalíssimo

Deodoro, onde se localizam importantes edificações ligadas à saúde (Santa Casa de Misericórdia e Hospital Beneficente Portuguesa) e ao ensino (Faculdade de Medicina e de Ciências Sociais) e residências dos barões da borracha. O Umarizal, localizado na zona do centro-sul região central de Belém, começou a ser ocupado no século XIX, de início, na área próxima ao igarapé das Almas (atual Doca de Souza Franco). Inicialmente, o bairro era conhecido como um lugar de intelectuais e boêmios, de grandes vacarias (áreas de produção de leite para a comercialização), de negros e pobres e de manifestações culturais ligadas à cultura negra, como a capoeira, e às igrejas, como os mastros, que eram procissões que antecediam as missas em comemorações aos santos da igreja católica, sendo os do Umarizal os mais conhecidos naquele período, como explana Ribeiro (1995). Com o decorrer dos anos, o bairro foi perdendo suas características iniciais devido à expansão do processo de verticalização (vindo da região do entorno, como os bairros de Nazaré e de Batista Campos), quando foi permitido o avanço das obras de engenharia, com a construção de prédio em terrenos de baixada. Com isso, houve uma valorização do solo devido à especulação imobiliária e ao avanço da urbanização na cidade, alterando, portanto, a cartografia do Umarizal.

A trajetória do roteiro foi decidida em conjunto



Figura 30: Percurso do roteiro pelo Bairro de Batista Campos



Figura 28: Material de divulgação do roteiro do bairro de Batista Campos

Fotografia: Marco André



Figura 29: Grupo durante o roteiro pelo Bairro de Batista Campos, no Horto Municipal

com os demais integrantes do grupo de pesquisa, elegendo os objetos mais importantes a serem destacados no bairro, entre eles a revolução ocorrida em 14 de abril de 1823 (revolução que reivindicava a adesão do Pará a independência do Brasil), o processo de expansão da cidade e a produção do espaço urbano, dando destaque à memória socioespacial, às manifestações culturais e ao processo de verticalização, que configuraram hoje o bairro como um local de classe média. O roteiro possui doze pontos de parada, iniciando na Praça Brasil (Santos Dumont), Hospital do Exército, Escola de teatro e dança da UFPA, esquina da D. Romualdo Seixas com a Bernal do Couto (onde se explana sobre a topografia do alto e baixo do Umarizal), Faculdade de Medicina da UFPA, Feira e Mercado de Santa Luzia, Santa Casa de Misericórdia, esquina da Generalíssimo Deodoro com a Oliveira Belo, esquina da Generalíssimo com a Diogo Mória (onde se expõe o processo de verticalização), corredor de mangueiras, Prédio da APAE, Hospital Beneficente Portuguesa e o Museu da UFPA, como último ponto.

OBSTÁCULOS E CAMINHOS

Voltarei às duas questões orientadoras do seminário,

partindo da experiência dos roteiros geoturísticos no centro histórico de Belém, para finalizar este texto e sugerir algumas reflexões sobre a interseção turismo-patrimônio-cultura-natureza.

Quais os obstáculos para o diálogo sistemático entre a academia e a gestão pública na interface entre turismo, natureza e cultura? Falando de meu lugar na academia, penso que há duas considerações a serem feitas diante dessa questão. A primeira delas diz respeito à necessidade de uma reflexão acerca do significado que conferimos à gestão pública e ainda sobre quais os princípios que deveriam orientar a gestão pública. O segundo ponto a considerar, tendo em vista os mais diversos atores no campo do turismo, natureza e cultura, seria pensar sobre o distanciamento existente entre a academia, o estado, o capital e a sociedade local, bem como pensar sobre as diferenças de compreensão da interface turismo-natureza-cultura e as diferenças de conceitos e dos princípios para o tratamento dessa interface.

Quais os caminhos para a construção conjunta de conhecimento nessa temática? Ainda em meu lugar acadêmico de fala, creio que uma possibilidade seria a elaboração e implantação de projetos de pesquisa, de extensão e outras ações que permitam promover o diálogo entre a academia e a gestão pública, com a ampliação do debate com os demais segmentos



Figura 31:
Material de
divulgação do
roteiro do Umarizal
(dezembro, 2017)

Fotografia: Marco André



Figura 32:
Grupo durante
o Roteiro no Bairro
do Umarizal
(dezembro, 2017)

sociais. Além disso, e muito importante, devemos reconhecer a alteridade e a diversidade da identidade territorial dos espaços e dos lugares. Penso que a

experiência dos roteiros geoturísticos pode contribuir para esse debate.

REFERÊNCIAS

- LEITÃO, Wilma Marques (Org.). **Ver-o-Peso: estudos antropológicos no Mercado de Belém**. Belém: NAEA, 2010.
- LIMA, Maria Dorotéia de. **Ver-o-Peso, patrimônio e práticas culturais: uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará**. Dissertação (mestrado em Antropologia)- IFCH- Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais - um olhar geográfico. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, Ivan. (Org.). **Turismo de Base Comunitária** – diversidade de olhares e experiências brasileiras. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, v. 1, p. 162-174.
- RIBEIRO, José Sampaio de Campos. **Gostosa Belém de outrora** / Campos Ribeiro – Belém: Secult, 2005, 182 p. (série Relendo os municípios, n. 4). Reedição fac-símile.
- RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2008. ■

Catharina Christina Teixeira

A autogestão na era das políticas neoliberais

a experiência com o programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades

Resumo

O programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades, destinado (na Fase 3) a famílias com renda entre R\$ 1.800,00 (faixa 01) e R\$ 2.600,00 (faixa 1,5) em São Paulo, está estruturado para a execução de empreendimentos habitacionais sob o regime de construção que admite a autoconstrução, autoajuda em mutirão, autogestão, administração direta e empreitada global. Esse programa, resultado das conquistas dos movimentos populares, foi implantado no limiar das políticas neoliberais, que impactaram o modo de operação da produção autogestionária, praticada desde o início dos anos 1990 na cidade de São Paulo, colocando as Entidades na posição de empreendedoras privadas. Isso constitui uma oportunidade e deve ser revisto à luz das contradições impostas pelo programa.

Autogestão

HIS

PMCMV- Entidades

Políticas públicas

Abstract

The My House, My Life - Entities (PMCMV-E) program (in Phase 3) places top priority on families with monthly income between R \$ 1,800.00 (range 01) and R \$ 2,600.00 (range 1,5) in São Paulo is structured to carry out housing developments under four modes: self-building, self-help or collective endeavors and direct administration (self-management), and through co-management (turnkey projects). This program, as a result of the achievements of the popular movements was implemented on the threshold of neoliberal policies, which affected the operating mode of the self-managed production in the early 1990's in the city of São Paulo, and turns the associations into private entrepreneurs. Which constitutes an opportunity, should be reviewed in the light of the contradictions imposed by the program.

Self- management

Social housing

PMCMV- Entities

Public policies

CONTEXTO¹

Nas últimas décadas, o desenvolvimento habitacional e urbano se fortaleceu em diferentes setores das políticas públicas municipais e federais brasileiras tendo por base um arcabouço legislativo e de políticas públicas, construído a partir dos anos 1990. O programa Minha Casa, Minha Vida² (PMCMV) injetou uma grande quantia de recursos federais em empreendimentos habitacionais de interesse social, atingindo em cinco anos a meta de 3.239 milhões de unidades contratadas até janeiro de 2014³. O Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades (PMCMV-E)⁴ foi criado como um apêndice do programa principal e é fruto da reivindicação do movimento popular, que tem, para alguns grupos, a produção da moradia pautada na participação das famílias. Para operar essa modalidade, a Caixa Econômica Federal (Caixa), um banco historicamente voltado aos empresários da construção civil, buscou adequar-se para o atendimento das Associações (EO)⁵. No entanto, a equação montada, na maioria das vezes, não dialogava com o modo de produção de moradia executado pelo movimento popular, comprometendo o processo e ocasionando como resultado uma produção incipiente em termos quantitativos.

Segundo dados disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos⁶, a produção quantitativa do progra-

ma, apontada até janeiro de 2014, demonstrava que 39,82% representavam empreendimentos executados para atender a famílias da faixa 2 do programa e 13,26% dos recursos estavam destinados a famílias enquadradas na faixa 3⁷. Essas duas faixas juntas correspondiam à produção habitacional exclusiva do mercado imobiliário privado. Para a faixa 1, o governo alocou 46,92% dos recursos para a produção de 1.520 milhões de moradias. Desse montante apenas 60 mil unidades habitacionais, 1,85% dos empreendimentos contratados, destinavam-se ao PMCMV-E, sendo que, nesse percentual, encontram-se vários tipos de Entidades sem fins lucrativos, não necessariamente as Entidades associadas aos movimentos de moradia.

Concebido dentro de uma política neoliberal, o PMCMV-E, sucessor do Programa Crédito Solidário (PCS), resultou em práticas autogestionárias diferenciadas das fases anteriores, colocando a EO dentro do mesmo processo de produção de uma empresa do mercado formal da construção civil. Isso porque o programa transfere o ônus e o risco da operação para um CNPJ, ou pessoa jurídica, sem fins lucrativos, que está fora do mercado de capital. Aqui vale a observação de Francisco de Oliveira (2006, p. 73) que diz: “a pior coisa no mundo da mercadoria é quando você não é mercadoria”. Nessa circunstância, há que se reavaliar a possibilidade de produção efetiva, dentro das políticas públicas e dos programas de produção habitacional em andamento, que permitem a construção por autogestão como forma de atendimento, a fim de se rever o papel de cada ator e as reais possibilidades de trabalho. Para isso se faz necessário revisitar o histórico dessa produção.

HISTÓRICO

Desde o início do processo de democratização na década de 1980, os movimentos populares, organizados no Fórum Nacional de Reforma Urbana, vêm atuando pela renovação das políticas públicas no âmbito habitacional e urbano, diante do que se nomeou como luta pela “moradia digna”. O movimento popular, na cidade de São Paulo, em grande parte, inspirado nas Cooperativas Habitacionais uruguaias⁸, construiu um projeto singular de produção

br/dataset/minha-casa-minha-vida.

7 Em 2014, o PMCMV se encontrava na Fase 2 e tinha o dos beneficiários descrito na nota 2.

8 As cooperativas habitacionais de ajuda mútua uruguaias promoveram experiências de autogestão destinada à construção de moradias populares a partir da Lei Nacional de Habitação Uruguia de 1968. A lei foi uma conquista da classe

1 Este artigo contempla os números do PMCMV Fases 1 e 2 (janeiro 2014), época em que se concentrou o ápice da produção do programa.

2 Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi lançado em 2009 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, voltado a atender à demanda habitacional das famílias que ganhavam de zero a dez salários mínimos, divididas em três faixas de renda: faixa 1 (zero a três); faixa 2 (três a seis) e faixa 3 (seis a dez). Fase 2: a faixa 1 até R\$ 1.600,00, faixa 2 até R\$ 3.275,00 e faixa 3 até R\$ 5.000,00. Fase 3: faixa 1 até R\$ 1.800,00, faixa 1,5 até R\$ 2.600,00, faixa 2 até R\$ 4.000,00 e faixa 3 até R\$ 9.000,00.

3 Fonte: M CIDADES — Apresentação do PMCMV — janeiro/2014. Disponível em: www.sindusconsp.com.br/downloads/IPT/MARIA_SALETTE.pptx. Acesso 10/03/2016.

4 PMCMV-E, também conhecido como Entidades. Criado pela Resolução nº 141, de 10 de junho de 2009, regulamenta a utilização de recursos da União previstos no Art. 17 da MP 459, de 25 de março de 2009, e no Art. 16 do Decreto nº 6.819 de 13 de abril de 2009, criando o Programa Habitacional Popular – Entidades – Minha Casa, Minha Vida, voltado para o atendimento de necessidades habitacionais de famílias de baixa renda, organizadas em Cooperativas Habitacionais ou mistas, Associações e demais Entidades privadas sem fins lucrativos.

5 Segundo a Resolução 141 e a Instrução Normativa 36, por Entidade Organizadora (EO), o programa define: Cooperativas habitacionais ou mistas, Associações e demais Entidades privadas sem fins de lucro.

6 Portal Brasileiro de Dados abertos. Fonte: <http://dados.gov.br>

Fonte: Autora.

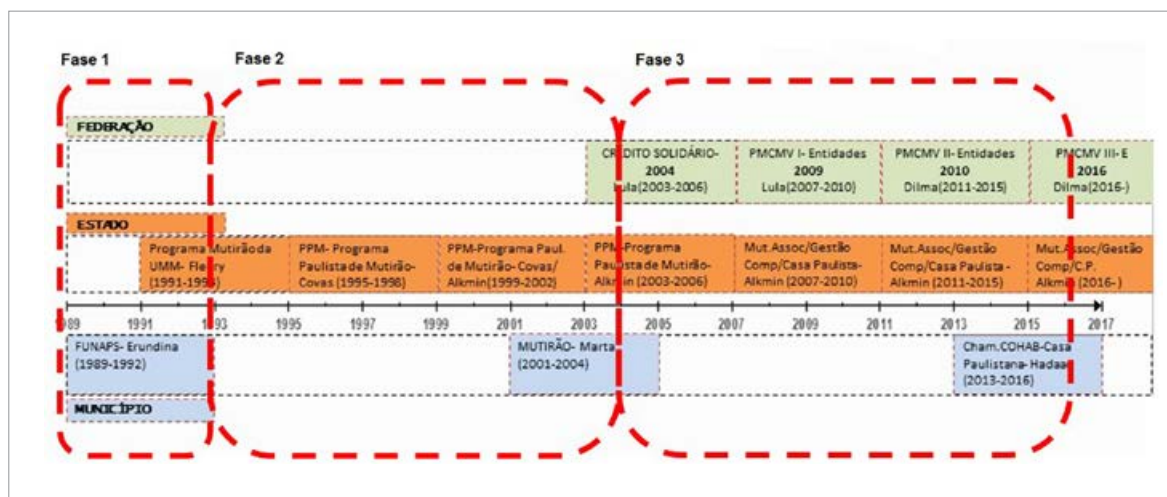


Figura 1:
Linha do tempo
dos governos
e Programas
Habitacionais
autogestionários
1989-2016.

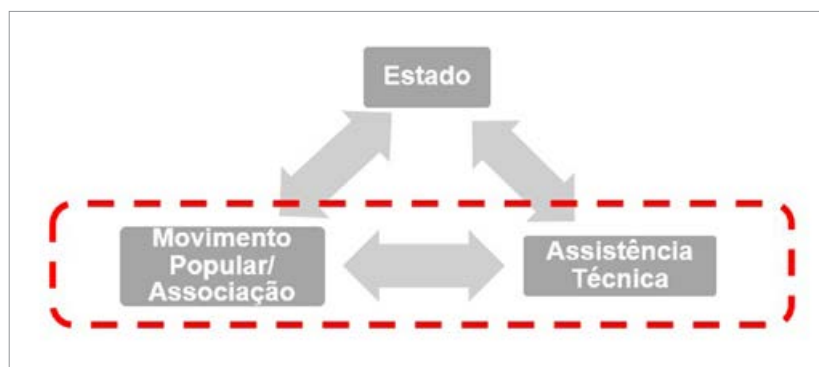
habitacional, com base na autogestão, que passou a servir de referência para os governos democráticos posteriores. Do histórico dessa produção paulistana é possível detectar três fases distintas, que serão abordadas a seguir, conforme demonstra a Figura 1.⁹

Na primeira fase, conhecida como fase heroica (1989 a 1992), o projeto autogestionário estava vinculado a um projeto político e tinha, na prática do mutirão, a base do **fazer**, e no **companheirismo**¹⁰, o motor para a produção da moradia. Uma construção política pelo envolvimento coletivo para produção de um objetivo comum. O processo de construção coletiva da habitação, por autogestão, teve início experimentalmente por iniciativa do governo popular da ex-prefeita Luiza Erundina, na prefeitura do Município de São Paulo, em 1989, através do programa Funpas Comunitário (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal).¹¹

Dessa experiência em diante, consolidou-se um tipo de produção de moradia construído a partir de um grupo com interesses comuns que, organizado, responsabilizava-se pelo planejamento e pela prática de um processo de projeto político-social, tendo o tema da moradia como eixo de interesse. Esse projeto se iniciava com a aderência de interessados, passando

pela construção da viabilidade social e da técnica do empreendimento até a construção do bem material. O trabalho era feito de forma integrada e tripartite entre governo, associação e técnicos (Figura 2).

Nesse sentido, a Associação aparecia como protagonista e agente social, porque buscava solucionar as questões que envolviam a execução do empreendimento habitacional de forma global. O termo “execução” deve ser entendido não apenas como a construção propriamente dita, mas o delineamento de todo o processo, desde a aquisição do terreno, a



Fonte: Autora.

Figura 2:
Esquema tripartite
de trabalho de
autogestão. Fase
heroica.

definição dos interessados, o gerenciamento do trabalho social, a contratação do projeto, a preparação da obra, seu gerenciamento e prestação de contas. Nesse âmbito, o papel da Assessoria Técnica (AT) era o de elucidar os caminhos técnicos, com base na formação de sua equipe, para impulsionar ações políticas ao movimento. Uma parceria técnico-política, que extrapolava o processo centrado na construção de um empreendimento.

A segunda fase (1993 a 2004) dos programas autogeridos (Figura 1) concentrou-se na avaliação do sistema de produção por mutirão, procurando a racionalização dos processos construtivos e a diminui-

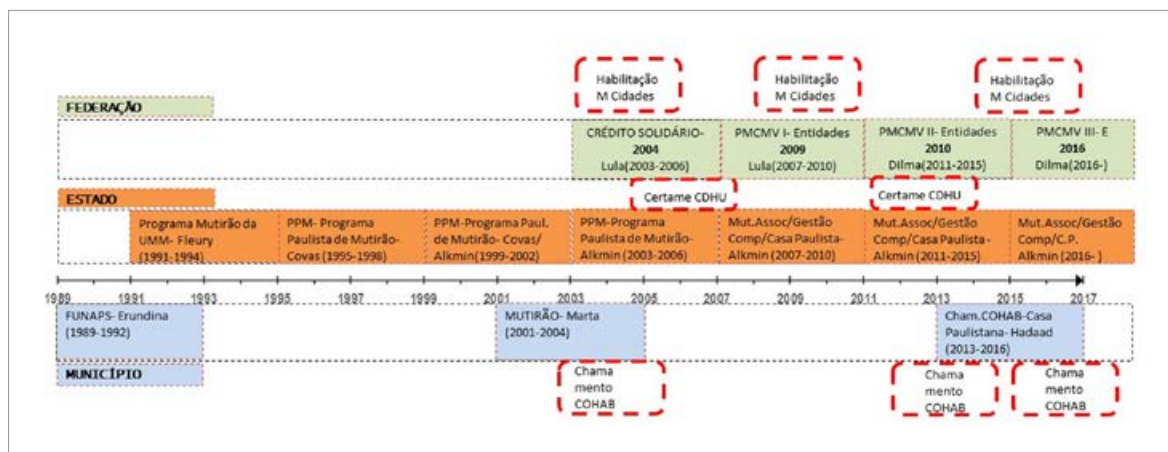
operária organizada, com experiência em trabalho coletivo, apoiada por uma geração de arquitetos comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da população.

9 Divisão apresentada pelas Assessorias Técnicas, de forma colaborativa, que participaram das oficinas produzidas pela ATHIS.

10 «o que come pão conosco», do latim «cum pannis». Fonte: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-etimologia-de-companheiro/33460>. Acesso 11/08/2017.

11 Ver RONCONI, ARANTES, NABIL, SANTO AMORE.

Figura 3:
Certames/
Habilitação
de Entidades
1989-2015.



Fonte: Autora.

ção do trabalho braçal dos beneficiários. Tratou-se de racionalizar a produção, buscando a contratação de serviços especializados e uma aderência a processos construtivos industrializados.

Nessa fase, o estado de São Paulo com o Programa Paulista de Mutirões, promovido pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), executou, entre 1986 e 2000, 13.208 unidades habitacionais¹². Essa produção convencionou-se chamar de cogestão, termo utilizado para definir a grande interferência do governo do Estado no processo da gestão, alterando a relação de forças no tripé de produção do empreendimento autogestionado durante o Programa Paulista de Mutirão. A CDHU fiscalizava e definia critérios, deixando pouca margem de trabalho para as Associações e Assessorias. Ainda que se façam críticas sobre essa atuação, o Estado de São Paulo, gestor da política habitacional, era o responsável pelo processo e pela finalização do produto, diferente do que se apresentou posteriormente.

O segundo período concorreu com a implantação de políticas neoliberais sob o discurso da ineficiência do Estado para justificar a privatização das empresas públicas. Em 1999, é aprovada a lei no 9.790/1999, conhecida como Lei da OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) – “mão do Estado onde ele não pode alcançar”, institucionalizando a transferência da responsabilidade social, de caráter público, para as mãos da iniciativa privada, estruturadas no terceiro setor. A lei colabora e institui a ética do empreendedorismo, das boas práticas sociais. Sob o lema: “seja ponto org”, o terceiro setor se alastrou nas periferias das grandes metrópoles como uma possibilidade para suprir a carência de políticas públicas setoriais e abarcou várias iniciativas em nível global e

local; algumas financiadas pelo Banco Mundial, através de editais de projetos voltados à sociedade civil.

O panorama político da época apresentava, de um lado, a mudança do papel do Estado, e, de outro, a voracidade com que agentes privados, ligados à construção civil, tentavam impugnar iniciativas que apresentassem alguma possibilidade de perda de espaço e oportunidades. Dentro da política pública habitacional do Estado de São Paulo, via CDHU, a pressão do lobby das empreiteiras sobre o Programa Paulista de Mutirão (PPM) foi a “pá de cal” para que o Tribunal de Contas do Estado impugnasse o programa em 2002. Somente em 2008, é retomado no modelo de Gestão Compartilhada.

Questionou-se fundamentalmente a forma de atendimento das Entidades, que deveriam ser licitadas, resultando na institucionalização da seleção pública dos certames. Nessa “caça às bruxas”, as AT’s deveriam ser necessariamente organizações não governamentais (ONGs) ou OSCIP, cadastradas na CDHU, para justificar a não existência de licitação na prestação de serviços técnicos. Muitas delas, que eram escritórios de arquitetura, abandonaram essa atuação¹³. Com esse evento, há uma quebra de paradigma: os programas públicos passam a encarar as Entidades como empreendedoras contratadas e responsáveis pelo sucesso ou insucesso do negócio.

A terceira fase tem como marco regulatório o início das seleções públicas (certames/ habilitações) das Associações, que passaram a ser o critério de acesso aos recursos públicos para as Entidades do movimento popular, a partir de 2003. As Entidades, desde então, se submeteram a avaliações nos mesmos moldes dos processos licitatórios das empresas privadas. Sujeitaram-se à verificação da capacidade financeira,

12 ROYER, LUCIANA; Política Habitacional no Estado de São Paulo: Estudo sobre a CDHU. Dissertação de mestrado. 2003. FAU- USP, pg. 132.

13 Essa discussão, relatada aqui, é parte do documento entregue pelo Eng. Flavio Felix Ximenes, que atuou como AT pela FCI Arquitetura e Gerenciamento, no Programa Paulista de Mutirão de 1993 a 2003, ao então Presidente da CDHU Sr. Luis Antônio Carvalho Pacheco.

documental e técnica para pontuação — critérios estabelecidos por cada programa nas três esferas de governo. Isso aconteceu na COHAB (Companhia Metropolitana de Habitação) em 2003 e, no mesmo ano, com o Programa Crédito Solidário, via Ministério das Cidades. Posteriormente, ocorreu para acesso ao Programa Gestão Compartilhada da CDHU em 2008, e nas habilitações sucessivas do governo federal para o PMCMV e chamamentos da COHAB na gestão do prefeito Fernando Haddad, como ilustra a Figura 3.

ENTIDADES COMO AGENTES PROMOTORES HABITACIONAIS

As Entidades, a partir da terceira fase, passam a ser responsáveis pela viabilidade dos empreendimentos, exercendo um papel difuso, fazendo as vezes do Estado como promotor habitacional e ao mesmo tempo de empreendedor privado da construção civil, no que tange às implicações sobre o risco do empreendimento. A diferença fundamental é de que o empreendedor tradicional detém capital de giro como garantia para executar a operação e a entidade sem fins lucrativos detém capital humano.

Desde então, as associações são responsáveis civis pela gestão do dinheiro público e pelo processo como um todo, nas esferas jurídica, de engenharia e social frente ao órgão financiador. Com o fim da cogestão, há uma terceirização do papel do Estado frente à produção habitacional com as Entidades. Isso também se constitui como uma forma de privatização da produção. Essa terceirização provocou ruptura na produção por autogestão, exigindo a profissionalização das Entidades e de seus integrantes, alterando o *modus operandi* da autogestão experimentado inicialmente.

Agentes promotores no Programa Crédito Solidário (PCS)

Em 2004, na primeira gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as associações de luta por moradia obtiveram uma grande vitória da participação popular com o aporte de recursos federais através do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)¹⁴, com a criação do Programa Crédito Solidário (PCS), destinado à construção de empreendimentos habitacionais, com a contratação direta das Associações Comunitárias e a possibilidade de construção da obra

em regime de autogestão com mutirão. Segue abaixo parte do ofício da UNMP (União Nacional dos Movimentos Populares) encaminhado ao Ministério das Cidades, em abril de 2003. No texto é possível notar como o movimento popular acabou assumindo o papel que lhe foi designado pelo programa, dentro de uma política habitacional neoliberal:

A autogestão dos empreendimentos estabelece um processo emancipatório educativo das populações, garante uma melhor qualidade final das habitações, exclui os lucros estabelecidos por outros processos e, por extensão, garante um acesso mais democrático das famílias de menor renda. Neste sentido, a necessidade de inclusão do processo autogestionário para gerenciamento da produção das habitações define um caráter fundamental de mudança nos moldes deste programa. Propomos que os próprios movimentos organizados de moradia sejam os agentes do empreendimento, para que possam desenvolver os projetos, efetuar a compra do imóvel, empreender a construção ou reforma e a gestão dos contratos de arrendamento. (MINEIRO, 2012, p.21)

O PCS fez consolidar o paradigma da Entidade empreendedora social e revelou, dentro desse padrão, de que forma a construção por autogestão seria possível em um programa habitacional de nível federal. O programa guardava artimanhas na sua operacionalização, que não foram detectadas por várias Associações e Assessorias que vinham da prática e da herança em tratar com um Estado, promotor de uma política habitacional através de suas companhias habitacionais. Houve uma avaliação equivocada no afã de colaborar com um programa federal, subestimando os entraves que se colocaram logo de início, que inviabilizariam sua execução e continuidade.

O que o PCS tem de diferente, se comparado aos programas praticados anteriormente pela COHAB e a CDHU, é que a negociação do empreendimento é feita diretamente com um banco operador (Caixa Econômica Federal), não mais com uma companhia habitacional. Um banco que tem interesse no retorno financeiro da operação e não no seu produto. Essa diferença é conceitual e muda todo o processo de produção.

Na operação do programa, a EO¹⁵, na característica de promotora do empreendimento, deveria arcar com o ônus das aprovações, a execução dos projetos executivos, os orçamentos detalhados, as despesas gerais diretas e indiretas para a viabilização do produto, aprovar o cadastro da demanda¹⁶ e negociar com o

¹⁴ FDS é um fundo com recursos finitos, que tem por objetivo o financiamento de projetos de investimentos de interesse social.

¹⁵ *Ibidem* 5.

¹⁶ Os beneficiários.

proprietário do terreno o preço e o prazo para pagamento, antes da contratação do empreendimento pela Caixa.¹⁷

Os poucos empreendimentos realizados pelo PCS foram executados graças à gestão política das Associações junto aos órgãos de aprovação, a colaboração financeira das famílias e a parceria das Assessorias Técnicas. Os empreendimentos recorreram à suplementação da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, através de convênio com a Caixa, e necessitaram também de complemento da Prefeitura do Município de São Paulo. Alguns aguardam a suplementação do Conselho Municipal de Habitação (CMH), desde de 2012, com obras paralisadas.

Do PCS para o PMCMV-E

O Crédito Solidário foi um teste que obrigou o órgão financiador a receber e a ter que tratar com as lideranças sociais, em contraponto à sua rotina interna. A aprovação do empreendimento se dava em uma única operação: na contratação da obra. Esse processo transferia para a Entidade e para as famílias a montagem do empreendimento, tal qual um empreendedor imobiliário o faz, com todo o ônus e riscos que um investimento desse vulto representa.

Em relação às famílias, além da comprovação de renda (uma população cuja condição da informalidade impera), a exigência de que se tivesse o nome “limpo” na data da contratação tinha que ser cumprida com o grupo-alvo todo. Se nesse dia existisse uma família com problema de cadastro, o grupo todo não assinava o contrato com o banco.

Em todos os sentidos, o Programa Crédito Solidário foi um laboratório, que possibilitou a negociação dos movimentos populares com o Governo Federal, junto ao Ministério das Cidades, de um programa que superasse as dificuldades de operação colocadas pelo PCS. Fato é que a Caixa, ao aprovar o empreendimento, aceitava que a obra fosse feita com base em projetos básicos, sem o devido detalhamento, e com orçamento estimativo, sem os quantitativos de material e mão de obra finais. Isso ocorria porque as Associações e as Assessorias Técnicas não tinham recursos prévios para custear toda a operação até o primeiro recebimento de valores, que se dava somente com a primeira medição da obra. Esse percurso levava em média três anos entre a escolha do terreno e a aprovação da Caixa para o início das obras.

17 Essas informações foram compiladas pela autora, que participou como Assessora Técnica, da aprovação junto à Caixa de três empreendimentos pelo PCS em parceria com o movimento popular em SP.

A operação do PMCMV-E

O PMCMV-E é uma derivação do programa principal, um adendo do PMCMV, que apostou no setor privado, representado pela construção civil, como agente motor do processo anticíclico diante da crise financeira mundial de 2008. O programa provocou rupturas no processo de articulação de políticas públicas integradas que faziam parte do Plano Nacional de Habitação (PlanHab, 2009). Entre elas estavam os Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) com possibilidade de aderência dos estados e municípios ao Governo Federal, via Ministério das Cidades. A chegada do PMCMV, no mesmo ano, na forma como foi montada sua operação, esvaziou o PlanHab, colocando o atendimento habitacional sob a tutela do mercado imobiliário para as faixas 2 e 3 e em convênios com as prefeituras através do FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) para a faixa 1 — apesar disso, com empreendimentos idealizados pelo setor imobiliário e da construção civil.¹⁸

Com o PMCMV, a política pública habitacional passa da responsabilidade do Estado para o empreendedor privado, colocando o poder público como gestor público ou viabilizador do “negócio”, garantindo o sucesso do empreendimento. Da forma como o programa, faixa 1, foi desenhado, a construtora define o produto, escolhe o terreno e a Prefeitura entra com a demanda, facilitando os trâmites legais, sem riscos de comercialização para o empreendedor privado.

Com o PMCMV, a política habitacional dos municípios não esteve mais pautada nas necessidades locais, eventualmente consolidadas nos PLHIS. O atendimento habitacional dos municípios virou um “negócio” concebido a partir dos interesses da iniciativa privada, via construtora. Nessa situação, o mercado passou a depender do Estado para regular a operação, que, por sua vez, passou a depender do mercado para a promoção habitacional, como observam Pedro Arantes e Mariana Fix:

...Na verdade, o subsídio está sendo dirigido ao setor imobiliário tendo como justificativa a “chancela social” dada pela habitação popular [...] o pacote entrega nas mãos da iniciativa privada o protagonismo da provisão habitacional. (ARANTES e FIX, 2009, p.8)

18 Ver Plano Nacional de Habitação, 2009. Disponível em: https://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publicacao_PlanHab_Capa.pdf. Acesso 09/11/2016. Ver pesquisa Rede Cidade e Moradia sobre pesquisa CNPQ e Ministério das Cidades, coordenada pela Prof. Raquel Rolnik.

Dentro do PMCMV-E, em que se preservem os ganhos do programa, diante da grande dificuldade imposta pelo PCS, toda operação junto ao órgão financiador tem por princípio a produção habitação-mercado, que não se adequa ao processo de trabalho coletivo e colaborativo praticado no autogestionário.

Mesmo com toda dificuldade conceitual e de operação, os movimentos sociais lutaram para participar do programa. Aqui vale o dito popular “o sapato é apertado demais”, o que promoveu constantes embates e a necessidade de adequações, à medida que surgiram incongruências entre a política, as normativas, a operação do programa e a prática autogestionária. Com a premência de adequação do programa principal, o PMCMV-E oficializou a modalidade de operação específica que ficou conhecida como a Compra Antecipada do Terreno e Contratação de Projetos e Aprovações (TEIXEIRA; BARROS; BUZZAR; BOGGI, 2015, p. 583)

Essa prerrogativa permitiu a viabilidade dos empreendimentos concebidos pelas Entidades dividindo o processo de contratação com a Caixa em duas etapas: Fase 1: Compra do terreno e contratação de projetos e despesas de aprovação¹⁹. Fase 2: Contratação da obra. Com essa possibilidade, a perda da terra por desistência do proprietário diminuiu o risco da operação, e o pagamento de projetos para obra e os licenciamentos fez com que o processo continuasse seu curso até a contratação da obra.

Para a construção do projeto, as Entidades poderiam optar pelas modalidades de autoconstrução, autoajuda em mutirão, administração direta da EO ou empreitada global, com a contratação de construtora pela EO. O modo de operação da autogestão, na forma como as Entidades populares têm atuado em São Paulo, foi enquadrado pelo programa como Administração Direta. Nesse caso, no que se refere à responsabilidade técnica sobre a obra, a EO poderia optar por desenvolver o trabalho junto a uma AT, que seria responsável pelo gerenciamento técnico da obra. Numa outra possibilidade, a EO poderia optar pela modalidade de construção por Empreitada Global, contratando uma empresa para a execução e a responsabilidade técnica da obra. Nessa segunda opção, a construtora contratada pela EO seria a responsável por todo processo de construção, no entanto, a EO continuaria a responder pela finalização do em-

preendimento e pela entrega das chaves às famílias.

A premissa de que a EO como empreendedora deveria arcar com o ônus de todo o processo, seja por administração direta ou por empreitada global, aparece em todas as situações, no trâmite da aprovação na Caixa e também nos formulários internos, não adaptados do programa das construtoras para o das Entidades. O pacote todo do programa desprotege a EO e exige ao mesmo tempo profissionalismo, capacitação das lideranças e do grupo gestor, além da responsabilidade sobre o risco.

Diante dessa realidade, as associações passaram a exigir que o programa permitisse incorporar no custo do investimento uma verba para a remuneração das despesas diretas do empreendimento, denominada DI. A conquista da remuneração dos custos diretos das obras para as Entidades só foi consolidada na segunda fase do programa, com as Res 182 / IN 34 e na Res 183 | Port. 105. Somente então, esse valor passou a ser um dos tópicos da Composição do Investimento do negócio. Até esse momento, os riscos e custos calculados sobre uma operação de obra só eram possíveis de serem remunerados para os empreendimentos de empresas privadas dentro do BDI (Benefício de Despesa Indireta). A diferença entre o BDI e o DI está no cerne da questão: um agrega lucro (BDI) e o outro agrega ajuda mútua e trabalho coletivo (DI). São lados distintos que não possuem objetivos iguais e isso deveria resultar em programas, políticas e operações diferenciadas.

A conquista de remuneração do DI teve um impacto positivo sobre o risco da Entidade em conseguir executar as ações necessárias para a finalização do processo. Mas é preciso contextualizar que cada ganho como esse mais aproxima as Entidades a operarem como uma construtora.

O QUE FOI FEITO DA RELAÇÃO TRIPARTITE

A relação da produção da moradia por autogestão, com a prática dos programas federais, alterou a organização anterior e a relação tripartite, idealizada na época do FUNAPS. As Entidades se profissionalizaram no trato político e institucional para a produção da moradia. Algumas delas, ligadas aos movimentos nacionais, desfrutaram de experiência e articulação política suficientes para se independerem do processo de parceria com as Assessorias Técnicas. Dentre as Entidades dos movimentos nacionais, algumas possuem em seu “portfólio” a execução de 13 mil unidades habitacionais feitas ao longo de 25 anos de experiência em obras de autogestão dentro de programas que possibilitaram essa atuação. Esse fato revela uma expertise e a apreensão dos métodos com a constru-

19 Modalidade da Compra Antecipada. Segundo IN 36 de julho de 2009: Financiamento destinado à Entidade Organizadora para aquisição de terreno e pagamento de assessoria técnica para elaboração de projetos vinculados à contratação futura do financiamento das pessoas físicas, para produção das unidades habitacionais.

ção de um aprendizado próprio, na forma de Tecnologia Social sobre esse processo particular de construção da moradia, executado de forma participativa.

Nesse panorama, para algumas Entidades, o papel da AT perdeu o caráter de militância e de parceria, passando à função de prestador de serviços,

caso dos processos autogestionários.

Até hoje o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) não tem definido o adequado escopo diante da prática das AT's, que gerenciam a obra de mutirão com autogestão para a provisão habitacional. A obra em autogestão tem por base o processo de produção participativo, com decisões que dependem do grupo gestor, formado pelas comissões de trabalho, cabendo a AT o papel de consultor e orientador das decisões, que são tomadas coletivamente. Para os profissionais da Engenharia Civil, que se dedicam a esse trabalho, a situação é ainda mais cruel. O Crea não reconhece esse tipo de atuação.

A Caixa Econômica, como agente operador, no atendimento caso a caso, quando é de seu interesse, aceita uma RRT (Registro de Responsabilidade Técnica – CAU) ou ART (Anotação de Responsabilidade Técnica – Crea) principal de gerenciamento

de obra, somada a ART's parciais dos serviços técnicos contratados. Em outras situações, tem obrigado a AT a emitir RRT ou ART de responsabilidade técnica integral pela obra. Essa imposição não se aplica ao processo autogestionário, visto que a AT também não é uma construtora e não tem Geric para responder pelo capital investido pelo poder público em uma obra dessa natureza. Novamente vale reforçar que o “sapato ganho é apertado demais” também para as AT's.

COMO FICA A AUTOGESTÃO COM A EMPREITADA GLOBAL?

Essa possibilidade foi nomeada por alguns movimentos de moradia, que defendem a autogestão por “barriga de aluguel”. Por quê? Porque é através do movimento popular que a empresa conquista a obra, sem riscos internos. O risco final da obra é o CNPJ da Entidade Organizadora e não da construtora. Nessa situação, a construtora é uma contratada da EO e não tem relação contratual com a Caixa, assim como a AT.

Se a construtora abandonar a obra, a responsabilidade é da EO, não da empresa contratada nem da Caixa. É dessa forma que juridicamente o programa entende a participação de uma empresa da construção civil dentro da modalidade de autogestão.

Há situações também em que a própria Caixa, representada pela Gerência Técnica, indica o empreendimento que pode ou não ser executado na modalidade de administração direta. Isso se aplica para situações nas quais a EO e a AT não possuem experiência comprovada de construção de edificações

Fonte: Autora.

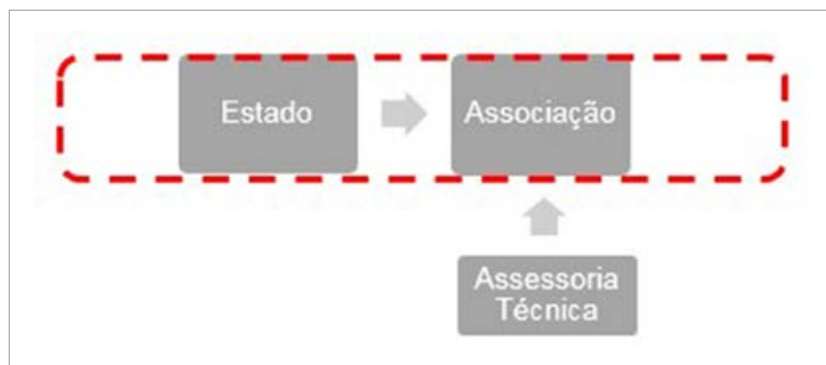


Figura 4:
Esquema tripartite
de trabalho da
autogestão no
PMCMV-E.

substituível, quando o grupo administrador da autogestão assim o definir. A Caixa, agente operador do PMCMV-E, reforça essa ruptura e não reconhece a AT na relação contratual. No entanto, isso pode se alterar, dependendo do técnico que analisa o empreendimento e da situação, caso a caso.

Por exemplo, na contratação de um empreendimento por empreitada global, o responsável civil é a construtora na figura jurídica de um CNPJ, que se vincula a um responsável técnico perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea). A Caixa, ao financiar um empreendimento direto para uma construtora, responsabiliza somente a pessoa jurídica por todos os encaminhamentos de uma obra. Para isso essa pessoa jurídica deve ter o cadastro na Gerência de Risco de Crédito da Caixa, conhecido como Geric, emitido pela instituição financeira com uma pontuação diante da capacidade financeira da empresa em produzir unidades habitacionais²⁰.

No PMCMV-E, o CNPJ é de uma Associação, que por sua origem não tem capacitação técnica para responder financeiramente pela obra, mas é responsável pelo conjunto da ação, da mesma forma que uma construtora, sem ter a segurança de um Geric. Para a Caixa, a AT é uma contratada da EO, como qualquer outra empresa, mas deve também se responsabilizar tecnicamente pela obra, assumindo seus riscos no

²⁰ Geric é um certificado de análise de risco de crédito que a Caixa Econômica Federal emite por analisar a capacidade de pagamento das construtoras que demandam operações de crédito. São critérios rigorosos para assegurar a adimplência das empresas. Fonte: <http://construcaoemercado.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/61/artigo283205-1.aspx>. Acesso 07/11/2016.

similares ao projeto em análise, principalmente para edifícios verticais com elevador.

Quando a EO não possui força política e não está articulada a um movimento de moradia fortalecido, os técnicos da Caixa interferem no processo (inclusive com a indicação da construtora para a empreitada global), apresentam listas e conduzem o processo de escolha. Este é um dos grandes riscos de se fazer essa opção: a EO, as famílias e, principalmente, a AT saem totalmente da gestão e a EO continua responsável pelo empreendimento. Esse é o caso dos Dom Josés I e II na Zona Sul de São Paulo. Hoje, o Dom José I finalizou a obra e o Dom José II retomou recentemente as atividades após longo processo de paralização, pois a construtora saiu da obra por entender que os custos não eram suficientes para o término dos trabalhos. As famílias aguardaram a Caixa encaminhar pedido de suplementação de verba ao Conselho Municipal de Habitação. Nessa situação, quem fiscaliza o trabalho da construtora? A EO, sem o apoio técnico de uma AT? A Caixa?

CONCLUSÕES

O fato é que, embora o PMCMV-E represente uma conquista dos movimentos populares frente às políticas públicas federais, seu formato faz da Entidade Organizadora refém de um processo sob o qual não tem poder financeiro para responder.

A forma como o PMCMV-E foi equacionado provoca incongruências operacionais, fazendo com que o movimento popular trabalhe ao longo desses anos nas adequações. É grande o número de IN, Portarias e Resoluções do PMCMV-E frente às poucas das outras modalidades do programa. Essas adequações são entendidas como vitórias pelos movimentos de moradia. No entanto, têm aproximado cada vez mais o fazer das Entidades ao fazer das Construtoras; os ganhos não são ganhos estruturais. Um programa habitacional voltado para Entidades com a autogestão, com ou sem mutirão, deve ser específico e estar de acordo tanto com os produtos produzidos (atendimento a famílias com perfis diferenciados) quanto ao processo de produção autogestionário (tempo de construção, reajustes adequados), que não se equiparam ao modo de produção do mercado formal da construção civil.

Na estrutura autogestionária, os dividendos e lucros são socializados coletivamente. Esse é um dos caracteres transformadores dessa proposta. Entretanto, o bem produzido coletivamente tem como resultado um bem individualizado, que se transforma em mercadoria e que pode ser ilegalmente negociado

(contrato de gaveta) depois de entregue ao beneficiário. Essa situação seria evitada se em vez de proibir a venda, um programa como esse, de cunho social, tivesse como base outra propriedade fundiária (como o arrendamento), ou outras formas coletivas que devem ser discutidas, a exemplo das Cooperativas Habitacionais uruguaias.

O programa promoveu uma especialização das Entidades ao longo dos anos representando uma mudança no processo de trabalho autogestionário. Essas exigências fizeram com que as associações procurassem se profissionalizar cada vez mais a fim de responder às necessidades das habilitações dos programas, à administração do dinheiro público, à prestação de contas com o órgão e com as famílias, atendimento às demandas sociais e jurídicas que envolvem os empreendimentos dessa magnitude, sempre sob a pressão do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Desde os anos 1990, os programas públicos estaduais e municipais de São Paulo, como o Programa de Gestão Compartilhada – CDHU –, assim como os programas federais lançados nas gestões do Partido dos Trabalhadores, vêm reforçando o papel das Entidades como empreendedores sociais; o que, de certa forma, subsidia e isenta a responsabilidade pública do atendimento habitacional. Na era das políticas públicas neoliberais, temos um programa habitacional à disposição de quem se habilita. Se a Entidade não procura área, não desenvolve estudo de viabilidade, não atende às suas famílias, não tem habitação!

A tônica do empreendedor social tem sido disseminada pelos programas públicos na era das políticas neoliberais, configurando uma situação de risco para o movimento popular. Trata-se de continuar existindo ou de ser engolido pelas armadilhas do programa. Se a Associação possui uma boa inserção política, pode ficar menos desprotegida. Mas isso não a exime da responsabilidade sobre todos os acontecimentos do processo de construção de um empreendimento habitacional, do qual se habilita.

Quais os riscos?

Ao capacitar-se para a prática da autogestão, com a profissionalização necessária frente às exigências atuais, o movimento pode distanciar-se do seu princípio fundamental. Ao capacitar-se, equipara-se à produção feita pelas empresas privadas.

Ao capacitar-se como agente promotor, aceita a transferência da responsabilidade da produção habitacional do Estado para seu próprio ônus.

Um programa habitacional para autogestão deve ser adequado e não adaptado ao processo de produção de obra nessa modalidade. Qual a perspectiva nos próximos programas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, P.; FIX M. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação**. 2009. p.19.
- BARROS, M. C.; TEIXEIRA, C. C.; BUZZAR, M. A.; BOGGI, C. **MCMV Entidades**: possibilidades de participação no acesso à terra urbanizada. Modalidade Compra Antecipada. In: II Congresso Internacional de Habitação Coletiva Sustentável: São Paulo. 2016. V.I. p.582-584.
- BONDUKI, N. **Habitação e Autogestão**: construindo territórios de utopia. Rio de Janeiro. FASE, 1992.
- CARDOSO, A. L. **Habitação de Interesse Social**: Política ou Mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. XIV Encontro Nacional da ANPUR,. 2011, p.20-5
- FERREIRA, J.S.W. (Coord.). **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano**: Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. Fupam. 2012.
- LAGO, L. (Org.). "Autogestão habitacional no Brasil: Utopias e Contradições". Observatório das Metrópoles. **Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades**: uma história em construção. Edilson Mineiro e Evaniza Rodrigues. 2012
- OLIVEIRA, F. "O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil". In: **Novos Estudos CEBRAP**, mar. 2006, n. 74,. Também disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000100005&script=sci_arttext, acesso em ago. /2015.
- RIZEK, C.; BARROS, J. S. "Mutirões autogeridos: construindo e desconstruindo sociabilidades". In: Frúgoli Jr., H.; Andrade, L. T.; Peixoto, F. A. (org.). **A cidade e seus agentes**: práticas e representações. Belo Horizonte: PUC-Minas/Edusp, 2006.
- ROLNIK, R. (Org.). **Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa Minha Casa Minha Vida**: implantando os instrumentos do estatuto da Cidade. Brasília: Ministério das Cidades. 2010
- SANTO AMORE, C; SHIMBO, L; RUFINO, M.B. (Org.). **Minha casa... e a cidade?**: Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em Seis Estados Brasileiros. Observatório das Metrópoles. 2015.
- SANTO AMORE, C. **Lupa e telescópio – O mutirão em foco**: São Paulo, anos 90 e atualidade. São Paulo: FAUUSP (diss. mestrado), 2004.
- TEIXEIRA, C. C. **Programa Minha Casa, Minha Vida Faixa 1 – FAR Empresas, e Programa Minha Casa, Minha Vida Faixa 1 – FDS – Entidades**: dois programas e duas políticas. 3º CIHEL Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono, São Paulo, 2015. ■

Marina Cavalcante Vieira

Super-heróis e anonimato nas grandes cidades

O *blasé*, o homem da multidão e a dupla identidade nas histórias em quadrinhos

Resumo

O Batman é Bruce Wayne e o Super-Homem é Clark Kent ou seria o caso de Clark Kent ser o Super-Homem e Bruce Wayne ser o Batman? Este artigo analisa a questão da dupla identidade nas histórias em quadrinhos a partir de uma reflexão sociológica sobre cidades, modernidade e individualismo, utilizando as narrativas de super-heróis como expressões que traduzem conflitos vividos pelas mulheres e homens modernos. Trabalha-se a questão da dupla identidade a partir da teoria sociológica sobre individualismo e anonimato em Georg Simmel, e todas as discussões aqui travadas dizem respeito aos primeiros quadrinhos do Batman e Super-Homem, criados em finais da década de 1930.

História em quadrinhos

Individualismo

Dupla identidade

Abstract

The Batman is Bruce Wayne and the Superman is Clark Kent or would it be the case of Clark Kent being Superman and Bruce Wayne being Batman? This article analyzes the question of double identity in comic books from a sociological reflection on cities, modernity and individualism, using the narratives of superheroes as expressions that reflects conflicts experienced by modern women and men. The question of the double identity is worked out from the sociological theory on individualism and anonymity in Georg Simmel, and all the discussions here dealt with the first Batman and Superman comics created in the late 1930s.

Comic books

Individualism

Double Identity

INTRODUÇÃO

O presente artigo discute a superaventura como representativa e expressiva do individualismo moderno. Pretende-se analisar o surgimento do gênero superaventura à luz da discussão simmeliana sobre individualismo, demonstrando em que medida os personagens Batman e Super-Homem vivem os conflitos de sua época, dando ênfase às noções de liberdade, igualdade e anonimato nas grandes cidades¹. Convido o leitor a retornar à Modernidade a partir da imersão na discussão do surgimento do conceito moderno de individualismo, construindo pontes e interfaces com a década de 1930 e o gênero de superaventura nos quadrinhos.

Parte-se da discussão sobre o embate entre liberdade e igualdade no espaço urbano, tomando os super-heróis e a questão da identidade secreta como

1 As reflexões que se seguem foram retiradas de um capítulo da Dissertação de Mestrado, intitulada *Visões da Modernidade nas Histórias em Quadrinhos*, desenvolvida no quadro Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que teve como objetivo analisar as representações das cidades do Batman e Super-Homem em seus contextos de criação.

expressão desse embate. Para Georg Simmel², valores como liberdade/igualdade e individualismo/anonimato seriam paradoxos modernos. A questão que este artigo tenta responder é como a identidade secreta ou dupla identidade dos super-heróis pode revelar a tensão entre esses valores. Mas antes de chegarmos à análise de como o Batman e o Super-Homem lidam com a questão da dupla identidade, discutiremos as noções de individualismo e principalmente a questão do antagonismo entre liberdade e igualdade em Georg Simmel.

No nível mais óbvio, a identidade secreta tem o caráter de resolver as implicações legais das ações dos super-heróis, uma vez que nem sempre o senso de justiça do personagem coincide com a justiça formal, assim como tem o papel de proteger suas vidas privadas para que não sofram atentados logo cedo em seu café da manhã, resguardando também os seus familiares e amigos próximos. Motivo pelo qual a maioria dos super-heróis abdica de sua vida amorosa.

Por outro lado, os super-heróis têm o papel de

2 Georg Simmel (1858-1918) foi um importante sociólogo alemão, que, embora considerado assistemático para a sua época, tem sido cada vez mais reconhecido como um clássico da Sociologia.

Ilustração 1: Capa da primeira publicação do Super-Homem, à esquerda, publicada em junho de 1938, na revista *Action Comics* n° 1. Capa da primeira aparição do Batman, em maio de 1939, na revista *Detective Comics* n° 27.



superar os complexos e realizar os desejos de seus leitores em serem mais que pessoas comuns, indivíduos oprimidos pelas estruturas sociais que vislumbram a possibilidade de serem super-humanos: homens e mulheres que se destacam. Segundo Marny (1988), a criação do Super-Homem foi antes de tudo uma tentativa de superar o complexo de seus próprios criadores, dois jovens franzinos de Cleveland que eram constantemente sovados por outros garotos.

Os super-heróis são salvadores de sua sociedade, protetores da ordem que atendem à pergunta “quem poderá nos defender?” – mesmo que esse bordão tenha sido criado em uma crítica latino-americana através do super-herói cômico e anti-herói Chapolin. Além de serem os que nos salvam de nossas mazelas sociais e urbanas, eles realizam o desejo dos homens comuns de identificarem-se com seu próprio salvador, na medida em que os super-heróis são homens comuns como o Clark Kent. Afirma-se, inclusive, que o sucesso da fórmula dos super-heróis é em muito devedora da dupla identidade, uma vez que aproxima o universo de seres superpoderosos à realidade do leitor comum.

O mito do super-herói, e mais particularmente o do Super-Homem, é o mito da classe-média americana em busca da autoafirmação, identificando-se com a possibilidade de usufruir de uma dupla identidade (CIRNE, 1971, p. 48).

Em um outro nível, à luz de Simmel, pode-se afirmar que a dupla identidade do super-herói é uma tentativa de superar o conflito moderno entre anonimato e distinção ou entre liberdade e igualdade. Uma fórmula para lidar com a sociedade moderna que ao mesmo tempo em que exige igualdade entre os homens tende a diferenciá-los. Veremos melhor o desenvolvimento dessa questão a partir de Simmel e da noção de incompatibilidade entre liberdade e igualdade. Será preciso retornar às concepções de liberdade e igualdade dos séculos XVIII e XIX para entender o conflito entre esses valores.

LIBERDADE E IGUALDADE: OU O PARADOXO MODERNO

Toda a teoria simmeliana pode ser compreendida como tendo uma de suas principais motivações a análise do conflito entre indivíduo e sociedade na Modernidade, tendo em vista as transformações impostas no modo de vida, ocorridas após a Revolução Industrial. As grandes cidades³, emblemas da Moder-

nidade, vão ser tomadas por Georg Simmel como o espaço em que essas transformações manifestam-se de forma mais contundente: através da economia monetária, da perda de laços tradicionais, do anonimato e do individualismo metropolitano.

Em seu célebre ensaio ‘A metrópole e a vida mental’, Simmel (1997) enfatiza o processo contraditório e ambíguo por que passa o homem citadino ao tentar conciliar pressões sociais e individuais, afirmando que um dos problemas mais graves da vida moderna seriam decorrentes da tentativa de conciliar essas forças. É na metrópole que se percebe de forma mais evidente o paradoxo do individualismo moderno, na medida em que o indivíduo tenta manter sua autonomia diante de uma estrutura que, ao mesmo tempo em que lhe dá liberdade, tende a massificá-lo. Dessa forma, Simmel percebe uma contradição entre as noções de liberdade e igualdade modernas.

As grandes cidades, como símbolos da Modernidade, representam o espaço onde a liberdade é mais facilmente exercida, em contrapartida com a pequena comunidade de laços tradicionais arraigados. O adágio medieval alemão “de que os ares da cidade libertam” já corroborava essa ideia. Veremos adiante as contradições entre liberdade e igualdade modernas, a partir de Simmel e de sua discussão sobre duas formas de individualismo, uma proveniente da mentalidade do século XVIII e a outra do século XIX.

Em ‘Questões fundamentais de Sociologia’ (2006), Simmel conceitua o individualismo do século XVIII como proveniente da noção de liberdade típica desse século, que concebia o homem enquanto ser universal. Utilizando o exemplo rousseauniano, o homem seria naturalmente bom, tendo a sociedade como a sua corruptora. Como consequência disso, a liberdade encontrar-se-ia na destruição das instituições sociais que oprimem o homem em seu estado de natureza. Sua ideia fundante é a de que, ao libertar os homens da opressão de instituições sociais, como o Estado e a Igreja, o homem em suas qualidades universais emergiria – um homem universal em seu estado de natureza e, desse modo, igual perante aos outros. Para realizar a igualdade bastaria a liberdade. Essa é uma noção de individualismo quantitativo na medida em que concebe o homem como universal e, portanto, igual. Subjaz aí uma noção de igualdade implícita ou diretamente consequente da noção de liberdade do século XVIII.

Da repressão que operava por meio de tais instituições, que perderam toda legitimidade essencial, surgiu o ideal da simples liberdade do indivíduo.

volução Industrial e do advento da Modernidade foi o crescimento urbano e o surgimento da metrópole moderna.

³ É importante lembrar que uma das consequências da Re-

Bastava que caíssem aquelas amarras que obrigavam as forças da personalidade a trilhar caminhos antinaturais para que todos os valores internos e externos, todas as capacidades previamente existentes até então refreadas política, religiosa e economicamente, se desenvolvessem e conduzissem a sociedade da irracionalidade histórica para a sociedade da racionalidade natural (SIMMEL, 2006, p. 92).

A noção de individualismo do século XVIII concebeu os homens como naturalmente iguais e livres, articulando liberdade e igualdade em uma síntese percebida por Simmel como violenta e antagônica. A ambiguidade e incompatibilidade dessa síntese vai ser melhor notada por meio das contradições que emergem da noção de individualismo do século XIX. Se a primeira forma de individualismo era quantitativa, a segunda é qualitativa, uma vez que concebe o indivíduo como único.

O individualismo do século XIX é fiel devedor das noções do século XVIII, no entanto ele é notadamente marcado pela divisão social do trabalho, que exigiu dos indivíduos especialização e diferenciação em suas funções. Essa nova forma de individualismo compreende o indivíduo como absolutamente único, distinto por sua especificidade. No século XIX, a tendência moderna à diferenciação atinge o seu ápice. Mas se o indivíduo desse século buscou a diferenciação, foi apenas por conta do desenvolvimento da noção quantitativa de individualismo do século anterior. Para Simmel, é a economia monetária que tem o caráter ambíguo de igualar e ao mesmo tempo diferenciar os indivíduos, na medida em que o dinheiro efetua trocas objetivas que desprezam valores qualitativos.

Em 'A filosofia do dinheiro' (*Philosophie des Geldes*, 1958), originalmente publicado em 1907, Simmel demonstra, aproximando-se em certa medida de Marx, como a troca por meio do dinheiro nivela e iguala tudo e todos. A economia monetária possibilitou o nivelamento e a emergência de uma lei universalizante. Logo, o dinheiro está presente no desenvolvimento das duas formas de individualismo, seja o quantitativo igualizador do século XVIII, seja o qualitativo diferenciador marcado pela divisão social do trabalho do século XIX.

Autores considerados clássicos da Sociologia, como Marx, Weber e Durkheim, já concebiam a Modernidade como caracterizada pela divisão social do trabalho. Para o primeiro, ela era fonte de alienação, para o segundo, especialização e racionalização, enquanto que para o último, seria fonte da solidariedade orgânica. Simmel, seguindo um diálogo mais

próximo com Weber⁴, propõe a cidade como *locus* do modo de vida racional, individualista e voltado para a economia monetária.

Quando conceitua o tipo metropolitano como racional e afligido pelas contraditórias forças que tendem a esmagá-lo pelo anonimato e ao mesmo tempo dar-lhe autonomia individual, Simmel está discutindo a impossibilidade ou contradição da fórmula moderna que atrelou liberdade e igualdade. O ideal do século XVIII, de um sujeito livre, totalmente responsável por si, mas sobretudo igual aos outros, é oposto à tendência do individualismo do século XIX e sua crescente diferenciação entre os indivíduos.

(...) a liberdade institucionalizada torna-se novamente ilusória por ação das relações pessoais; como em todas as relações de poder, a vantagem obtida faz mais fácil a conquista de outra vantagem – de que a “acumulação de capital” é apenas um exemplo isolado –, e assim a desigualdade do poder iria se tornar maior em progressão velocíssima, e a liberdade dos privilegiados iria se desenvolver à custa da liberdade dos oprimidos (SIMMEL, 2006, p. 93-94).

Simmel demonstra a antinomia entre liberdade e igualdade em sociedades com relações de poder. Uma vez que esses ideais tornam-se contraditórios conforme, por um lado, a sociedade moderna exige igualdade e, por outro, é extremamente diferenciadora.

O individualismo moderno pressupõe a incompatibilidade do individual. Não é apenas a concepção de um indivíduo livre como o do século XVIII, mas sim de indivíduos únicos, específicos e insubstituíveis que se diferenciam uns dos outros. O super-herói das histórias em quadrinhos segue essa tendência moderna à diferenciação.

No artigo 'O individualismo e os intelectuais', Durkheim (2007) discorre sobre como o individualismo seria uma espécie de religião da Modernidade, no sentido em que é um ideal compartilhado de forma geral. O individualismo, portanto, seria um aspecto da solidariedade orgânica que representa uma forma de integração social decorrente da forte diferenciação exigida pela divisão social do trabalho. Esse tipo de solidariedade é possível na medida em que o

4 Weber (1987), no texto Conceito e categorias de cidade, conceitua a cidade enquanto tipo-ideal, caracterizando-a por constituir mercado e possuir autonomia política. Para esse autor, a cidade moderna é o espaço da racionalização e da emergência de uma conduta racional voltada para fins que possibilitaram o desenvolvimento do capitalismo.

individualismo é um culto racional do indivíduo em geral, arraigado com a noção de homem universal do século XVIII.

(...) consequência de uma divisão do trabalho mais desenvolvida, cada espírito se encontra voltado em direção a um ponto diferente do horizonte, refletindo um aspecto diferente do mundo e, portanto, o conteúdo das consciências difere de um sujeito para outro. Encaminha-se assim, pouco a pouco, em direção de um estado, que é quase atingido desde já, e em que os membros de mesmo grupo social não terão mais nada em comum entre eles senão sua qualidade de homem, senão os atributos constitutivos da pessoa humana em geral (DURKHEIM, 2007, p. 306).

O conceito de individualismo em Simmel compreende o desenvolvimento do individualismo qualitativo diferenciador do século XIX como um processo que se deu através do individualismo do século XVIII. Portanto, a análise do individualismo de seu tempo, no próprio conceito simmeliano, compreende a contradição e o conflito na medida em que comporta a luta entre elementos quantitativos e qualitativos. Nesse autor, a tragédia da cultura representa o embate entre as dimensões quantitativas e qualitativas da vida moderna, notadamente marcada pelo atraso do sujeito em acompanhar a complexificação e objetificação do mundo.

Como se coloca o super-herói diante dos embates entre liberdade e igualdade ou entre um mundo que qualifica e diferencia os homens, ao mesmo tempo em que os quantifica e iguala? Os super-heróis são sujeitos que lidam de uma forma interessante com um mundo que comporta valores tão contraditórios. Por meio de sua dupla identidade, eles parecem ter mais facilidade em abraçar esses valores, já que podem se destacar de forma sobre-humana em suas identidades de supers e ao mesmo tempo manterem-se anônimos sob suas capas.

BRUCE BLASÉ E CLARK, O HOMEM DA MULTIDÃO

A identidade secreta do Super-Homem é Clark Kent, repórter de jornal, homem médio ou típico trabalhador da cidade grande. Quando esse herói não está vestido de Homem de Aço, disfarça-se de homem comum, pois Clark é apenas mais um homem igual a tantos outros que habitam a cidade imaginária de Metrópolis. Já o Batman é na verdade Bruce Wayne, um herdeiro milionário que se finge indiferente a

questões que seriam sensíveis ao nosso herói Batman, como uma forma de manter em segredo as suas atuações como o herói mascarado.

Como heróis, tanto o Batman quanto o Super-Homem são homens de destaque nas cidades em que atuam, experienciando a liberdade metropolitana e a máxima do individualismo diferenciador. Esses super-heróis destacam-se diante dos habitantes comuns de suas cidades. No entanto, esses personagens disfarçam-se exatamente em tipos metropolitanos comuns quando agem como Clark Kent ou como Bruce Wayne. Bruce Wayne não é exatamente um anônimo, já que é um rico herdeiro, mas tem atitudes que o aproximam bastante da *blasérie* ou indiferença tipicamente metropolitana, conceituada por Simmel como um tipo moderno comum.

É bastante conhecida a formulação de Simmel sobre o homem metropolitano como um tipo racional e indiferente, através da sua conceituação da atitude *blasé*. Para esse autor, o homem citadino tem uma atitude racional que interioriza o princípio nivelador da economia monetária. A atitude *blasé* é caracterizada pela reserva e pelo embotamento da capacidade de discriminar: coisas, pessoas e experiências são percebidas como indiferentes. Há uma indiferença para com tudo ao primeiro olhar. Levando em conta que a experiência na metrópole é composta por uma multiplicidade de estímulos, a atitude *blasé* é uma atitude de preservação, já que o homem metropolitano atingiria uma atividade psíquica inimaginável, caso estivesse aberto a todas as sugestionalidades que a cidade grande oferece.

Em contraponto com a cidade pequena, a vida psíquica na metrópole é permeada por muito mais estímulos, tendo em vista sua multiplicidade econômica e social. A atitude de reserva demonstra como a personalidade se adequa às estruturas sociais no ambiente urbano. É através de sua racionalidade que o homem citadino protege-se da imensa quantidade de estímulos a que se expõe, e é dessa forma que consegue preservar sua subjetividade⁵.

A cultura moderna é caracterizada pela preponderância do espírito objetivo sobre o espírito subjetivo, processo que tem fortes relações com a economia monetária. O dinheiro e seu caráter nivelador/objetivo permitiu a instituição de relações impessoais entre os homens, trazendo como consequência o alargamento das relações sociais e a ruptura com os laços comunitários tradicionais. Foi através da economia

⁵ Mais uma vez podemos ver o caráter ambíguo na teoria simmeliana: é por meio de um comportamento objetivo e racional que esse homem consegue preservar sua subjetividade.



Ilustração 2: Imagem retirada da revista *Action Comics* n° 1 republicada no livro *The Superman Chronicles Volume 1* (2005).

monetária que se atingiu a tão almejada liberdade da opressão e tirania da pequena comunidade e de suas instituições sociais tradicionais.

No entanto, a cultura moderna, ao mesmo tempo em que dá liberdade, também aprisiona ou no mínimo reduz o indivíduo, já que esse passa a ser visto pelas lentes da objetividade e impessoalidade, e logo é transformado em número, em massa, em um comum homem da multidão. E bem como conceitua Simmel, na multidão a proximidade física torna mais evidente a distância social e mental entre os homens.

Se os ares da cidade libertam, nesse mesmo espaço de liberdade o indivíduo corre o risco do anonimato e de ter seus aspectos qualitativos e suas particularidades reduzidas a número. Porém, esse é o ônus de uma liberdade moderna que se choca com o próprio princípio da igualdade e impessoalidade.

Diante dos tipos metropolitanos expostos a partir de Simmel, faz-se uma aproximação entre Bruce Wayne e o metropolitano de atitude *blasé*, e entre Clark Kent e o homem da multidão. Se Bruce Wayne disfarça-se de *playboy* entediado, desinteressado e centrado em si mesmo para escapar ileso de qualquer desconfiança de suas ações como Batman, Clark Kent, por sua vez, é o homem comum, típico homem da multidão, que não tem atrativos e não se destaca em nada que faz. Além de tudo, ele é covarde, motivo utilizado quando a sua capacidade para passar despercebido não dá certo e o nosso herói precisa rapidamente sair de cenas de perigo para retornar no quadro seguinte como o Homem de Aço.

Em sua primeira aparição pela revista *Action Comics* n° 1, de junho de 1938, Clark Kent consegue sair em um encontro romântico com Lois Lane, colega de trabalho por quem é apaixonado e que não lhe dava chances. No meio de uma dança, o casal é

atrapalhado por um homem que rudemente manda Clark Kent se afastar para que ele possa dançar com Lois Lane. Lois exige que Clark se imponha, o que ele não faz. No final, ele é afrontado pelo homem e por Lois Lane, que vai embora do salão dirigindo-lhe uma última fala: “Você me perguntou mais cedo esta noite porque eu te evitava. Eu te direi o porquê agora! Porque você é um fraco e insuportável covarde!” (ver ilustração 2).

(...) o Superman vive entre os homens sob as falsas vestes do jornalista Clark Kent; e, como tal, é um tipo aparentemente medroso, tímido, de medíocre inteligência, um pouco embaraçado, míope, súcubo da matriarcal e mui solícita colega Míriam Lane [Lois Lane], que, no entanto, o despreza e está loucamente enamorada do Superman. Narrativamente, a dupla identidade do Superman tem uma razão de ser, porque permite articular de modo bastante variado a narração das aventuras do nosso herói, os equívocos, os lances teatrais, um certo suspense próprio de romance policial. Mas, do ponto de vista mitopoiético, o achado chega mesmo a ser sapiente: de fato, Clark Kent personaliza, de modo bastante típico, o leitor médio torturado por complexos e desprezados por seus semelhantes; através de um óbvio processo de identificação, um accountant qualquer de uma cidade norte-americana qualquer, nutre secretamente a esperança de que um dia, das vestes da sua atual personalidade, possa florir um super-homem capaz de resgatar anos de mediocridade (ECO, 2008, p. 247-248).

Como dito anteriormente, o gênero de super-heróis tem esse óbvio caráter de realização de frustrações sociais, sendo considerado por muitos como uma catarse realizada antes de tudo por seus autores, como afirma Sérgio Augusto (1971) com relação a Jerry

Siegel e Joe Shuster, criadores do Super-Homem.

Clark Kent é constantemente ridicularizado no trabalho também. Cito quadros iniciais da *Action Comics* n° 7 de dezembro de 1938. Um colega de trabalho ridiculariza nosso herói no escritório do jornal em que trabalham, apenas para provar aos outros o quão submisso Clark é. Ao final, ele afirma que qualquer outro cara teria lhe dado um soco, mas não Clark Kent, ele ainda agradece. Lois comenta que é irritante a maneira como Clark deixa o colega sair impune de suas brincadeiras (ver Ilustração 3).

Mais adiante, nessa mesma história de janeiro de 1939, ocorre a transformação de Clark Kent em Super-Homem “na intimidade de seu apartamento”, ou seja, no ambiente privado e longe de quaisquer testemunhas (ver Ilustração 4). O narrador conta: “Naquela noite... na privacidade do apartamento de Clark Kent, uma transformação miraculosa acontece! Sem óculos e roupas comuns... a tímida figura de Clark ergue-se... e em alguns instantes depois o retraído repórter é substituído pelo dinâmico Super-Homem!”

É interessante notar como a transformação tem um caráter íntimo, revelando a capacidade de o leitor identificar-se, ao menos na fantasia de sua intimidade, com a possibilidade de ser mais que um homem comum. Outra questão relevante nessa passagem é a associação entre o homem comum e a *street-clothes* ou roupas comuns, do dia a dia do trabalho. A multidão é uniforme inclusive em suas roupas. E o Super-Homem, como homem que se destaca, precisa vestir-se de forma diferente, seguindo sua própria moda, em uma roupa sem igual.

O empregado Clark Kent anda vestido como toda a gente, mas, quando se transforma em Superman, ao mesmo tempo que o corpo se modifica, veste a capa e o fato justo. Como é que o poderíamos imaginar vestido vulgarmente a fazer reinar a ordem em Metrópolis? (MARNY, 1988, p. 124).



Ilustração 3: Imagem retirada da revista *Action Comics* n° 7 republicada no livro *The Superman Chronicles* Volume 1 (2005).

Georg Simmel (1988) compreende na moda um aspecto da vida moderna em que é possível observar a ambiguidade entre a necessidade de diferenciação e adequação por que passa o indivíduo. Esse é um fenômeno ambíguo que ao mesmo tempo em que exige a adequação dos indivíduos às tendências da moda tem por princípio a diferenciação. Simmel já percebia em sua época uma aversão às massas e ao homem da multidão que segue uma moda homogeneizadora. A vestimenta que destaca passa a ser a expressão máxima do individualismo, do homem que se sobrepõe às massas. Dessa forma, enxergamos no super-herói um tipo individualista moderno, com sua vestimenta tão única quanto o seu portador. A máxima expressão do individualismo na moda é a

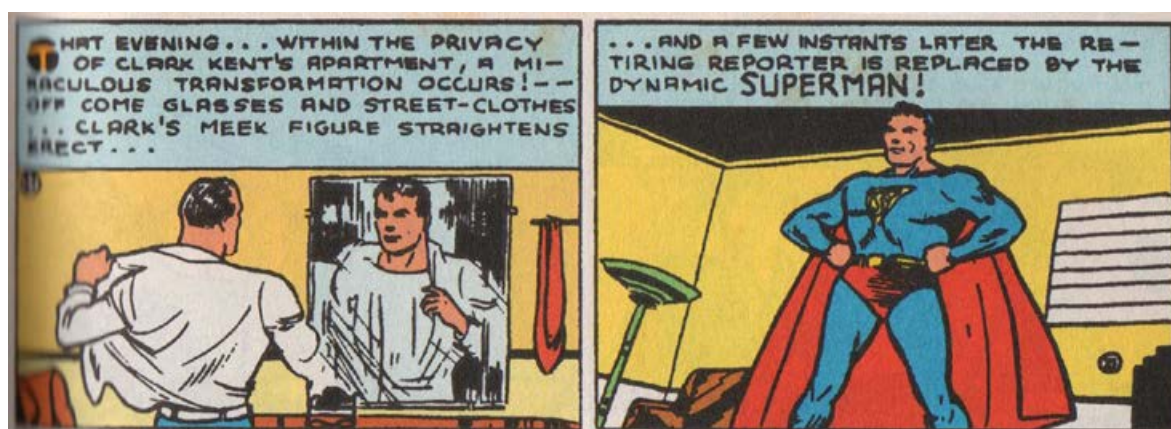


Ilustração 4: Imagem retirada da revista *Action Comics* n° 8 republicada no livro *The Superman Chronicles* Volume 1 (2005).

ideia do sujeito que faz a sua própria moda e que depois ainda consegue ditá-la aos outros. Simmel (1988) afirma então que esse tipo de indivíduo sente-se a marchar na cabeça da coletividade, no entanto ele se iguala a tantos outros em seu ímpeto de ser único, já que, como vimos em Durkheim (2007), o individualismo é a religião de nosso tempo.

Luis Felipe Baêta Neves (1971) conceitua a roupa dos super-heróis como vestimentas de caráter atemporal.

O aspecto exterior se caracteriza, então, por uma mistura de elementos de formas de vestir passadas com elementos “modernos” como o corte de cabelo e a barba raspada ou o aspecto aerodinâmico e algo atemporal do conjunto de roupas. Atemporal no sentido de que o uniforme é formado de elementos diversos oriundos de diferentes épocas e países não se podendo, portanto, dizer: o uniforme do SH a, b, c é cópia fiel da vestimenta de indivíduo que tenha vivido em um país determinado em uma dada época (NEVES, 1971, p. 71-72).

O Super-Homem então, com sua roupa atemporal e inusitada, parece ter lançado moda não apenas em super-habilidades, assim fundando um novo gênero, mas também determinando a forma de vestir dos outros supers, geralmente com uso de *collants* e capas, além do já citado caráter atemporal, evidenciando ainda mais a autonomia dos super-heróis com relação à sua historicidade pelo meio do uso de roupas que tentam romper com a moda instituída. O irônico, no entanto, é o fato de que, na tentativa de distinguirem-se uns dos outros, os indivíduos modernos assemelham-se em sua ânsia por distinção. Encontramos então o mesmo padrão na moda em geral e na moda mais específica que aqui analisamos: a vestimenta de super-herói. O Super-Homem fez escola!

Ao passo que exploramos a ideia do Clark Kent

como homem da multidão, o milionário Bruce Wayne, por sua vez, esconde-se na figura *blasé*. Esse tipo de comportamento é característico de Bruce desde a primeira história em quadrinhos do Batman (publicada na revista DC nº 27), como veremos a seguir. Bruce é amigo do comissário de polícia Gordon e já nos primeiros quadros dessa história finge desinteresse para poder se inteirar do caso de um assassinato (ver Ilustração 5).

Alguns quadros adiante, ele torna a fingir desinteresse apenas para poder se ausentar e ir resolver o caso. Ao final da história, quando os crimes foram resolvidos por ele mesmo vestido de Batman, nosso herói encontra-se novamente com o comissário Gordon, e não só se mostra desinteressado sobre as ações do Batman como ainda faz piadas ao ouvir que esse supostamente teria desaparecido nos céus. Comenta Bruce Wayne: “Que belo conto de fadas comissário.” Os três últimos quadros dessa história publicada pela *Detective Comics* nº 27 de 1939 trazem uma revelação: Wayne é o Batman! (ver Ilustração 6).

Utilizando o mesmo recurso que o Super-Homem, essa transformação de Wayne em Batman revela seu caráter íntimo, quando é apenas no seu quarto que Bruce triunfa como super-herói (ver Ilustração 5). O primeiro quadro demonstra o que o comissário pensa do Bruce Wayne: um bom rapaz de vida monótona e desinteressado por tudo. É através do narrador onipresente que surge a revelação: “Bruce Wayne volta para o seu quarto. Um pouco mais tarde sua porta se abre lentamente... e revela seu ocupante [eis que surge o Batman]. Se o comissário pudesse ver seu jovem amigo agora, ele ficaria surpreso em descobrir que este é... Batman!”

Na história publicada na revista *Detective Comics* nº 42, Bruce Wayne é tachado de entediado e inútil em uma festa da alta sociedade. Um casal aproxima-se e o homem pergunta ao herdeiro milionário como ele está e o que tem feito ultimamente, ao que ele responde: “Nada Jim, nada. O trabalho é muito vigoroso! Ele me entedia!” Bruce retira-se e o homem comenta que tudo o entedia, que se um dia algo o animar deveria ser declarado um feriado nacional. A mulher complementa: “Dizem que ele é provavelmente o colega mais preguiçoso e inútil entre nós” (ver Ilustração 7).

Vimos então como o super-herói atende às exigências da metrópole, seja enquanto superindivíduo, seja enquanto homem comum ou *blasé*. A transformação do homem médio oprimido (Clark Kent) ou do *blasé* aprisionado em sua racionalidade (Bruce Wayne) em super-heróis oferece uma tentativa de realização das frustrações de nossa época. Dessa forma, esses personagens conseguem reverberar na vida

Ilustração 5:
Imagem retirada
da revista
*Detective
Comics* nº 27
republicada no
livro *The Batman
Chronicles*
Volume 1 (2005).





Ilustração 6: Imagem retirada da revista *Detective Comics* n° 27 republicada no livro *The Batman Chronicles* Volume 1 (2005).

do homem moderno, na medida em que operam a transformação de tipos urbanos comuns em super-humanos, homens de destaque, já que de fato é difícil viver na cidade grande e não cair em alguns desses tipos (o homem da multidão ou o *blase*), quando não nos dois ao mesmo tempo.

Se a vida na cidade grande é bastante fragmentada e impessoal, a comunidade tradicional, por sua vez, tende a reconhecer o sujeito enquanto pessoa, mas em contrapartida tolhe sua liberdade individual. Trabalha-se aqui com as categorias pessoa e indivíduo enquanto noções sociológicas opostas: a primeira como típica de comunidades tradicionais e a segunda como marcante das relações modernas e impessoais. Vejamos, portanto, as diferenças que marcam o tratamento na metrópole moderna em comparação com comunidades tradicionais, como uma forma de responder à questão de se os super-heróis, como sujeitos urbanos, podem ser tratados através da categoria sociológica de *pessoa* ou *indivíduo*?

Rosane Prado (1997) define a cidade pequena como marcada pelas relações de proximidade social, trabalhando com a noção de pessoa em oposição à noção de *indivíduo*, uma vez que em comunidades de laços sociais arraigados sempre se é alguém localizado socialmente em contraposição à noção moderna e impessoal de *indivíduo*. Nesse sentido, os sujeitos são reconhecidos enquanto pessoa. Em sua análise sobre cidade pequena, mais especificamente a cidade de Cunha, do interior paulista, Rosane Prado percebe um paradoxo sobre a necessidade de liberdade que sentem os cunhenses. Ao mesmo tempo em que sentem vontade de ir à cidade grande

para fugir do controle de Cunha, vangloriam-se de sua cidade pequena “em que todos se conhecem”. A relação é paradoxal no ponto em que é a mesma solidariedade de pequena comunidade que lhes possibilita valorizar sua cidade e ao mesmo tempo quer escapar de seu controle.

(...) Cunha é acolhedora e nela as pessoas se sentem queridas e reconhecidas, por outro lado, ela também oprime, e nela as pessoas se sentem controladas e restringidas pelas regras e expectativas a cumprir e atender. São as delícias do tratamento pessoalizado, de ser reconhecido, considerado e estimado (e por isso os cunhenses adoram Cunha); e as agruras da falta de privacidade, de se sentir hipereposto, contido, coibido (e por isso os cunhenses detestam Cunha). São as delícias e agruras do controle social. Os sabores e dissabores da cidade pequena, regida pelas relações pessoais, o paraíso e inferno da personalidade (PRADO, 1997, p. 53).



Ilustração 7: Imagem retirada da revista *Detective Comics* n° 42 republicada no livro *The Batman Chronicles* Volume 2 (2006).

Enquanto a pessoa na cidade pequena encontra-se entre o reconhecimento de seu posicionamento social, favorecendo-se de ser sempre uma pessoa qualificada, em posição relativa a suas relações sociais, como filho ou irmão de fulano. Ao mesmo tempo essa proximidade lhe impõe um grande controle social e falta de liberdade. Vimos como o indivíduo metropolitano vive uma outra espécie de paradoxo que pendula entre o anonimato e a liberdade. De que maneira o super-herói pode representar uma superação destas contradições da vida moderna sem cair no paradoxo da cidade pequena?

O super-herói, por meio de sua identidade secreta, adquire um duplo caráter: é extremamente reconhecido, mas não se torna pessoa, pois mantém a sua privacidade intacta; ao passo que usufrui da liberdade do indivíduo, mas não se torna anônimo.

CONCLUSÃO

Se a capacidade de ser tratado como indivíduo liberta o sujeito da autarquia das comunidades tradicionais, esse tratamento é marcado pela impessoalidade niveladora que paradoxalmente destrói a liberdade, ao aprisionar o homem moderno e o tratar como número. Os super-heróis não correm esse risco, mantêm-se anônimos porque sua identidade secreta não é revelada, e ao mesmo tempo são super-humanos de destaque.

A insígnia de super-herói permite um relativo anonimato na medida em que não se sabe quem é a verdadeira pessoa por trás da capa de super-herói. Essa insígnia, no entanto, serve para elevar o super-herói e o tornar super diante de todos os homens. O super-herói tem um caráter ambíguo já que está entre ser pessoa e ser indivíduo, sem, entretanto, conseguir tê-lo de forma absoluta ou plena. O mesmo acontece com relação aos valores de liberdade e igualdade.

Dessa forma, o super-herói consegue atingir o máximo da liberdade metropolitana e o máximo do reconhecimento em sua sociedade sem ter que cair na autarquia das relações sociais comunitárias, conseguindo ser uma das mais altas expressões do individualismo moderno. Não que vestir *collant* e capa seja uma saída factível para os homens e mulheres reais quando se encontram diante do paradoxo entre liberdade e igualdade. Mas a ficção de super-heróis parece, mesmo que ingenuamente, captar estas tensões e apontar saídas dentro do seu quadro narrativo.

A questão da presença da técnica nessas histórias também possibilita pensar como esses quadrinhos tentam resolver outros conflitos modernos, como os conceituados por Max Weber (2004) como *desen-*

cantamento do mundo e tragédia da cultura em Georg Simmel (1998). Essa questão é bastante evidente quando pensamos no Super-Homem e a na representação do domínio ou superação da técnica pelo homem: esse super-herói levanta pontes, é mais rápido que trens, conserta represas etc. Em suma, ele supera qualquer tecnologia de sua época. O Batman tem outra relação com a técnica, é a partir dela que ele adquire superpoderes.

Os conceitos de *tragédia da cultura e desencantamento do mundo* representam mais um dos paradoxos da Modernidade, ao passo em que revelam os limites e mesmo aprisionamentos da racionalidade técnica. Tanto Weber quanto Simmel assinalam o caráter ambíguo do processo de racionalização, revelando assim o paradoxo da cultura moderna, na medida em que a noção de racionalização não nos leva necessariamente ao progresso. Para Weber, o desencantamento do mundo é resultado da crescente racionalização e predomínio do exercício da conduta racional com relação a fins. A racionalização, o abandono da magia e o desencantamento do mundo não levam o indivíduo moderno a um maior domínio do seu mundo, muito pelo contrário. Isso é apontado em Simmel a partir da noção de tragédia da cultura e do alijamento do homem moderno diante da complexificação do mundo. A objetificação e especialização técnica e a dificuldade do homem moderno em acompanhá-la realizam mais um dos paradoxos da Modernidade. O homem, de criador do aparato tecnológico, passa a criatura, conforme assiste a uma autonomização dessa esfera e a sua incapacidade de acompanhar em totalidade a sua objetificação. Os meios passam a fins em si mesmos, como demonstra Weber com o processo de burocratização. O homem passa então a ser mais uma engrenagem no mundo.

Seria preciso ser super-herói? Somente um sobre-homem conseguiria sobreviver à Modernidade? Seguindo essa linha de pensamento, gostaria de apontar que os super-heróis aqui estudados parecem resolver ou no mínimo querer resolver esse paradoxo moderno, no ponto em que eles lidam com a técnica e ao mesmo tempo apreendem o mundo em sua totalidade. O Super-Homem atinge o domínio da técnica por meio de sua ação totalizante, enquanto o Batman somente é capaz de atingir a totalidade da ação por meio da técnica. Embora de formas inversas, os dois supers conseguem a superação desse paradoxo como proposto por Simmel e Weber, revelando uma totalidade da ação e capacidade subjetiva de acompanhar a autonomização e objetificação da vida, superando a tragédia simmeliana da cultura e simplificando a complexidade da vida moderna. Nesse ponto, a metáfora da gaiola de ferro weberiana é bastante ilustra-

tiva, já que ela representa o aprisionamento do homem pela razão. A razão e a técnica são produtos do homem que tendem a aprisioná-lo, o enjaulamento do criador pela criatura.

Partindo da noção de ficção e fantasia como criações que traduzem e por vezes questionam as aspirações e anseios de sua época, utilizo os conceitos de tragédia da cultura e desencantamento do mundo, invertendo-os em uma alegoria: os super-heróis seriam uma espécie de encantamento do mundo ou comédia da cultura, já que representam a necessidade do homem massificado de superar suas frustrações por meio da ficção e da fantasia.

BIBLIOGRAFIA

- AUGUSTO, Sérgio. “É um pássaro? É um avião? É Super-Homem? Não, é Deus”. **Revista de cultura: O mundo dos super-heróis**. Vozes. Ano 65, n. 4, 1971.
- CIRNE, Moacy. “Ideologia e desmistificação dos super-heróis”. **Revista de cultura: O mundo dos super-heróis**. Vozes. Ano 65, n. 4, 1971.
- DURKHEIM, Emile. “O individualismo e os intelectuais”. In: **Revista de Direito do Cesusc**. Nº2 Jan/Jun. 2007.
- ECO, Umberto. “O mito do Superman”. In: Eco, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- FINGER, Bill, KANE, Bob e ROBINSON, Jerry. **The Batman Chronicles Volume 1**. New York: DC Comics, 2005.
- MARNY, Jacques. **Sociologia das histórias aos quadrinhos**. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1988.
- NEVES, L. F. Baêta. “Dialética da origem e a ideologia da permanência dos SH”. **Revista de cultura: O mundo dos super-heróis**. Vozes. Ano 65, n. 4, 1971.
- PRADO, Rosane Manhães. “Cidade pequena: pa-raíso e inferno da pessoalidade”. **Cadernos de Antropologia e Imagem** (UERJ), Rio de Janeiro RJ, n. 4, p. 31-54, 1997.
- SIEGEL, Jerry e SHUSTER, Joe. **The Superman Chronicles Volume 1**. New York: DC Comics, 2006.
- SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: FORTUNA, Carlos. **Cidade, cultura e globalização: ensaios de Sociologia**. Oeiras, Celta, 1997.
- _____. “O dinheiro na cultura moderna”. In: Jessé Souza e Berthold Öelze (Orgs.). **Simmel e a Modernidade**. Brasília: UNB, 1998.
- _____. La Moda. In: **Sobre la aventura**. Barcelona: Península, 1988.
- _____. **Questões fundamentais de Sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- _____. **Philosophie des Geldes**. Berlim: Duncker & Humblot Verlag, 1958.
- SINGER, Ben. “Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular”. In: Charney, Leo e Schwartz, R. **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cossac & Naify, 2001.
- VIANA, Nildo. **Heróis e super-heróis no mundo dos quadrinhos**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005.
- VIEIRA, Marina Cavalcante. **Visões da Modernidade nas histórias em quadrinhos: Gotham e Metrópolis em finais de 1930**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPCIS/ UERJ.
- _____. Urban Images in Comic Books: Representation of Metropolis and Gotham in the late 1930s. **The International Journal of the Image**, v. 1, p. 45-56, 2011.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. “Conceito e categorias de cidade”. In: VELHO, Otávio G. (org.). **O fenômeno urbano**. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987. ■

Vivian Aparecida Blaso Souza Soares César
Sydney Cincotto Junior
Valmir Martins de Oliveira

Cidades afetivas

uma via ecológica para o bem-viver

Resumo

O desafio contemporâneo do “homo urbanus” é encontrar outras vias de sociabilidade capazes de regenerar a vida que se encontra intoxicada-hiperconectada-saturada. As promessas de um capitalismo sustentável e uma vida smart governada pelo uso das tecnologias não parecem ser capazes de propiciar mais qualidade de vida, equidade, segurança, acessibilidade e convivialidade nas cidades. O decrescimento sereno e as políticas do bem-viver vão na contramão do admirável mundo novo prometido pela tríade: vida smart, economia verde, desenvolvimento sustentável. Cidades afetivas requerem novas formas de convivialidade como slow food, economia solidária/colaborativa, mandatos coletivos para o bem viver.

Cidades afetivas

Bem-viver

Pensamento complexo

Convivialismo

Abstract

The contemporary challenge of the “homo urbanus” is to find other ways of sociability capable of regenerating the life that is intoxicated-hyperconnected-saturated. The promises of sustainable capitalism and a smart life governed by the use of technologies do not seem to be able to provide more quality of life, equity, security, accessibility and conviviality in cities. Serene decline and well-being policies run counter to the brave new world promised by the triad: smart living, green economy, sustainable development. Affective cities require new forms of conviviality such as slow food, solidarity / collaborative economy, collective mandates for well-being.

Affective cities

Good living

Complex thinking

Convivialism

INTRODUÇÃO

Um dos maiores acontecimentos do século XX deveu-se ao processo de transição da vida assentada nos campos para as cidades. Imersas no capitalismo neoliberal, as cidades no século XXI estão em crise. Atualmente, boa parte da população urbana da Terra vive atolada no caos urbano, impactada 24 horas por dia pela hiperconectividade. Excesso de automóveis, hiperconsumo, falta de saneamento, poluição, violência, segregação econômica, indigência, miserabilidade, *stress* e distúrbios psíquicos contribuem para a degradação das relações socioafetivas. A convivialidade cedeu espaço ao medo, à incompreensão, à intolerância, ao individualismo e à privatização da vida, sobretudo com a chegada dos refugiados vindos de territórios acometidos pelas guerras, fomes, catástrofes ambientais ou crises econômicas. Na busca pela vida, ou pela simples sobrevivência, as cidades e seus moradores agonizam.

Governadas pela lógica da globalização, da ocidentalização e do desenvolvimento, e impulsionadas pelo quadrimotor ciência-técnica-economia-lucro¹, as cidades e seus habitantes necessitam de outras vias para escaparem do paradigma do crescimento acelerado e ilimitado para poderem lidar com as dores do presente. Nelas as pulsões de vida e de morte se produzem e se reproduzem na velocidade da sociedade 24x7 – 24 horas por dia, sete dias da semana. O cansaço, a estafa e o esgotamento são os sintomas do modo de vida das cidades capitalistas contemporâneas.

Superexcitação, hiperatividade e competitividade amplificam os distúrbios psicoafetivos do *Homo urbanus* que se acredita apenas *sapiens-faber-æconomicus*. Fragmentados, inconscientes da sua realidade antropológica enquanto *Homo demens-ludens-consumans*, capturados pelo ideário performativo do produtivismo↔desempenho, os sujeitos contemporâneos internalizaram os valores do indivíduo empreendedor de si. Amparados quimicamente, atuam mecânica e incansavelmente em prol da maximização utilitarista das finalidades econômicas em conjunto com a manipulação da natureza na busca de longevidade e felicidade individual. Em nome de um *viver bem* afogam-se nos excessos e excedentes, corrompem o *bem-viver*. O *eu* egocêntrico está no comando e faz sucumbir o *nós* da convivialidade.

Assistimos nas últimas décadas à velocidade com

a qual as ideias abrigadas sob o guarda-chuva da sustentabilidade foram agenciadas pelas forças da globalização, ocidentalização e desenvolvimento. Capturados, os ideários ecológicos revestem com novas cores e formas as tecnologias *smart*, a economia verde e o desenvolvimento sustentável para atenderem aos interesses econômicos neoliberais. Certificadas com selos verdes, as organizações são apresentadas pelo marketing como ecologicamente responsáveis e socialmente justas, sem deixarem de servir à sanha produtivista da sociedade do desempenho, de agregar valores a si mesmas e aos produtos por elas produzidos e comercializados, de reduzir os danos à imagem da marca no mercado e, assim, maximizar seus lucros. Cultivam, assim, o mal-estar civilizacional e a crise ecológica.

Agenciado, o *Homo urbanus* crê na frágil promessa que a vida *smart*, governada pelo uso das tecnologias nas pontas dos polegares, será capaz de propiciar mais qualidade de vida, equidade, segurança e acessibilidade. Ela promete uma via verde/ecológica/sustentável ao capitalismo que o permita continuar funcionando ininterruptamente nos moldes 24x7. Cansado, esse sujeito do alto rendimento é frequentemente levado pela sociedade do desempenho à depressão e ao fracasso, afinal, a competitividade e a meritocracia não garantem que todos subam ao pódio. Han² nos mostra que o cansaço desses indivíduos afasta o eu do outro, impedindo o *Homo urbanus* de viver em comunidade. A convivialidade parece impossível de se alcançar.

Para Viveret³, a crise, antes de promover paralisia, deve favorecer indagações e estimular a busca de outros caminhos para a sociedade; antes de aprofundar a descrença, deve ser vista como uma oportunidade para ramificar esperanças e responsabilidades frente ao futuro que virá. Diante do improvável da crise, eclodem as potencialidades criadoras e as possibilidades de metamorfose. A hominescência, ou o começo de uma outra humanidade, está em curso; cabe a todos nós tomar consciência dela para tecermos juntos o mundo que queremos.

Nas cidades do século XXI, o desafio contemporâneo do *Homo urbanus* é encontrar outros caminhos para a convivência que sejam capazes de regenerar a vida que se encontra intoxicada-hiperacelerada-saturada-superexcitada pelo individualismo-produtivismo-consumismo-informação. Estimular que flo-

1 O termo “quadrimotor ciência-técnica-economia-lucro” foi criado por Edgar Morin para referir-se às forças motoras da sociedade global contemporânea responsáveis pela degradação da biosfera.

2 HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. (2010) Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

3 VIVERET, Patrick. “O que faremos com a nossa vida?”. In: MORIN, Edgar. *Como viver em tempo de crise?*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 29-76.

resçam os princípios do convivialismo⁴: de comum humanidade para além das diferenças; de comum socialidade; de individuação, que permite a cada um afirmar sua singularidade sem prejuízo a dos outros; de oposição controlada, por não permitir que a singularidade individual de um seja impeditiva da expressão da singularidade do outro, marco do princípio comum de socialidade. Buscar as vias do decrescimento sereno, convivial e sustentável implica reaprender a pensar e a viver, entrelaçar e pôr em prática as ideias de reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, relocar, reduzir, reutilizar e reciclar, defendidas por Latouche⁵.

HOMO URBANUS

Há muito, as cidades tornaram-se o centro das atenções, dos jogos de poder e dos interesses políticos, econômicos e culturais de seus cidadãos. Flanar, conhecer, desvendar uma cidade a torna um fetiche, objeto de desejo e de aspirações de todos os tipos. Le Goff⁶ nos diz que as cidades são o palco das trocas, onde se concentram os prazeres da festa, os diálogos de rua – nas tabernas, nas escolas, nas igrejas e mesmo no cemitério. Lugar do encontro, dos eventos, dos câmbios, a cidade é cultura, alimenta o povo com suas tradições, seus rituais. Se as cidades não fossem cultura, como as trocas, as festas e os câmbios ocorreriam? As cidades como espaços de convivência devem existir para servirem ao bem-viver, o que significa existirem para a “realização de um desenvolvimento pessoal dentro de um desenvolvimento coletivo, de uma comunidade fraternal”⁷.

O *Homo urbanus* é ator e coparticipante do processo de tessitura das cidades, nelas os afetos acontecem no palco do espetáculo da vida porque tudo está em movimento. Nós atuamos nas cidades em nossas cenas cotidianas, participamos das suas figuras, montagens e desmontagens. Os seus cenários são diversos, mas cada espaço tem as suas impressões, características únicas. Na singularidade encontramos

a multiplicidade de cores, formas, pessoas. Com tanta mistura e heterogeneidade nos tornamos mestiços, matizados e policromáticos como os arlequins. Nossos corpos humanos estão plasmados aos corpos das cidades.

Ocupar, habitar e emaranhar-se às cidades de forma convivial para o bem-viver exige de nós que despertermos o espírito da dádiva, adormecido e negligenciado pelo *Homo urbanus*. Para Marcel Mauss⁸, a vida social, na sua totalidade, erigiu-se das formas de solidariedade recíprocas, resultou das alianças entre os homens contra a violência total, dependia desses laços que constituíam a vida em comum. As regras fundadoras do social implicam convivialidade, interdependência, dádiva – dar↔receber↔retribuir. Buscamos uma via ecologizada para o futuro das cidades que integre o homem e a natureza.

Para tanto, apostamos na tomada de consciência da realidade antropológica complexa do *Homo urbanus*. Devemos nos assumir como *Homo complexus*⁹ ao reconhecermos nosso duplo enraizamento cósmico-biológico – somos filhos do Cosmos gerados por Gaia; ao aceitarmos nossa animalidade e nossa humanidade – existimos ao mesmo tempo como seres totalmente naturais e culturais; ao compreendermos a dialógica da unidade/diversidade biocultural do homem – somos ao mesmo tempo um ser individual egocêntrico, um ser social altruísta e uma espécie vivente implicada na vida e no universo.

O *Homo urbanus* é *complexus* porque é um ser racional, mítico, afetivo, lúdico, imaginário, prosaico, poético, sensitivo, concreto, pulsional, possuído por seus sonhos e projetos, capaz de objetividade, de cálculo, de criação e invenção; sobretudo é dionisíaco e apolíneo, um *sapiens-demens*, tomado pela desmesura e pela razão.

No entanto, devemos observar que uma outra questão se impõe a nós, o *Homo complexus* é também *ecológico*. Em tempos hominescentes, a arborescência de uma outra humanidade não se fará sem o florescimento de uma outra política que compreenda na vida cívica do *Homo urbanus* a *Biogea* – a água, o ar, o fogo, a terra, o conjunto das espécies viventes –, como nos tem apontado Michel Serres¹⁰

4 *Manifesto convivalista*: declaração de interdependência – Edição brasileira comentada. Vários autores. (2013) São Paulo: Annablume, 2016.

5 LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. (2009) Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

6 LE GOFF, Jaques. *Por amor às cidades*: conversações com Jean Lebrun. (1997) Trad. Reginaldo Carmello Correa de Moraes. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

7 MORIN, Edgar. “A ideia de metamorfose, entrevista com Edgar Morin”. (2013) In: *Manifesto convivalista*: declaração de interdependência – Edição brasileira comentada. Vários autores. São Paulo: Annablume, 2016, p. 100.

8 MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva – Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. (1925) In: _____. *Sociologia e antropologia*. (1950) Introdução: Claude Lévi-Strauss. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 183-314.

9 MORIN, Edgar. *O método 5: a humanidade da humanidade*. (2001) Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2002.

10 SERRES, Michel. *O contrato natural*. (1990) Trad. Serafim Ferreira. Lisboa: Instituto Piaget, s./d.

_____. *Temps des crises*. Paris: Éditions le Pommier, 2009.

em diversas obras. E por quê? Porque nos tempos de crise nos quais vivemos, a reinvenção do homem e da sociedade não se fará sem a Natureza. Formamos um só corpo uno-plural, é essa a nossa identidade singular↔universal: cósmica, biológica, psicoantropossocial.

Vivenciamos nesse instante o calor da dissipação das estruturas de uma civilização em crise, temos diante de nós uma bifurcação, experimentamos aquilo que Serres tem chamado de hominiscência: *fazer e, em se fazendo, fazer-se*. As manipulações tecnocientíficas das coisas, da vida e do mundo, conferidas pelas biotecnologias e pela inteligência artificial, abriram para o homem do atual século a possibilidade de transformar o mundo e a si mesmo de forma jamais imaginada.

Em *Homo Deus: uma breve história do amanhã*,¹¹ Harari trata da gestação dessa metamorfose da humanidade ao considerar que a aventura do homem no planeta como *Homo sapiens* talvez esteja chegando ao seu limite. “Tendo elevado a humanidade acima do nível bestial da luta pela sobrevivência, nosso propósito será fazer dos humanos deuses e transformar o *Homo sapiens* em *Homo deus*”. (HARARI, 2016:30).

Tamanha capacidade de intervenção-manipulação-transformação exige de nós uma ética complexa que considere a interdependência ecológica entre humanos e não humanos em permanente interação com a biosfera e o cosmos.

O *Homo urbanus-complexus-æcologicus*, além de receber, emitir, estocar e tratar as informações, como fazem todos os seres vivos e existentes, também constrói conteúdos, dá sentidos e significados ao que vê, sente e deseja nas cidades. Conectivo, ele é participante das redes colaborativas movidas pelos dispositivos de comunicação/transporte/tecnologias, caracterizados por Rifkin como operadores da era colaborativa trilhada pela capacidade de sermos empáticos. Para ele, o ser humano contemporâneo que investirá na mutação da sociedade agônica do presente denomina-se *Homo empathicus*¹².

Homo empathicus, porque em nosso processo evolutivo é a empatia que nos religa à comunidade, à humanidade, às outras espécies e à biosfera. Ser empático é sentir-se no outro para além dos laços consanguíneos, afetivos, identitários. A cooperação, a solidariedade e a compaixão se manifestam como

dispositivos constituintes da vida convivial, exaltam o *nós* altruístico do indivíduo ao mesmo tempo que refreiam a potência do *eu* egocêntrico competitivo. A empatia pode ser uma via possível para o despertar da dádiva, dar↔receber↔retribuir, entre o *Homo urbanus*.

Para Rifkin, as transformações provocadas pela Terceira Revolução Industrial abrem o caminho para o *Homo empathicus*, porque as tecnologias nos aproximam colaborativamente das trocas cada vez mais rápidas e espontâneas. Isso confere ao *Homo urbanus* a possibilidade de ser o protagonista de protótipos que vão modificar as cidades, como no movimento dos *Makers*¹³, em que é preciso compartilhar experiências com quem também quer pôr a mão na massa. Hoje, esse movimento toma proporções mundiais pela ideia de que é possível você mesmo fazer a mudança. Isso é possível porque os *smartphones* e tecnologias em redes estão mais acessíveis e o espírito colaborativo de mudar o *establishment* em detrimento dos interesses individuais traz à tona esses processos pela cidadania colaborativa.

As tecnologias *smart* conferem a possibilidade de estarmos juntos, mas também possibilitam estarmos sós. Essa solidão é uma das características do *Homo urbanus* que está capturado ao paradigma do desempenho, cansado de empreender produtivamente 24 horas por dia e todos os dias da semana, em busca de um mérito inalcançável, porém esgotante, alienante, individualizante e anticonvivial.

Entrelaçado às tecnologias para ser e estar no mundo, o *Homo urbanus* ao abraçar sua realidade complexa, ecológica e empática se permitirá viver intensamente relações mais conviviais, em espaços mais afetivos, humanos, quentes, como novas experiências desse cidadão, por meio de conexões presenciais onde possa tocar e sentir com o outro.

CONVIVIALIDADE, UMA VIA PARA O BEM-VIVER

Nas cidades, os turistas, os imigrantes, os peregrinos, os artistas, os pesquisadores, os governantes, todos têm algo em comum: a curiosidade para reconhecer o território por meio dos hábitos de vida dos seus moradores, as atividades econômicas que geram as ri-

11 HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus: Uma breve história do amanhã*. (2015) Trad. Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

12 RIFKIN, Jeremy. *A terceira revolução industrial – Como o poder lateral está transformando a energia, economia e mundo*. (2011) Trad. Maria Lucia Rosa. São Paulo: M. Books, 2012.

13 *Makers: a Nova Revolução Industrial*, escrito por Chris Anderson, que se tornou um dos principais defensores do movimento. *The Maker Movement Manifesto: Rules for Innovation in the New World of Crafters, Hackers, and Tinkerers*. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/e/focas/movimento-maker/#>. Acesso em: 20/11/2016.

quezas daquele território, as ideologias políticas, as lideranças religiosas, as tradições e as artes, portanto, a sua cultura, o seu *modus vivendi e operandi*. Interesse esse que muitas vezes passa longe dos seus habitantes ordinários imersos no cotidiano da vida.

Quando nos colocamos no papel de turistas, é comum recorrermos aos sites e blogs de viagem, ao *TripAdvisor*, ao *Google* e a inúmeros outros aplicativos para mapearmos as principais atrações históricas e culturais, os mercados, a agenda de eventos, conhecer sua demografia e clima, buscamos um sentido de localização espacial que aquele território ocupa. Mas, inevitavelmente, também recorremos ao bar, à padaria, à praça, à banca de revistas para buscar alguma informação preciosa que só os que habitam esses espaços são capazes de oferecer.

Quando fazemos isso estamos buscando por meio de símbolos, ícones e imagens criar representações lógicas, racionais, simbólicas e emocionais que deem conta do sentido daquela realidade que estamos buscando desvendar.

Na verdade, o que todos nós estamos buscando com o nosso olhar é absorver a cultura daquela cidade para de alguma forma nos apropriarmos de um espaço, mesmo que imaginário, para construirmos relações sólidas ou líquidas e, em um segundo momento, reconhecermos o que afetivamente nos conecta com aquele espaço e com as pessoas que estão ali naquele local. Isso releva a dimensão orgânica das cidades, sistemas abertos, vivos como um metabolismo em constante troca de informações internas e externas simultâneas e em constante agito, ocasionando ordem, desordem, organização e reorganização recursivamente.

Nesse contexto, as turbulências vão ocasionar bifurcações e mestiçagens, trocas culturais, por isso cabe a cada um de nós o desafio de reconhecer o papel individual e coletivo que desempenhamos na construção e desconstrução das cidades que habitamos, a função que a cidade desempenha na vida de cada um de nós. Cabe a cada um de nós compreender, para além dos pertencimentos e lugares que ocupamos, quais são as nossas responsabilidades e papéis que desenvolvemos nas cidades. Porque o primeiro papel que nos é dado é quando temos o nosso primeiro documento, o registro de nascimento, documento civil que nos denomina e, por isso, nos dá uma naturalidade e um pertencimento familiar. Nesse dia, adentramos a comunidade dos cidadãos.

Como cidadãos, temos um conjunto de direitos e deveres. Mas, para o pleno exercício da cidadania, devemos desenvolver a capacidade de cuidar não só do espaço comum, mas uns dos outros. O cuidar das relações entre as pessoas, cuidar do nosso patrimônio

histórico-cultural, cuidar da nossa cidade, do nosso lar, do nosso planeta.

Em um contexto polissêmico, as cidades se formam e, marcadas pela continuidade e descontinuidade, representam os fluxos em que cresceram e se desenvolveram ao longo do tempo. Processos tecnológicos, pesquisas científicas e a própria trajetória do desenvolvimento humano nos trouxeram até aqui, mas agora se faz necessário encontrar caminhos e pessoas comprometidas com o processo de metamorfose da sociedade e das inquietações humanas para nos incentivar a criar, recriar, construir e reconstruir cidades, bairros, territórios, espaços mais harmônicos, seguros, saudáveis e sustentáveis.

O sentir é importante porque não podemos apagar o que sabemos sobre a vida, sobre nós mesmos e sobre as nossas relações. As cidades são sistemas abertos, interdependentes e complexos que se autorreorganizam e se retroalimentam; metabolismos da teia dinâmica da vida. Elas são marcadas por suas arquiteturas, culturas e pelos hábitos de seus moradores, são objeto de curiosidade e desejo e vão dimensionando as tensões política, econômica, social, ambiental e ecológica.

Imersas em concreto, as cidades formam espaços opressores ao nosso espírito e produzem grande instabilidade social e emocional, por conta da existência de muitos espaços monofuncionais como os *shopping centers*, os condomínios, os ambientes corporativos, prioritariamente acessados com o uso do automóvel. Precisamos reviver as praças, retomar o sentido da agora, dar vez aos espaços multifuncionais, conforme colocado por Rogers¹⁴ em seu livro *Cidades para um pequeno planeta*.

Com a privatização e o encarceramento da vida em espaços homogêneos e monofuncionais, nos distanciamos uns dos outros, invisibilizamos a diversidade e as diferenças. Urge resgatarmos as relações de vizinhança, promover o reencantamento das cidades como lugar para o exercício da plena cidadania que se manifesta em gestos cívicos, espontâneos e até mesmo em pequenas escalas interagindo com o espaço público.

Caminhar pelos bairros, visitar monumentos históricos, participar de atividades culturais, manifestar-se politicamente nas ruas é importante para religar o corpo dos sujeitos ao corpo da cidade. Passado, presente e futuro se misturam em único acontecimento, o contemporâneo, e vão delineando cada vez mais os espaços para os afetos.

14 ROGERS, Richard. *Cidades para um pequeno planeta*. (2001) Trad. Anita Regina Di Marco. São Paulo: GG Brasil, 2014.

Cidades afetivas investem em novas formas de convivialidade, como o *slow food*, os coletivos artístico-culturais, a economia solidário-colaborativa, os mandatos coletivos na política, todos em sintonia com os novos ideários que reivindicam uma vida ecologizada para devolver às cidades a função política de serem um espaço coletivo para o bem-viver.

Exemplos desse movimento em direção a formas mais conviviais nas cidades contemporâneas não faltam. Interessados em refletir e pesquisar sobre esse momento hominescente de possível metamorfose do homem e de seu meio, mapeamos alguns grupos, coletivos, comunidades virtuais e ações que se auto-organizam em torno do bem-viver, do compartilhar, do ocupar e retomar os espaços públicos para os cidadãos que comungam dos ideários do decrescimento sereno, mesmo que dele não tenham ainda se apropriado teoricamente.

Tomamos esses exemplos como sintomas de um acontecimento revolucionante nas relações dos homens consigo e com o mundo urbano que habitam. Os coletivos inundam as ruas, praças e espaços públicos, o *Homo urbanus* torna-se o protagonista dos novos designs e ações que vão modificar as cidades e a si mesmos.

Passeios a pé ou de bicicleta manifestam o desejo do bem-viver entre os moradores da cidade. O coletivo SampaPé atua de forma a tornar a vida do *Homo urbanus* mais divertida, leve e humana, em suma, mais convival, através da experiência do caminhar com o foco nas pessoas e nas sensações e interações com a cidade. Uma das integrantes do coletivo afirma que ao andar a pé por diferentes bairros da cidade mudamos nossa percepção e relação com o espaço: “Mostrar a cidade para as pessoas a pé, e que ser pedestre é possível, muda a toda percepção que a pessoa tem com a cidade. Você se torna mais cidadão”¹⁵.

O Bike Tour SP¹⁶ não é um coletivo, é um grupo que conta com a parceria de empresas para que possa promover passeios de bicicleta gratuitos em diferentes bairros da cidade. Os passeios são acompanhados por monitores que apresentam informações sobre os locais por onde pedalam e os pontos culturais visitados. O Bike Tour SP é um incentivador do uso da bicicleta como um modal de transporte, pois aposta nela como um dispositivo transformador do ser humano, acredita que o acesso à cultura pelo maior número de pessoas empodera os cidadãos. Aos que se interessam em pedalar juntos e conhecer um pou-

co mais os bairros da cidade e seus pontos culturais basta colaborar com dois quilos de alimento que são entregues às instituições sociais.

O Arrua¹⁷ é um coletivo formado por um grupo de amigos que busca um modelo mais democrático de cidade que atenda aos interesses da população que nela vive. Ele ocupa praças e ruas da cidade com a finalidade de resgatar a dimensão pública dos espaços em oposição à privatização da vida. Autodefinem-se como um coletivo que debate o direito à cidade, que intervém nas cidades e nas redes, que é composto por pessoas com afinidades políticas e afetivas. O Arrua objetiva reinventar a cidade como espaço voltado ao convívio do diferente e promover uma cidadania crítica e ativa, bem como atuar nas redes de forma distribuída e colaborativa para construir uma plataforma que busque o bem comum.

O coletivo Ocupe & Abrace¹⁸ se originou da vontade de revitalizar a Praça da Nascente, uma área verde do bairro da Pompeia em São Paulo que abriga várias nascentes do riacho Água Preta. O propósito é reconectar o homem com a natureza, reativar a vida comunitária, propiciar um ambiente interativo onde todos se apropriem do espaço e se sintam afetivamente conectados a ele. O coletivo estende suas ações para além dos perímetros da praça, aposta na ramificação de suas ações e ideias para toda a cidade.

As hortas comunitárias também ganham lugar em meio ao concreto e ao asfalto das cidades. Hortelões Urbanos¹⁹ é uma comunidade virtual de pessoas interessadas em horticultura, em produtos orgânicos, em hábitos saudáveis e veganos de alimentação, dão dicas de receitas e de cultivo e cuidado com hortas. Seus membros estão conectados pelo Facebook. Nos últimos anos, as hortas comunitárias e públicas ganham praças e terrenos na cidade de São Paulo, e entre os incentivadores e consultores das hortas que surgem a cada dia está a comunidade virtual dos Hortelões Urbanos.

Outros coletivos, como o Expressão Urbana SP e o SP Invisível, possuem propostas distintas, porém complementares; buscam direcionar o olhar para a cidade não ficcional, sem descuidar do lúdico; miram a cidade real, suas contradições e segregações socioeconômicas e espaciais.

O Expressão Urbana tem como missão guiar experiências de encontro com a cidade, seus espaços e territórios, por meio da arte urbana de rua – o *gra-*

15 SampaPé <http://www.sampape.org> Acesso em: 20/11/2016.

16 Bike Tour SP <http://www.biketourspp.com.br/> Acesso em: 20/11/2016.

17 Arrua <https://coletivoarrua.org/> Acesso em: 20/11/2016.

18 Ocupe & Abrace <http://www.ocupeeabrace.com.br/> Acesso em: 20/11/2016.

19 Hortelões Urbanos <https://www.facebook.com/horteloesurbanosdicas/> Acesso em: 20/11/2016.

ffiti, o *pixo*, o *grapixo* –, possibilitar infinitos de imaginação e expressões estéticas dentro da finitude da vida. Em sua página na web, afirmam que o potencial provocativo da arte e das transgressões urbanas favorece a ressignificação dos espaços e das formas com as quais os homens ocupam a cidade. Entendem a arte urbana como “criação e concretização de um repertório alegórico típico de cada território da cidade, em contraponto às cicatrizes deixadas pela ocupação caótica da terra”²⁰.

O SP Invisível²¹ é um coletivo que escuta e conta histórias que a maioria das pessoas nem sabe que existem. A partir da contação de histórias de vida dos moradores em situação de rua da cidade São Paulo, o coletivo busca conscientizar e humanizar aqueles que a ouvem e buscar vias que possam levar essas pessoas para outra condição. O que chama atenção desses dois coletivos é que ambos são protagonizados por jovens da elite paulistana que por condições de acesso e recursos financeiros poderiam estar fazendo qualquer outra coisa ou não estarem fazendo nada; no entanto, a perspectiva do olhar sobre as cidades motivou ambos a fazerem uma história diferente das que vivenciaram em suas trajetórias no círculo familiar.

Eventos mais pontuais também dão sua contribuição na reinvenção das cidades. Nos parques, as tecnologias de realidade aumentada entrelaçam o *Homo realis* ao *imaginarius*, ao *consumans*, ao *ludens*, na prática do *cosplay*. No Parque Villa-Lobos, zona oeste de São Paulo, as batalhas *cosplay* revelam outros vieses desse *homo urbanus* hiperconectado e desejoso de mais espaços para os afetos.

Esses coletivos, suas atuações e eventos trazem envolvimento das pessoas para a perspectiva de que é possível influenciar tomadas de decisões políticas que serão estratégicas para o respeito no ambiente urbano, entendido como metabolismo vivo que necessita incorporar o espírito das relações comunitárias e estimular o desejo de querer bem-viver. “Uma cidadania ativa e uma vida urbana vibrante são componentes essenciais para uma cidadania e uma boa identidade cívica. (...) o sucesso de uma cidade depende de seus habitantes e do poder público, da prioridade que ambos dão à criação e manutenção de um ambiente urbano e humano”. (ROGERS, 2014:16).

Nas cidades do presente, as brechas para as convivências mais humanas nascem a cada dia dos movimentos coletivos-conectivos-colaborativos, dos territórios rebeldes às capturas. Esses novos movimentos que emergem no interior da sociedade do desempre-

inho escapam dela para inventar, criar, religar; atuam como máquinas de guerra deleuzianas enfrentando as forças agenciadoras da lógica da globalização, da ocidentalização e do desenvolvimento. Distantes do poderio do agenciamento e da indexação ao modelo hegemônico, esses movimentos caminham por novas vias que podem nos levar ao bem-viver e a reestruturar os espaços urbanos para as sociabilidades.

EM BUSCA DE UM CAMINHO SERENO, SENSÍVEL E AFETIVO PARA O HOMO URBANUS

As cidades são como o coração das pessoas: cabem muitos e diversos afetos; expulsam ou retêm a estranheira do desconhecido; trazem o medo e a insegurança, como um novo amor, bem como lançam os corações apaixonados a viverem plenamente juntos, um com o outro. Tanto no coração como nas cidades é preciso sentir o que pulsa, religar-se às fontes genéricas geradoras e regeneradoras do homem; ao amor pela vida, pelo belo, pelo sagrado, pelo cotidiano.

Em *A agonia de Eros*²², Han diagnostica a incapacidade dos sujeitos narcísicos contemporâneos de esvaziarem-se de si para o encontro com o outro, com o diverso. Abrir-se para o outro é pura vivência do amor, é experiência transformadora. Para Maturana, a aventura antropológica do homem não se limita à competição, como alguns nos quiseram fazer crer, mas, sobretudo, dá-se por meio da cooperação. Estar disposto a cooperar implica ação espontânea, aceitação mútua, empatia e, sobretudo, amor. “A socialização é o resultado do operar no amor, e ocorre somente no domínio em que o amor ocorre”²³. O homem precisa retomar o sentido da sua existência humana: o amor, como fonte genérica de socialização. É urgente que regeneremos *Eros*.

O *Homo urbanus* hiperativo↔hiperconectado↔hiperestimulado↔hiperexcitado, mais do que nunca, parece não conseguir escapar das tramas que o enovelam à sociedade do cansaço governada pelo paradigma do desafeto. Dardot e Larval²⁴ se ocuparam em tratar da subjetividade neoliberal própria aos indivíduos que acreditam ser empreendedores de si. Sujeitos atomizados, multitarefas, hiperindividualistas,

22 HAN, Byung-Chul. *A agonia de Eros*. [2012] Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2014.

23 MATURANA, Humberto R. *A ontologia da realidade*. (Org. Graciano, M.; Magro, C.; Vaz, N.). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1997, p.185.

24 DARDOT, Pierre; LARVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. [2014] Trad. Mariana Echalar. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

20 Expressão Urbana SP <https://www.expressaourbanasp.com.br/> Acesso em: 20/11/2016.

21 SP Invisível <http://spinvisivel.org/> Acesso em: 20/11/2016.

meritocráticos e altamente competitivos alimentam os desamores do *Homo urbanus*.

Incapaz de contemplação, o homem contemporâneo precisa respirar, olhar o horizonte, caminhar. Precisa do silêncio na cidade e não fora dela. Precisa de ócio e de ter tempo para fruição, só possível nas cidades que propiciem espaços conviviais, sem fronteiras ou segregações, espaços diversos que não sejam controlados pelos interesses econômicos nem explorados pelo mercado imobiliário, não domesticados nem agenciados pela lógica perversa dos discursos e revitalização, espaços que não segreguem ricos e pobres, espaços inclusivos, compartilhados, coletivos e conectivos.

As fronteiras já não cabem mais, desmoronam. Misturamos, mestiçamos, reorganizamos nossas vidas de tal forma que as pessoas que habitam as cidades deverão ser capazes de se adaptar aos espaços locais, de reivindicar espaços para o sentir, olhar e ver. Locais tidos como obsoletos, degradados e desvalorizados aos poucos se reinventam como espaços conviviais, porque o homem precisa desse espaço sereno para a sua fruição.

A crise de percepção, apontada por Fritjof Capra²⁵ em *Ponto de mutação*²⁶, persiste no século XXI, e a racionalidade que achamos que podemos ter diante da vida acelerada, associada ao uso das novas tecnologias, nos confere a sensação *Black Mirror*²⁷, em que tudo pode ser manipulado, retocado, apagado. O século XXI clama por uma reinvenção dos espaços que possibilite ao homem a religação consigo, com o outro, com a cidade, com a natureza. É preciso ter tempo para a existência.

Cidades para os afetos é uma aposta nas vias regeneradoras dos processos colapsados entre o homem e a cidade. É um convite para o sentir. Precisamos resgatar a subjetividade que foi tomada pelo excesso do fazer, do parecer ser e do ter. Essa tríade do excesso – *fazer, parecer ser, ter* – precisa abrir espaço para o sentir. É a aposta na religação com a complexidade humana.

As cidades do futuro serão inevitavelmente *smarts*, devido a sua altíssima complexidade, e em decorrên-

cia da necessidade de controles ambientais extremos por causa dos impactos das mudanças climáticas. Além disso, elas necessitarão ser animadas pela vontade das pessoas em resgatar a empatia/compaixão/solidariedade que se perdeu progressivamente com o advento da sociedade disciplinar e subsequentemente com a emergência da sociedade do desempenho.

As cidades do futuro somente a serão se forem capazes de restabelecer espaços de convivência para os afetos, de serem animadas pela cidadania, porque não suportarão mais as barbáries, e de lançarem mão do tagarelar nas redes, do opinar, do pressionar, do ocupar os espaços públicos concretos e virtuais para promover a convivialidade e o bem-viver.

Para cidades mais afetivas exige-se a ruptura com os dispositivos cartesianos, utilitaristas e mecanicistas, urge que se invista no pensamento complexo como operador da metamorfose da sociedade do século XXI. Reformar o pensamento nos permite misturar, colorir, mestiçar o fluxo desencantado do mundo, animando-o com a poesia, as artes, a religação dos saberes, dos fazeres e da educação para a cidadania.

O convivialismo aposta na afetividade para o resgate das relações comunitárias, na importância do viver juntos como dispositivo que poderá nos levar à metamorfose:

Uma arte de viver juntos (con-vivere) que habilita os humanos a cuidarem uns dos outros e da Natureza, sem negar a legitimidade do conflito, mas fazendo dele um fator de dinamismo e de criatividade. Um meio de evitar a violência e as pulsões de morte²⁸.

É nesse sentido que o convivialismo tem como desafio propor uma alternativa serena entre crescimento e decrescimento simultaneamente, sobretudo porque as cidades já não comportam mais os reflexos do crescimento em detrimento do lucro obtido nas relações de exploração entre capital e trabalho.

Para além do fosso existencial que já vivemos no século XXI, todos nós devemos reconhecer a nossa condição permanente neste plano terrestre: a condição de caminhantes. Por isso, como disse o poeta Antônio Machado, caminhante não há caminho, o caminho se faz ao caminhar.

Cidades afetivas é uma aposta no futuro das cidades e do *Homo urbanus*. O desafio é ensaiar sobre o que seria uma vida animada para os afetos, já que

25 Com enfoque no paradigma sistêmico, as partes só podem ser entendidas a partir da organização do todo, a análise é contextual, oposta ao pensamento analítico presente na ciência de tradição cartesiana.

26 CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. [1982] Trad. Álvaro Cabral. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

27 *Black Mirror* é uma série de ficção científica exibida pela televisão que aborda temas relacionados à sociedade contemporânea, particularmente no que se refere às consequências imprevisíveis com o uso das novas tecnologias e o impacto das mesmas na vida das pessoas.

28 *Les Convivialistes*. Disponível em: <http://www.lesconvivialistes.org/sintese-do-manifesto-convivialista>. Acesso em: 20/11/2016.

atravessamos polícrises que contribuíram para uma das maiores crises de todos os tempos: a crise da humanidade que ainda não se tornou a Humanidade.

Cidades afetivas: uma via ecológica para o bem-viver busca o convivialismo sem sermos utópicos, na esperança de uma cidade mais democrática, aberta e solidária. Exige que tomemos consciência da nossa realidade como seres humanos imperfeitos, individualistas, consumistas e predadores do planeta, para lidarmos com essa realidade e construirmos uma nova política fundadora de uma ética complexa que nos religue aos outros e ao cosmos. É uma proposta que investe na ecopolítica instauradora do bem-viver, na direção de uma vida mais comunitária e solidária.

REFERÊNCIAS

- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. [1982] Trad. Álvaro Cabral. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- DARDOT, Pierre; LARVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. [2014] Trad. Mariana Echalar. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.
- HAN, Byung-Chul. **A agonia de Eros**. [2012] Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2014.
- _____. **Sociedade do cansaço**. (2010) Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus**: Uma breve história do amanhã. (2015) Trad. Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. (2009) Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- Les Convivialistes**. Disponível em: <http://www.les-convivialistes.org/sintese-do-manifesto-convivialista>. Acesso em: 20/11/2016.
- LE GOFF, Jaques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. (1997) Trad. Reginaldo Carmello Correa de Moraes. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- Manifesto convivialista**: declaração de interdependência – Edição brasileira comentada. Vários autores. São Paulo: Annablume, 2016.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva – Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. (1925) In: _____. **Sociologia e Antropologia**. (1950) Introdução: Claude Lévi-Strauss. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 183-314.
- MORIN, Edgar. **O método 5**: a humanidade da humanidade. (2001) Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- RIFKIN, Jeremy. **A terceira revolução industrial** – Como o poder lateral está transformando a energia, economia e mundo. (2011) Trad. Maria Lucia Rosa. São Paulo: M. Books, 2012.
- ROGERS, Richard. **Cidades para um pequeno planeta**. (2001) Trad. Anita Regina Di Marco. São Paulo: GG Brasil, 2014.
- SERRES, Michel. **Hominescências**: o começo de uma outra humanidade? (2001) Trad. Edgard de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- VIVERET, Patrick. “O que faremos com a nossa vida?”. In: MORIN, Edgar. **Como viver em tempo de crise?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 29-76. ■

Vivian Aparecida Blaso Souza Soares César

é Professora Doutora. Universidade Presbiteriana Mackenzie, FGV-EAESP e Fundação Armando Álvares Penteado, São Paulo, Brasil. Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Complexidade - Complexus, PUC-SP, São Paulo, Brasil.

Sydney Cincotto Junior

é Professor Doutor. Centro Universitário Augusto Motta - Unisum, Rio de Janeiro, Brasil. Pesquisador do Núcleo de Estudos da Complexidade - Complexus, PUC-SP, São Paulo, Brasil.

Valmir Martins de Oliveira

é Professor Doutor. Universidad Mayor, Santiago, Chile.

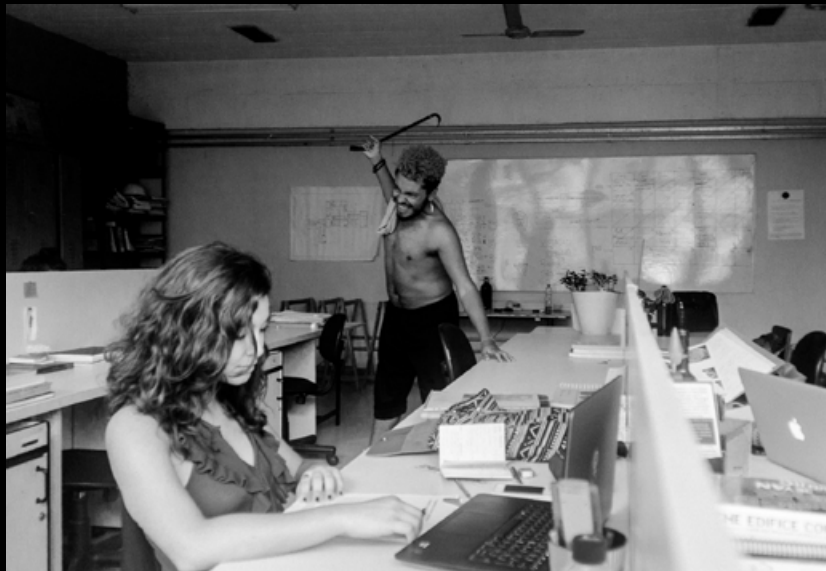
ensaio

Lucca Gonzales Mezzacappa

Sujeito neoliberal

os na Hora
de Informática,
de Visão, Painéis,
plasticidade,
matéria em PC,
Vazios.





O neoliberalismo pode ser compreendido atualmente, mais do que apenas uma lógica político-econômica, como uma ordem simbólica do capitalismo, uma “nova razão de mundo” (DARDOT, LAVAL, 2016). Suas normas sobressaem à esfera política e atuam intrinsecamente sobre os indivíduos, produzindo uma nova subjetividade pautada no desempenho, na eficiência e em resultados. Dentro dessa lógica que rege a vida, o indivíduo passa a ser compreendido como um sujeito neoliberal. É esse novo sujeito, que se desenvolve desde a década de 1970, o alvo do que Margareth Thatcher define como objetivo do neoliberalismo: “mudar a alma e o coração”.

Frente a essa norma existente em um sistema econômico calcado no crescimento desenfreado e nas crises por ele geradas, o sujeito neoliberal vê-se imerso em um cenário de constante cobrança e de impossibilidade de realização de desejos. Como aponta Franco Berardi, “a condição precária transforma os outros em inimigos potenciais, em competidores” (BERARDI, 2016).

O sujeito neoliberal tem a noção de ampla liberdade, ilustrada e defendida por ambientes de trabalho “descolados”, equipados com *videogames* e sofás, sob regimes flexíveis de horário, e por dispositivos tecnológicos que serviriam, *a priori*, para garantir maior eficiência e agilidade na execução de suas tarefas. Todavia, a liberdade vista por esse sujeito é, em suma, falaciosa e ilusória, uma vez que se perde o controle sobre o tempo produtivo.

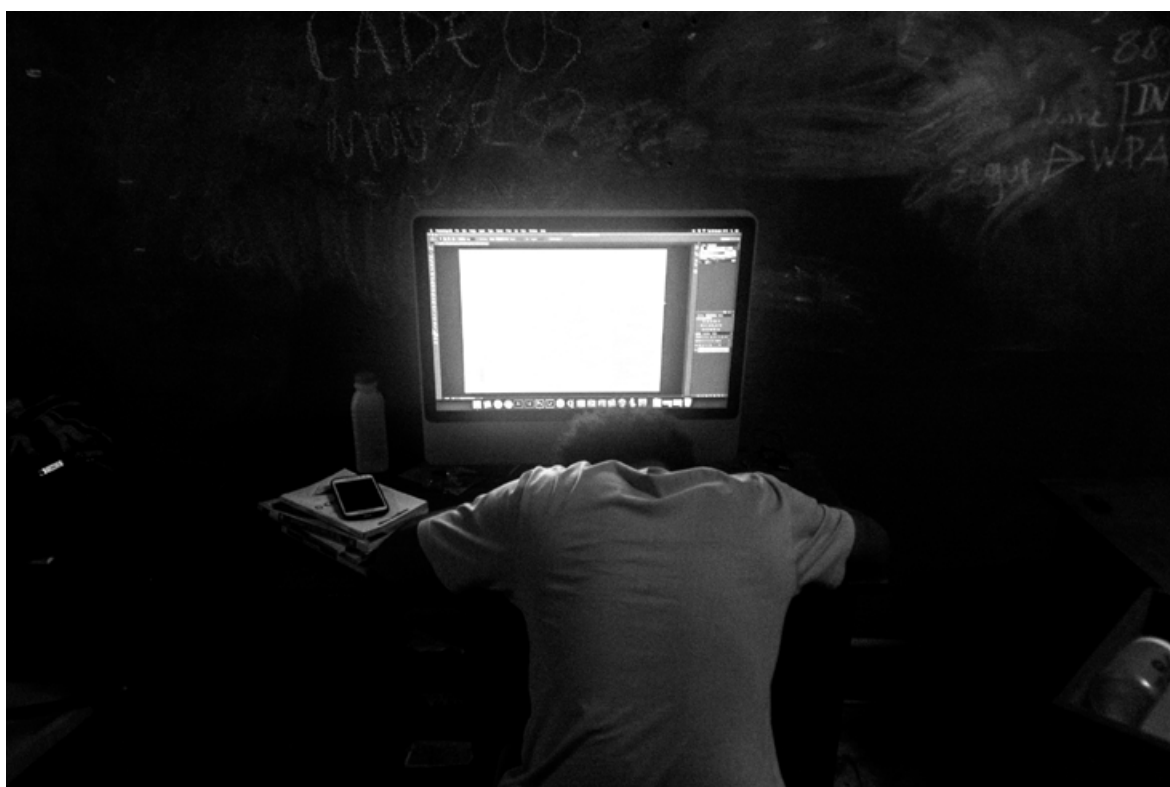
A lógica produtiva vigente leva o sujeito a um constante estado de alerta, o que resulta em elevados índices de ansiedade, depressão, pânico, entre

outras doenças psíquicas. Segundo dados da OMS (OPAS, 2016), aproximadamente 10% da população mundial sofre com doenças como a depressão, e aproximadamente 800 mil pessoas morrem por ano por suicídio. Outra faceta dos distúrbios psíquicos resultantes da razão neoliberal de vida pode ser vista no consumo de drogas e entorpecentes. Como aponta Christian Dunker, psicanalista e professor da USP, “o empuxo de produção e desempenho vem sendo suplementado por ingestão de substâncias legais e ilegais, em forma de *doping* tolerado, senão estimulado em nome de resultados” (DUNKER, 2016).

REFERÊNCIAS

- BERARDI, Franco. **Os transtornos mentais provocados pelas mudanças neoliberais**. 2016. Disponível em <http://www.insurgencia.org/os-transtornos-mentais-provocados-pelas-mudancas-neoliberais/>.
- DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- DUNKER, Christian. **O neoliberalismo e seus normalopatas**. 2016. Disponível em <https://blogda-boitempo.com.br/2016/11/03/o-neoliberalismo-e-seus-normalopatas/>.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Depressão é tema de campanha da OMS para o Dia Mundial da Saúde de 2017**. Disponível em http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5321:depressao-e-tema-de-campanha-da-oms-para-o-dia-mundial-da-saude-de-2017&Itemid=839. Acesso em 8 mai. 2018. ■





Lucca Gonzales Mezzacappa é graduando em Arquitetura e Urbanismo e pesquisador bolsista sobre processos de empresariamento urbano, neoliberalização e financeirização de políticas urbanas no Grupo Indisciplinar, da Escola de Arquitetura da UFMG.
luccamezz@gmail.com

Com Jilly Traganou

Experiências olímpicas

representações,
dissensos
e legados



Nascida na Grécia e residindo nos Estados Unidos há mais de vinte anos, **Jilly Traganou** é arquiteta, doutora pela Universidade de Westminster e professora na Parsons School of Design, em Nova Iorque. Suas pesquisas buscam analisar as relações entre espaço, arquitetura e design, com enfoque nas situações de dissenso, bem como o papel do design na configuração de novas identidades nacionais e pós-nacionais. Entre os anos de 2016 e 2017, Jilly foi contemplada com uma bolsa Fulbright, possibilitando que ela se estabelecesse no Brasil para pesquisar os Jogos Olímpicos Rio 2016.

João Monteiro: Em que contexto surgiu o seu interesse pelo tema do design nos Jogos Olímpicos?

Jilly Traganou: Eu comecei a me interessar pelo tema das Olimpíadas em 2003, quando retornei à Grécia para ministrar aulas na Universidade de Tessália e residir na capital Atenas. O meu primeiro livro tinha acabado de ser publicado e eu estava empolgada para começar um novo projeto de pesquisa, dessa vez relacionado à Grécia.¹ Era uma época em que os preparativos para os jogos de Atenas 2004 estavam em pleno vapor e assim o meu interesse pelo tema surgiu de maneira quase natural. Me surpreendeu muito o crescimento do nacionalismo, um fenômeno que eu nunca havia observado na Grécia anteriormente. Minha surpresa não era com a retórica nacionalista construída pelos organizadores do evento, mas a sua assimilação

pela população de maneira passional e acrítica. Podia-se observar nas ruas algumas manifestações inéditas disso, como pessoas vestindo camisetas estampadas com a bandeira grega, algo que antes era inimaginável. Foi muito interessante observar que a população acreditava que os Jogos Olímpicos poderiam gerar uma transformação do país ao trazer modernidade e prestígio e todos viam aquele evento como uma oportunidade para mostrar ao mundo uma imagem nova da Grécia, diferente daquela de nação arcaica e atrasada.

Portanto, o Urbanismo, a Arquitetura e o Design eram elementos fundamentais dessa operação. As mudanças materiais foram fortemente influenciadas por conceitos dessa nova identidade nacional grega que se pretendia construir. Curiosamente, enquanto a maioria das pessoas era favorável à realização das Olimpíadas, esse evento tinha significados diferentes para cada grupo social. O meu interesse de pesquisa estava nessas diferentes concepções. O Estádio Olímpico de Atenas foi o mais controverso projeto

¹ TRAGANOU, Jilly. *The Tōkaidō Road: Traveling and Representation in Edo And Meiji Japan*. Londres: RoutledgeCurzon, 2004.

e eu dediquei um capítulo inteiro do meu livro para analisá-lo. Infelizmente, houve pouca resistência aos Jogos de Atenas 2004 e eu considero isso lamentável, porque aqueles que eram céticos não ousaram fazer suas vozes serem ouvidas ou não conseguiram angariar visibilidade através da mídia, que era muito tendenciosa e favorável às Olimpíadas. Mesmo aqueles que eram céticos – e que hoje se apresentam muito críticos com os desdobramentos – acreditavam que o evento poderia ser útil na conquista de resultados positivos. Naquele momento, esses críticos optaram por uma estratégia de tentar influenciar no planejamento dos Jogos, mas não foram bem-sucedidos. Foi dessa maneira que comecei a minha pesquisa sobre as Olimpíadas, que em seguida expandiu-se para uma análise dos eventos realizados no passado – como os Jogos de Verão Tóquio 1964 e os Jogos de Inverno Sarajevo 1984 – e de outros que estavam acontecendo – como Beijing 2008 e Londres 2012. O interessante era que enquanto uma parte da pesquisa era feita em arquivos físicos, outra parte era realizada em conteúdo da internet ou a partir de entrevistas com as pessoas envolvidas na realização dos eventos no momento em que eles estavam acontecendo.

JM: No seu último livro,² você analisa o papel do design na construção do evento olímpico, mas também nos movimentos de contestação. Os Jogos México

² TRAGANOU, Jilly. *Designing the Olympics: Representation, Participation, Contestation*. Londres: Routledge, 2016.

1968 são uma referência do dissenso às Olimpíadas. O que explica isso?

JT: Durante os Jogos México 1968, ocorreu provavelmente o primeiro movimento sistemático de dissidência contraolímpico. É importante notar que o seu objetivo não era ser diretamente antiolímpico, mas um movimento liderado pelos estudantes em oposição ao regime mexicano. Internacionalmente havia um clima político interessante, como os protestos estudantis na Europa em 1968, que contribuíram para fortalecer esse movimento mexicano e que acabaram por influenciar as estratégias que foram tomadas. Houve estudantes viajando entre o México e a França, então é possível identificar uma troca de conhecimento e de experiências, tanto em termos de técnicas de expressão visual e design quanto de ação política. Hoje, essas trocas ainda podem ser observadas, como no caso das aproximações entre os movimentos de contestação aos Jogos de Vancouver 2010 e de Londres 2012, ou Rio 2016 e Tóquio 2020. Um exemplo disso é o revezamento da Tocha da Pobreza (*Poverty torch*), criada por ativistas de Vancouver em parceria com ativistas ingleses. A tocha foi criada como parte do movimento contestatório *Poverty Olympics*, que denunciava a negligência por parte dos promotores dos Jogos em relação aos problemas enfrentados por uma parte da população, e pela percepção dessas pessoas de que as Olimpíadas de Vancouver estavam sendo experimentadas positivamente apenas por poucos privilegiados. E os questionamentos não eram apenas sobre os efeitos negativos durante os Jogos, mas sobre o legado daquele evento para a

Foto: Jilly Traganou



Imagem 1: Instalações do Estádio Olímpico de Atenas projetado por Santiago Calatrava.



Imagem 2:
À esquerda,
pictogramas
esportivos
oficiais dos Jogos
México 1968,
desenhados por
Lance Wyman.
À direita,
trabalho gráfico
do movimento
estudantil
mexicano que
apropria a
linguagem visual
dos pictogramas
oficiais. Cortesia:
Lance Wyman.

É interessante observar que, assim como no Brasil, na Grécia as relações entre os empresários da construção civil e os políticos são muito estreitas. A

escala é obviamente muito maior no caso do Rio (a Grécia é formada por 10 milhões de habitantes) e as formações históricas dos dois países são muito diferentes. Mas as similaridades também estão presentes, como as experiências recentes de governos ditatoriais e as relações clientelistas entre políticos, empresários e cidadãos.

JM: No seu livro você descreve a existência de “pontos de referência” construídos para a realização dos Jogos. No caso de Atenas 2004, você se refere ao estádio olímpico projetado pelo arquiteto Santiago Calatrava. Nos Jogos Rio 2016 não tivemos nenhum projeto de instalação esportiva desenvolvido por arquitetos internacionais.

JT: É verdade que não tivemos no Rio o envolvimento de grandes estrelas da arquitetura na concepção dos equipamentos olímpicos, mas, ironicamente, Santiago Calatrava estava presente com o projeto do Museu do Amanhã. Não é por azar que essa nova zona revitalizada se transformou no “boulevard olímpico”. Devemos tratar o Porto Maravilha como um projeto olímpico? É uma questão de definição, e um debate pode ser feito sobre isso, mas do meu ponto

de vista, a zona portuária foi parte desse “ambiente olímpico” criado para as Olimpíadas do Rio e é um ponto de referência da era olímpica para a cidade.

JM: As cidades ainda buscam reproduzir o chamado “efeito Bilbao”?

JT: Os casos discutidos anteriormente apontam que a crença na reprodução de um “efeito Bilbao” ainda tem força. Hoje é mais difícil legitimar um projeto com o argumento do benefício para a sociedade, do “interesse público”, mas ainda existe uma retórica que prevalece e que faz com que esses projetos sejam aceitos por boa parte da população. As longas filas que se formam há meses para entrar no Museu do Amanhã são uma evidência disso.

JM: Você menciona que o povo roma (ciganos) foi representado na cerimônia de encerramento dos Jogos Atenas 2004 e que a grande “tragédia grega” é que muitas famílias dessa etnia foram desalojadas para a construção de equipamentos olímpicos. No Brasil, a favela ganhou destaque na cerimônia de abertura dos Jogos Rio 2016, e muitas dessas comunidades

Imagem 3: Museu do Amanhã, projetado por Santiago Calatrava, na zona portuária do Rio de Janeiro.

Foto: João Carlos Monteiro



também foram afetadas pelos projetos olímpicos. O que isso representa?

JT: Nas minhas observações, a maior parte dos Jogos Olímpicos é caracterizada por contemplar múltiplas narrativas e pela polissemia. Existem muitas audiências diferentes e uma diversidade de atores envolvidos que precisam ser contemplados. Geralmente, eles estão em conflito uns com os outros ou são simplesmente contraditórios. Mas, em um evento tão grande quanto uma Olimpíada, o endosso às contradições não é incomum e tampouco acidental. É uma hipocrisia que se estabelece para que os organizadores do evento tentem atenuar as críticas. Acho que é um pouco disso que motivou a menção às favelas na cerimônia de abertura dos Jogos do Rio. Obviamente, a favela é um elemento que faz todo sentido em ser celebrado, por questões culturais, por conta do samba e do carnaval etc. Um ano depois dos Jogos, fica muito claro que esse evento não trouxe benefícios reais para essa população. No caso da referência ao povo cigano na cerimônia de encerramento dos Jogos de Atenas, as razões são diferentes. A cena dos ciganos surgindo no estádio olímpico incomodou muitos gregos. Existe um enorme preconceito contra os ciganos na Grécia, inclusive por parte da intelectualidade do país que não hesita em se manifestar contra a inclusão desse povo, alegando diversos motivos para isso que não cabe aqui discutirmos. Os organizadores do evento e as autoridades gregas não tinham uma real preocupação com o bem-estar da população cigana, e isso é óbvio quando constatamos seus atos – vários grupos de ciganos foram desalojados para construção de equipamentos olímpicos – ou pela simples ausência de políticas de inclusão. O que estava em jogo ali era a necessidade das autoridades gregas em mostrar o seu comprometimento com a União Europeia sobre o bem-estar dessa minoria, atenuando os inúmeros relatórios críticos que o país recebia sobre esse tema. Então, a única razão que eu consigo imaginar para aqueles ciganos terem aparecido em meio àquela cerimônia, além de contribuírem para a estética vernacular do espetáculo, foi de satisfazer a União Europeia e as organizações da sociedade civil, majoritariamente estrangeiras, que monitoram a atuação das autoridades gregas em relação às minorias do país. Eu encaro isso como uma vitória das autoridades, não do povo roma. Além disso, essa referência aos ciganos durante a cerimônia pode perfeitamente ter passado despercebida pela maioria dos espectadores estrangeiros, e mesmo que tivessem notado a presença dos ciganos no espetáculo, dificilmente se oporiam a isso. A repercussão negativa dessa presença entre os gregos também não importava muito para os organizadores

do evento, pois a opinião pública já estava ganha, a maioria da população estava orgulhosa com os Jogos de Atenas, e o impacto negativo disso foi ínfimo.

JM: Durante sua permanência no Rio de Janeiro, uma das manifestações de dissenso aos Jogos Olímpicos que mais lhe chamou atenção foi a formulação do chamado Museu das Remoções.³ Qual foi o seu interesse por esse caso?

JT: Me chamou atenção o fato de que em Londres um caso similar ao Museu das Remoções tinha acontecido alguns anos antes. Estou me referindo à Cooperativa Clays Lane, um projeto de habitação social construído no final dos anos 1970. Tanto a Vila Autódromo quanto a Cooperativa Clays Lane foram afetadas por projetos olímpicos que resultaram na remoção de moradores. Em ambos os casos seus moradores eram famílias em situação de vulnerabilidade social, que residiam em áreas selecionadas pelo poder público para sofrer intervenções em nome do “interesse público” e que tiveram suas histórias sacrificadas por essa escolha. Na Vila Autódromo e em Clays Lane, os moradores desenvolveram projetos que utilizavam as memórias coletivas e individuais como protesto, dissenso, descontentamento à erradicação das comunidades.

O Museu das Remoções é um museu nômade, que não possui um acervo permanente, e que está constantemente se deslocando de um lugar para outro e sempre modificando o conteúdo de suas exposições, em uma tentativa de envolver diferentes comunidades do Rio de Janeiro que passaram por experiências de remoção. O *Clays Lane Live Archive* (Arquivo Vivo Clays Lane) é composto por uma coleção de doações que hoje está depositada em uma biblioteca. Esse arquivo surgiu a partir de um processo de compilação de materiais ao longo de muitos anos e que também possuía esse caráter nômade, tendo sido exposto, por exemplo, em galerias de arte de Londres e em centros comunitários na Noruega, indo ao encontro de cidadãos que também tiveram suas vidas afetadas por outras situações de deslocamentos compulsórios. O que me interessa primeiramente é a natureza participativa da formulação de ambos os projetos; em seguida, o

3 O Museu das Remoções é um museu territorial a céu aberto criado em 2016 para documentar o processo de remoção da comunidade Vila Autódromo (Barra da Tijuca) e a luta contra sua expulsão para a construção do Parque Olímpico dos Jogos Rio 2016. Foi pensado em parceria com museólogos, estudantes de Arquitetura, moradores e ex-moradores da comunidade e apresenta as histórias dos espaços que existiam na comunidade antes de serem removidos. As esculturas que compõem o museu são criadas a partir de entulhos dos imóveis demolidos.

Foto: Jilly Traganou



(à esq.)

Imagem 4:
Escultura do
Museu das
Remoções.

(à dir.)



Imagem 5:
Peça do acervo da
Clays Lane Live
Archive. Tapeçaria
produzida por
Jo Howard
representando
a comunidade
antes da remoção.
Cortesia: Adelita
Husni-Bey.

fato de que essas iniciativas agregaram indivíduos de múltiplas comunidades e públicos diversificados; e, finalmente, como ambos os projetos envolveram uma reflexão sobre a materialidade que compunha o cotidiano desses moradores que tiveram suas vizinhanças destruídas. Mas, ao mesmo tempo, essas destruições nutriram novas criações. No caso do Museu das Remoções, isso se dá na forma das instalações artísticas, que são construídas com fragmentos das casas demolidas da Vila Autódromo. No caso do arquivo da Clays Lane, isso também se expressou de múltiplas maneiras, seja através de mapeamentos, performances ou trabalhos sonoros.

JM: Ao chegar no Rio para desenvolver sua pesquisa, quais foram as suas primeiras impressões? E quais semelhanças saltam aos olhos entre as experiências grega e brasileira?

JT: Na minha primeira visita ao Rio, em 2016, eu não queria ser uma portadora de más notícias. Como cidadã grega, eu presenciei a glória e a ruína dos Jogos Atenas 2004. No entanto, as similitudes entre os Jogos do Rio e de Atenas eram muito evidentes, não apenas porque ambas as cidades passaram pela síndrome do urbanismo cosmético – veja em ambos os casos a opção pela *starchitecture* e por Santiago Ca-

latrava, uma receita óbvia para um sucesso de curto prazo seguido por derrocada, mas também pelas analogias em termos de trajetórias financeiras das duas cidades. A diferença é que a economia grega começou a apresentar sinais negativos alguns anos depois da realização dos Jogos, enquanto no Brasil a crise começou antes mesmo da sua realização. Seria um exagero afirmar que as Olimpíadas são as únicas responsáveis pela crise desses países. Mas a forma como esses Jogos foram concebidos diz muito sobre as opções tomadas e que eventualmente influenciaram na crise: no caso grego, a enorme dívida externa, e, no caso brasileiro, os esquemas de corrupção. Além disso, não me surpreende que ambos os países adotaram um tipo de planejamento urbano que favoreceu o capital privado.

Apesar de a Grécia não ter a desigualdade social que vemos no Brasil, eu acho que ambos os países adotaram modelos de urbanização e de governança que enfraqueceram o sentido de público, fazendo com que os direitos sociais (educação e saúde públicas de qualidade, por exemplo) fossem atrofiados. Assim, enquanto o espaço público estava sendo embelezado cosmeticamente com vista à realização desses megaeventos, os serviços públicos, pelo menos no caso da Grécia, estavam perdendo a qualidade. Os resultados dessa negligência foram dramáticos para o país. Antes da crise, esses serviços públicos não eram valorizados pela classe média grega, que optava por



(acima)

Imagem 6:
Manifestação
contra os Jogos
Tóquio 2020 em
frente ao edifício
da empresa Mitsui,
responsável pela
construção do
estádio olímpico.
Cortesia:
Hangorin No Kai.

(abaixo)

Imagem 7:
Encontro de
lideranças dos
movimentos
antiolímpicos do
Brasil, Coreia
do Sul e Japão.
Cortesia:
Hangorin No Kai.

acessar os serviços privados. Hoje, essa classe média, que forma a maioria da população de Atenas, está em crise e se vê em uma cidade onde os serviços básicos como saúde, educação e transporte público estão deteriorados por conta do descaso que ela mesma apoiou. A cidade se volta contra ela, e os atenienses hoje se arrependem dos enormes investimentos feitos para as Olimpíadas. No Rio, a situação é mais complexa e é natural que a atenção dos pesquisadores internacionais esteja no impacto negativo dos Jogos para as favelas e comunidades de baixa renda. Esse ponto não deve ser negligenciado, mas é igualmente importante observarmos a prioridade dada ao privado, como no caso da criação de parcerias público-privadas para a realização das intervenções urbanas ligadas à realização dos Jogos. A atual crise no Brasil pode atrasar os lucros pretendidos, mas é difícil ser otimista quando a lógica dessas intervenções está pau-

tada no lucro dos investidores. Essas obras realizadas no Rio, como o projeto Porto Maravilha, correm o risco de não cumprir com os objetivos dos seus promotores, pois os investimentos privados estão custando a chegar. É difícil prevermos o futuro da zona portuária. Em Atenas, por exemplo, o setor litorâneo de Faliron foi revitalizado para a realização dos Jogos e abandonado logo em seguida. Hoje, todo o investimento feito está se degradando porque a prefeitura não tem condições de manter as estruturas e os investimentos privados não chegaram. Talvez no caso carioca os desdobramentos sejam diferentes, mas eu gostaria apenas de frisar que projetos de revitalização são uma caixa de surpresas e a imprevisibilidade é uma constante.

JM: E sobre os Jogos Tóquio 2020, você já consegue identificar como o dissenso está se manifestando?

JT: Nesse momento, existe um forte movimento antiolímpico contra os Jogos Tóquio 2020. Os protestos possuem diferentes motivações que vão da remoção de moradores sem teto do Parque Meiji – onde o estádio olímpico está sendo construído – à demolição de um conjunto habitacional para idosos,⁴ e preocupações quanto ao esvaziamento de investimentos para a região de Tohoku, que sofreu consecutivos desastres entre 2011 e 2013.⁵ Uma coalizão de ativistas denominada Hangorin No Kai (Não às Olimpíadas 2020, em tradução livre) tem organizado

inúmeros protestos que incluem uma diversificada gama de táticas criativas, como ações performáticas e de design, alinhadas àquelas dos movimentos antiglobalização contemporâneos. Os manifestantes do movimento antiolímpico de Tóquio 2020 têm promovido aquilo que Charles Tilly denominou de

⁴ Trata-se do conjunto habitacional Kasumigaoka, no entorno das obras do novo estádio olímpico de Tóquio. O curioso nesse caso é que as famílias residentes estão passando por um segundo processo de remoção: o primeiro aconteceu em 1963, quando foram desalojadas de suas casas para a construção do antigo estádio olímpico, construído para os Jogos Tóquio 1964, e realocadas no conjunto Kasumigaoka.

⁵ O terremoto e o tsunami de março de 2011, que mataram cerca de 20 mil pessoas, e o acidente nuclear da usina de Fukushima, que desalojou 230 mil pessoas.

“repertórios de contenção”⁶ que incluem a realização de festivais, piqueniques, simpósios e competições de design. Suas táticas possuem uma natureza não verbal e afetiva, evocando o humor e expressões corporais. Eles lançam mão de máscaras e adereços e durante os protestos os manifestantes dançam e cantam. Esse tipo de protesto tem chamado atenção dos movimentos altermundialistas. David Graeber,⁷ por exemplo, enxerga nessas manifestações uma nova linguagem de desobediência civil, que combina ele-

6 TILLY, Charles. *The Politics of Collective Violence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

7 Antropólogo anarquista estadunidense radicado na Inglaterra. Participou ativamente do movimento *Occupy Wall Street*. Seu livro mais conhecido é *Debt: the first 5000 years* (Melville House, 2011).

mentos do teatro de rua e que tem suas origens no zapatismo e em outros movimentos sociais dos países do sul global. Esse tipo de ação ganhou evidência a partir dos protestos em Seattle de 1999 contra a cúpula da Organização Mundial do Comércio e, mais recentemente, reapareceu no movimento *Occupy* de Nova Iorque e de outras cidades. Simon Critchley ressalta as diferenças entre os protestos mais “convencionais”, que são menos humorados, e a nova geração de manifestantes que usa sua posição mais frágil para expor os poderosos através da ridicularização. Mas o principal nisso é que o objetivo final desses grupos e de suas manifestações experimentais nunca é apenas o protesto em si e sim a construção de novas formas de vivência, que são ao mesmo tempo coletivas e colaborativas. ■

João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro é doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutorando em Estudos Urbanos pela Université du Québec à Montréal (UQAM). Desenvolve pesquisa sobre as transformações da zona portuária do Rio de Janeiro no âmbito do projeto Porto Maravilha. joaocarlosmonteiro@gmail.com

Tradução: **João Carlos Monteiro**
Revisão: **Eduardo Sombini**

Priscilla Oliveira Xavier

1 Criado em 1952 no Rio de Janeiro, o instituto é uma associação civil, sem fins lucrativos ou vínculos partidários, com o objetivo

A apresentação atual, escrita por Felipe Berocan Veiga e Soraya Silveira

Priscilla Oliveira Xavier

é doutora e mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ). Graduada em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ) e Comunicação Social (FACHA).

priscillaxavier@gmail.com

Simões, é loquaz ao discorrer sobre a necessidade e o quilate da reedição. Conduz o leitor à conjuntura política, social e econômica que animou o trabalho de pesquisa, um período de intensas transformações urbanísticas que adaptavam a cidade do Rio de Janeiro a um projeto de integração nacional, com peso na concepção urbanística racional e progressista. Simultaneamente, remontam o estado da arte das pesquisas sobre o urbano, deflagrando por um lado um certo ineditismo do investimento antropológico para produzir compreensões sobre o fenômeno urbano no Rio de Janeiro, e por outro a necessidade de aproximação dos conceitos e metodologias das Ciências Sociais ao campo da Arquitetura e do Urbanismo. A costura da conjuntura, de questões urbanísticas, antropológicas, sociológicas e políticas, mais do que ratificar a relevância do trabalho como um marco nas pesquisas do campo disciplinar da Antropologia Urbana, atualiza o conteúdo e endereça o livro como essencial à formação dos que se dedicam aos fenômenos urbanos, aos que produzem pesquisas nas cidades, aos que fazem pesquisas sobre as cidades e aos que nutrem algum interesse pelo Rio de Janeiro e a dinâmica e história dos seus bairros. Revela ainda que a quarta edição é lançada como uma espécie de acerto de contas, um ajuste moral, reparando equívocos das edições anteriores, cujas fichas catalográficas confundiam créditos institucionais com autorais, além de indexar o livro nas áreas de Renovação Urbana e Planejamento Urbano em vez de Antropologia Urbana.

Percorrendo os estímulos que deram origem ao trabalho, o Catumbi foi tomado como estudo de base, em virtude do diagnóstico do poder público de um modelo urbano obsoleto. Tomando como base relatórios técnicos de urbanistas nacionais e internacionais, a obsolescência fora racionalmente construída como problema e a renovação urbana, como solução. E para avaliar o que estava sendo proposto como renovação urbana, os pesquisadores tomaram a Selva de Pedra como comparativo, caso de controle, por ser um lugar cujas propostas urbanísticas modernas já haviam sido implantadas. Pondo em prática a tradição etnográfica, no trabalho de campo os pesquisadores produziram entrevistas, observação direta e participante, além de registros visuais (mapas, fotos, filmagens), tendo como objetivo iluminar mais do que a materialidade dos espaços, mais do que a transformação física. Tomaram como objetivo a busca dos efeitos das intervenções urbanas. Ousaram avançar com a análise para além do planejamento balizado pelos critérios técnico, urbanístico, administrativo e político. E o resultado do empenho dos pesquisadores foi fazer sobressair os usos dos espaços coletivos,

as pessoas, as relações, os valores, os ritmos, o cotidiano, esquadrinhando as consequências da intervenção urbana.

Na introdução, os pesquisadores apresentam o estudo, primeiramente marcando o objetivo de tratar das formas de apropriação de espaços de usos coletivos, para melhor compreender os processos de desenvolvimento da cidade a partir do bairro do Catumbi. Explicitam no investimento o cunho reflexivo, revendo e criticando o que estava sendo proposto, executado e defendido por planejadores e pelo poder público, e apostam na relativização das concepções e entendimentos sobre o espaço como um diapasão para uma leitura crítica da apropriação e usos dos espaços coletivos no bairro, avaliando os impactos das intervenções na área.

No capítulo intitulado “Primeiros contatos”, descrevendo a chegada a campo, os pesquisadores registram um momento liminar em que o bairro já havia sofrido com uma série de desapropriações e a Associação de Moradores atuava mobilizando a população para conter a derrubada de seus últimos quarteirões. E, ao explorar os limites do bairro, atentam para os efeitos das transformações urbanísticas na experiência e fala dos habitantes. Percebem que os informantes percorrem e descrevem o bairro lançando mão de uma memória, falando das estruturas que já não mais existiam. E tal fenômeno fora tomado pelos pesquisadores como uma espécie de “geografia fantástica”. Dando corpo ao capítulo, passam a etnografar as ruas, associando descrição densa e identificação de comportamentos.

Em “Os trabalhos e os dias”, os pesquisadores passam a estranhar o familiar, a explorar o que todos sabem, mas nem todos dão conta, compondo uma gramática do social, tornando o bairro, os hábitos e as sociabilidades inteligíveis. Para tal, investigam como os moradores do Catumbi classificam os espaços. E combinam um sistema de espaços, um sistema de valores e um sistema de atividades para criar contextos nos quais papéis podem ser desempenhados. Com efeito, chegam na diversidade do bairro e a exploram como princípio estrutural para as relações sociais.

No capítulo seguinte, exploram o “Caso de controle: a ‘Selva de Pedra’”. Sob a hipótese da diferença oposicional em relação aos processos de apropriação dos espaços de uso coletivo, pontuam que, o que era espontâneo no Catumbi, na Selva de Pedra era planejado. Descrevem a forma, os objetivos e os usos dos espaços na intervenção racionalizadora, apontando o objetivo social de produzir “condições razoáveis” no projeto que previa o adensamento de uma área com a construção de um conjunto de edifícios. Pro-

blematizam a ambivalência da “vida comunitária” na fala dos moradores, que negam a denominação “conjunto” para falar da “Selva de Pedra” e que recorrem à concepção estratégica da homogeneidade acionada por critérios de classe social, diluída em filtros como renda, instrução, lazer e/ou categoria profissional. E a homogeneidade da “vida comunitária” em um espaço “selecionado” revela questões problemáticas na desintegração do conjunto com o bairro, exposta pelos informantes da Selva de Pedra nas preocupações com a violência, segurança e privacidade. A desintegração, sintomatizada em acusações e suspeitas, chega a produzir, alimentar e direcionar um estigma aos habitantes do conjunto vizinho, a Cruzada São Sebastião², abordada na dualidade pobres e ricos, seguindo o foco nos usos dos espaços comuns, dos logradouros públicos.

Na “Conclusão: rua ou ‘Selva de Pedra’?”, as modalidades de apropriação dos espaços de uso comum são postas lado a lado, o Catumbi como “o mundo da rua” e o caso de controle como “Selva de Pedra”, para estabelecer conclusões gerais que desmistificam a cidade funcional. Antes da condenação completa de um modelo ou outro, a pesquisa abre caminho para um dilema acionado pela oposição entre a tradição e a modernidade. E se desvencilha de uma formulação simplista e maniqueísta, ou de uma sentença conclusiva, ao exaltar o complexo e o diverso e a união da forma e da essência dos espaços correspondentes aos sentidos conferidos pela sociedade e pela cultura.

Sem esquiva, a pesquisa reverbera como uma crítica ao planejamento que exaltava o racionalismo, assumia o utopismo, mas não raro menospreza as vivências, as tramas culturais, históricas e afetivas que tecem os sentidos do urbano. E, dando clareza à orientação crítica, na conclusão uma frase sintetiza o que pulsa em todo o trabalho: “O mundo das prá-

ticas cotidianas tem desafiado abertamente a paixão racionalista” (p.164).

O relatório é virtuoso do ponto de vista metodológico, incitando e valorizando abordagens qualitativas, densas, atentas à dimensão simbólica, com sólidas referências do fazer antropológico e abertura para o diálogo não hierárquico entre diferentes saberes, do científico ao popular. No detalhe que faz a diferença, o trabalho incorpora não apenas fotografias, como representação falaciosa do real, mas também desenhos e mapas, conferindo o devido crédito às subjetividades que atravessam a representação dos espaços.

Em acréscimo à robustez metodológica, é preciso destacar que se trata de um trabalho fecundo no que tange às possibilidades de compreensões acerca da atualização de práticas e discursos urbanísticos. Uma leitura providencial, cujo teor crítico se desdobra em questões complexas perpassando a conjuntura política e econômica e as práticas cotidianas, que, traduzido para termos atuais, diz respeito aos impactos das tendências globais no local.

Com o neoliberalismo informando as mudanças nos ritmos, relações, estruturas e funções das cidades, a quarta edição do *Quando a rua vira casa* chega ao público leitor com a pompa de um clássico. Um clássico não no sentido de algo velho, mas, sim, no sentido de algo pertinente em qualquer tempo. Guardadas as especificidades, ter em mãos uma abordagem qualitativa dos efeitos da modernização de um bairro da cidade do Rio de Janeiro favorece compreensões sobre os impactos das transformações das cidades que acatam as tendências globais. A renovação urbana de lugares justificada pela defasagem de um modelo urbano, apresentada como estímulo para a produção da pesquisa no Catumbi, ilumina na atualidade os disseminados projetos de revitalização como solução para áreas diagnosticadas como degradadas estrutural, social e economicamente. E até o acusado “pouco caso” do poder público com a cultura, história e vivências dos moradores dos locais que “carecem” de uma renovação urbana pode ser sugerido como que um ato de anuência para o que na atualidade se problematiza como gentrificação.

Ao passar a limpo a modernização da cidade que obedecia a uma gramática científica e progressista, o estudo de caso apresentado no livro registra um momento da cidade, exhibe um tipo de análise de Antropologia Urbana e fomenta a complexificação de questões relacionadas com a produção do urbano, que permanecem na ordem do dia, tornando-se uma leitura obrigatória e extremamente agradável, que inspira perspectivas do urbano em geral e do Rio de Janeiro em particular. ■

2 Conjunto Habitacional fundado por Dom Hélder Câmara, no ensejo do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, a partir da proposta de integrar os moradores de favela a padrões urbanos. No bairro do Leblon, dez prédios de sete andares foram construídos para receber as famílias despejadas da favela da Praia do Pinto e da Ilha das Dragas. Soraya Silveira Simões produziu um vigoroso trabalho sobre a Cruzada São Sebastião que dialoga com o estudo da Selva de Pedra por recuperar as tensões que estimulam a desintegração do bairro e pela orientação etnográfica. No trabalho Soraya Simões foca na moradia e no cotidiano para analisar as implicações sociais, urbanísticas, políticas, econômicas e morais da inscrição de uma população egressa de assentamentos precários. SIMÕES, Soraya Silveira. *Cruzada São Sebastião do Leblon: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF/ ICHF/ PPGA, 2008.

Eduardo Miranda Silva

A eletricidade dos corpos contra a eletricidade do capitalismo

Na ressaca do pós-Cinema Novo, não faltaram, nas fileiras da crítica em jornais e revistas e na academia, detratores que apontassem os cacoetes de cineastas de classe média na abordagem do que se entende como “povo”, “operário”, “trabalhador”. Na perspectiva do que se poderia entender por direita, o dramaturgo Nelson Rodrigues afirmou que Glauber Rocha finalmente evidenciou, em *Terra em transe* (1967), que o então ente sagrado povo é “débil mental”; que, quando a ele é dado o poder de fala, ele apenas se expressa em uma “pausa ensurdecadora”. No diapasão da crítica da esquerda empenhada em reformular o olhar do cineasta sobre o denominado “povo”, o crítico e professor da USP Jean-Claude Bernardet constatou que era preciso avançar em relação à perspectiva ingênua do cinema sobre o operário e utilizou como exemplo negativo *Cinco vezes favela* (1962). Sintomaticamente, quase cinquenta anos depois, Cacá Diegues, autor de um dos episódios do filme, decidiu promover e produzir a visada da juventude periférica sobre ela mesma em *5X favela – agora por nós mesmos* (2010).

Ainda na esteira das últimas décadas de transformação nas ciências humanas e sociais, o cinema mundial – no âmbito da produção mais artística, preocupada com questões culturais – sentiu o impacto da transição da macropolítica para a micropolítica, do olhar distanciado da História cedendo espaço à aproximação antropológica entre o que se convencionou chamar de sujeito e objeto (nesse caso, cineasta e filmado). No Brasil, a virada antropológica pode ser observada no documentário *Cabra marcado para morrer* (1964, 1984), realizado em um período de vinte anos e que traz a marca das mudanças no fazer fílmico. O diretor Eduardo Coutinho, como narra Bernardet no livro *Cineastas e imagens do povo*, parte de uma concepção sociológica, quando inicia o filme nos anos 1960 e decide, já nos anos 1980, quando finaliza o filme, aproximar-se “perigosamente” dos filmados, entender de modo menos “esquemático” as questões familiares de um tema essencialmente político, o das Ligas Camponesas na ditadura militar do Brasil.

Ao mesmo tempo, esses mesmos anos 1960 assistiram, no campo cinematográfico, ao surgimento de câmeras

Eduardo Miranda Silva

é jornalista, mestre em Comunicação Social e doutor em Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela PUC-Rio.

edumirando@gmail.com

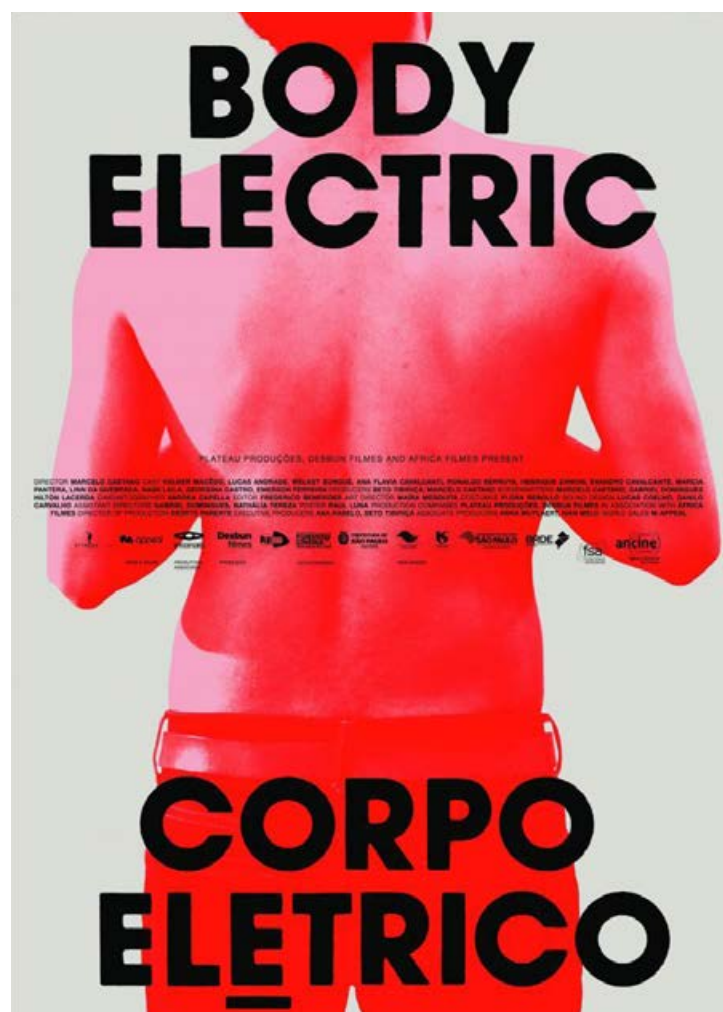


Figura 2

mais leves que permitiram aos cineastas tirar o mofo dos estúdios de seus filmes e ouvir, com equipamentos mais portáteis, a voz das ruas, deixando para trás uma noção da alteridade fabricada nas rodas intelectuais da classe média.

Contudo, a ascensão das vozes minoritárias colocou em terreno instável o lugar do cineasta de classe média que era tido como intelectual das artes. Embora a teórica indiana Gayatri Spivak tenha questionado a possibilidade de o subalterno falar e respondido de forma negativa, a pergunta ganhou força nas últimas décadas e se tornou um grande mal-estar para o narrador. Nesse sentido, a produção cinematográfica brasileira do final dos anos 1990 e ao longo dos 2000 – sobretudo a de documentários – se furtou da temática social e operária e preferiu se olhar diante do espelho. É considerável no panorama da produção recente o número de filmes que chegaram ao circuito e nos quais o cineasta de classe média olha para si, para suas questões de classe, sem emitir opiniões ou juízo de valor, para seus familiares e até mesmo para a linguagem cinematográfica, mas se exime de retratar o outro de classe. *Um passaporte húngaro* (2001), 33

(2002) e *Jogo de cena* (2007) são alguns dos filmes gerados por esse recuo do cineasta sobre a temática social da alteridade.

Cabe um último preâmbulo do “estado das coisas” antes de chegarmos a *Corpo elétrico* (2017). No que se refere à mudança macropolítica para a micropolítica, do poder do discurso político para o poder político dos corpos, pelo menos dois renomados críticos relatam a dita transição. O professor Ismail Xavier, da USP, lembra o quanto o melodrama como gênero vem servindo ao avanço do capitalismo na intenção de fornecer balizas para que o espectador “encontre um mundo em que ainda tem espaço para reconciliações” (XAVIER, 2009: 177), e não o das propostas de ruptura de estruturas, e cita o filme francês *As invasões bárbaras* (2003), no qual um professor de História, no leito de morte, faz uma retrospectiva de seus dramas familiares e não de seu papel nas esquerdas. Por sua vez, José Carlos Avellar se debruça, em seu último livro, *Pai país, mãe pátria* (2016), sobre o indivíduo e sobre as relações familiares do cinema brasileiro contemporâneo que estiveram desfocados nas décadas anteriores, quando a cena política e os conflitos sociais ocuparam o primeiro plano. No campo teórico, é o equivalente ao que a argentina Beatriz Sarlo chamou de “guinada subjetiva”, ao afirmar que, na produção editorial das narrativas sobre a ditadura militar daquele país, “a identidade dos sujeitos voltou a tomar o lugar ocupado, nos anos 1960, pelas estruturas” (SARLO, 2007: 18).

Nesse sentido, ao tornar ambíguo o corpo do qual fala em *Corpo elétrico*, o diretor Marcelo Caetano toca na ferida da produção artística e força o encontro de estruturas e sujeitos, do capitalismo, como grande narrativa que foi nas últimas décadas, ao encontro e de encontro aos corpos como resistência de uma microrrevolução. Pelos cartazes e fotos para divulgar o filme, pelo elenco, que inclui MC Linn da Quebrada e Márcia Pantera, e pela urgência da agenda LGBT, tudo leva a crer que estamos diante apenas de um filme com questões referentes a sexualidade e gênero. Contudo, a segunda camada do longa-metragem torna patente também a relação do corpo-máquina que não pode parar de produzir quando submetido à engrenagem do capitalismo. Por isso, a micropolítica dos corpos gays se choca com a macropolítica do trabalho, e a sexualidade se faz primeiro subterfúgio e, depois, resistência ao império do corpo-máquina apenas para servir à economia do dinheiro e não ao prazer.

Numa das cenas que mais vem sendo destacada pela crítica por seu simbólico plano-sequência (Figura 3), entre alguns dos motivos, o filme, roteirizado por Marcelo Caetano, Hilton Lacerda e Gabriel Do-



Figura 3

mingues, mostra em quadro aberto algo que remonta aos primórdios do cinema, a *Saída dos operários da fábrica Lumière*¹, de 1895, na França. Aqui, contudo, mais de 120 anos depois, o imprevisto da direção deixa entrever toda a carga apreendida pelas ciências humanas e sociais na representação da imagem e do discurso da alteridade. Onde imperou o silêncio dos trabalhadores – no cinema mudo dos irmãos Lumière – ou a fala irreal e moralizante do proletário – em filmes como *Cinco Vezes Favela* –, agora aparece o trabalhador heterogêneo. Muito embora a cena de *Corpo elétrico* reúna personagens tão diversos, como o gay negro da periferia que reclama um cigarro de maconha, o evangélico, a mulher negra mãe de família, o imigrante de Guiné-Bissau e o protagonista Elias, gay, branco, vindo da Paraíba para São Paulo para trabalhar como assistente da estilista da fábrica, ela representa a classe operária, com toda a sua heterogeneidade, mas ainda assim como classe.

Em entrevistas recentes para divulgar o longa-metragem, Marcelo Caetano tem chamado a atenção para a abertura ao imprevisto dos atores, durante as filmagens, em detrimento de um roteiro pré-concebido, o que nos remete, novamente, à ascensão das vozes das ruas nos anos 1960, quando o cinema documentário passou a utilizar equipamentos mais leves. A opção por filmar de acordo com os preceitos do documentário, mais aberto ao acaso do que

a ficção, também permitiu ao diretor, segundo ele mesmo narra em entrevistas e encontros para debater o filme, ouvir o vocabulário real das fábricas e as gírias de gays, travestis e transexuais. O resultado, naturalmente, é bem mais complexo, mais errante e menos retilíneo que aquele que o cinema brasileiro de outros momentos almejou levar às telas. Com *Corpo elétrico*, o cinema brasileiro contemporâneo parece admitir que não pode dar respostas homogêneas sobre quem é o trabalhador. Assim ocorre, por exemplo, na cena em que os personagens cantam o pagode “Marrom Bombom”, do grupo Os Morenos, dentro de um ônibus. A cena é banal, porém marcante e com a forte sinalização para o narrador intelectual de que o proletariado não responderá mais às suas expectativas como o cineasta quer que elas sejam respondidas.

O que importa destacar ainda é que *Corpo elétrico*, embora possa ser interpretado por boa parte do público apenas como filme LGBT, não prescinde das relações de classe. Corpo e estrutura, grandes narrativas outrora de salvação e o prazer sem moralidades do sexo gay estão em constantes embates ao longo da narrativa. À rigidez do corpo nas oito ou mais horas diárias de trabalho, Elias responde com o encontro lânguido com outros corpos para o ato sexual, um tempo perdido que não alimentará a engrenagem do sistema. Ao imperativo da vida burguesa e o apregoamento pela formação do núcleo familiar e da fidelidade nas relações amorosas, o protagonista rebate com atos e relatos, encontrando e narrando para seus

¹ Esse filme pode ser visto em https://www.youtube.com/watch?v=fNk_hMK_nQo.

parceiros sexuais do presente o prazer da cama com os passados e suas prospecções para conquistas futuras. Elias, por fim, se depara com lógicas moralizantes de seu superior no trabalho, quando esse questiona as relações que o protagonista vem mantendo com algumas pessoas dali. É aqui que podemos observar que as questões macro e micropolíticas estão imbricadas e indissociáveis, no momento em que o preconceito de classe – a do trabalho e a do trabalhador menos importante na linha de produção – se alia ao preconceito de cor e de gênero e sexualidade, pois temos conhecimento como espectadores de que a cena se dá após os encontros íntimos de Elias com Wellington, um funcionário negro, gay e que participa de uma atividade supostamente menos importante no universo da fábrica. A reação de Elias emula a do personagem Bartleby, o escrivão, de Herman Melville. Contudo, enquanto a reação de Bartleby às demandas de seu escritório de trabalho é reticente – “eu preferiria não fazer” –, Elias encerra sua jornada mais assertivo quanto ao seu desligamento daquele mundo antigo. À pergunta do amigo e ex-namorado “você não tem que trabalhar amanhã?”, o protagonista responde: “Ah, tenho, mas não vou, não”. ■

REFERÊNCIAS

- BERNARDET, Jean-Claude. **Cineastas e imagens do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- XAVIER, Ismail. **Encontros**: Ismail Xavier. MENDES, Adilson (org.). Rio de Janeiro: Azougue, 2009.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Corpo Elétrico

(Brasil, 2017, 94 minutos)

Direção: Marcelo Caetano

Roteiro: Marcelo Caetano, Hilton Lacerda e Gabriel Domingues

Elenco: Kelner Macêdo, Lucas Andrade, Welket Bungué, Ana Flavia Cavalcanti, Ronaldo Serruya, Márcia Pantera, MC Linn da Quebrada, Henrique Zanoni

Giovana Zimmermann

Para escutar a cidade

O processo criativo de uma obra de arte tem tanta importância quanto a obra em si, embora o que fique visível seja o produto final. A escritura desse texto é uma oportunidade para compartilhar minhas motivações para o projeto da obra de arte pública intitulada “Para escutar a cidade”, instalada no edifício CEU, localizado no balneário do Estreito, bairro continental da cidade de Florianópolis (SC).

A inserção de obras de arte no espaço público é uma tática para humanizar a cidade; contudo, nem sempre foi assim, visto que essa inserção teve inúmeras funções ao longo da história. A Escola de Amsterdã, a Bauhaus, e a escola russa foram de extrema relevância para estimular as intervenções artísticas urbanas. Em 1917, o Construtivismo Russo, com o lema “Arte na Rua”, impulsionou a unificação das artes na cidade: teatro, música, dança, escultura, pintura e arquitetura (ZIMMERMANN, 2009). Na França, em 1936, foi instalado o primeiro projeto financiado pela Lei 1% *artistique*, a

qual designava que, para cada construção de escola ou universidade financiada pelo Estado, 1% era destinado à realização de uma obra de arte integrada no projeto arquitetônico. Em 1978, foi a vez de Chicago, nos Estados Unidos da América, que aprovou um decreto estipulando que uma porcentagem dos custos de construção de edifícios públicos fosse dedicada a comissionar ou adquirir obras de arte pública. Nos anos 1980, houve um novo e forte impulso das políticas públicas culturais na direção da arte no espaço urbano, especialmente em cidades europeias e nos Estados Unidos. No Brasil, o município de Recife saiu na frente com a Lei nº 14.348/1981, que serviu como modelo para a Lei municipal de Florianópolis nº 3255/89, onde atuo desde 1999.

Interagindo no âmbito público, senti necessidade de buscar maior conhecimento dos autores do Urbanismo. Nessa busca, ingressei no Mestrado de Arquitetura e Urbanismo e História da Cidade e prossegui no doutorado, investigando a cidade na

De uma cidade não aproveitamos as suas sete ou setenta maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.

- Ítalo Calvino, 1972

Giovana Zimmermann

é artista plástica e pesquisadora, com especialização em Linguagem Plástica Contemporânea, mestrado em Arquitetura e Urbanismo e História da Cidade (UFSC), doutorado em Literatura e pós-doutorado em Planejamento Urbano Regional (UFRJ). É autora do livro *Rio de Janeiro e Paris: a juventude apache do cinema na periferia*, além de obras de audiovisual e de arte urbana, realizadas no Brasil e no exterior.



Literatura, ambos cursados na Universidade Federal de Santa Catarina. A obra de arte pública “Para escutar a cidade”, de 2017, foi o meu último projeto aprovado pela Lei Complementar nº 482/2014, de Florianópolis.

Quando desenvolvo uma obra de arte para a cidade, preciso ter a consciência de tratar-se de um sonho privado realizado em um espaço público. Essa postura me faz entender que, mesmo que a obra tenha um autor, ela será entregue para a cidade; portanto, sua simples presença faz uma conversa com esse público, e isso demanda responsabilidade com aquilo que será dito. O exercício de elaborar uma obra de arte inserida em uma arquitetura precisa conversar também com as outras linguagens (arquitetura, paisagismo e iluminação), sem, no entanto, perder de vista sua relação com o passante, com o conceito que se quer empreender. Sempre que possível, invisto na promoção e na valorização da sociabilidade, criando mobiliários urbanos lúdicos e espaços de convivência. Nessa última obra, porém, minha aposta foi a de ressaltar a necessidade da escuta do urbano. Mas o que quero dizer com esse apelo que é escutar a cidade? Não me refiro ao som urbano, esse que quase sempre produz ruídos estressantes. Já que a cidade é campo de poder (como diria Pierre Bourdieu), palco de disputas, escutar a cidade é entender que ela se faz de heterogeneidade, e, de uma vez por todas, entender que o egoísmo e a intolerância não devem ter espaço no urbano. Conforme sugere o seu título, a obra busca promover a reflexão sobre a importância da sociabilidade, ou, no limite, refletir sobre a pergunta: como viver juntos? Essa foi a questão temática da 27ª Bienal de São Pau-

lo, cujo título foi tomado emprestado dos cursos de Roland Barthes, no Collège de France, ministrados entre 1976 e 1977, e que foi escolhido para abordar uma das questões mais prementes da vida pública, isto é: como estabelecer uma base de comunicação viável entre grupos e nações que se escutam cada vez menos?

Outros pensadores também se debruçaram sobre esse tema, com destaque para Charles Dickens, Honore de Balzac, Emile Zola, Victor Hugo, Edgar Allan Poe, Charles Baudelaire e Walter Benjamin, que escreveram sobre a formação da cidade industrial e a crença de ser o outro um

perigo urbano, o diferente, o estrangeiro. Ele é nosso vizinho, nosso igual; mas é também o forasteiro, o que faz as coisas de modo distinto, tem a pele de cor diferente e fala outra língua, tem outra religião.

Em seu livro *A cidade das palavras* (2008), Alberto Manguel resalta que somos animais gregários, condenados ou abençoados pela obrigação de viver juntos. Em *As tabuletas de Gilgamesh*, o autor apresenta a análise de um poema épico, que promove o encontro do rei injusto Gilgamesh com o homem selvagem ingênuo Enekidu, na cidade de Uruk, acreditando que o poema contém uma lição sobre o respeito ao diferente, em que o outro torna possível nossa existência.

A questão, para Manguel, não aponta para alternativa; ao contrário, ele quer perscrutar algumas possíveis glórias e desgraças dessa nossa condição, as quais, segundo ele, foram traduzidas em palavras, no esforço de imaginar a vida em comum na cidade. E sugere, ainda, que escutemos os visionários, os poetas, os romancistas, os ensaístas e os cineastas, porque eles redigiram, sonharam e contaram histórias sobre a vida nas cidades, e essas “histórias são artes complementares que dão voz a nossa percepção da realidade e podem nos servir como conhecimento vicário, transmissão de memórias, instrução ou advertência” (MANGUEL, 2008, p. 19).

Entrar em contato com esses autores e suas narrativas estimula nossa percepção da realidade, e, nessa medida, podemos dizer que, se a linguagem não cria corpos reais, estimula nosso imaginário para criarmos em outras linguagens, como a escultura, por exemplo. Assim, a obra de arte “Para escutar a cidade” é composta por um objeto escultórico, que sugere um

estetoscópio para, literalmente, auscultar a polifonia da cidade, ou cornetas para nela se manifestar. O que se extrai dessa escuta deve ser o respeito às diferenças, a valorização do multiculturalismo/interculturalismo, que só pode acontecer com a aceitação das diferenças.

Executada em aço polido e luminária em formato de diamante, a escultura funciona como uma alegoria para despertar a atenção do passante. A obra espelha o texto gravado na pedra, cuja textura se assemelha a uma peça arqueológica, ornamentada pela repetição da frase-título em diversos idiomas, entre os quais: árabe, espanhol, francês, chinês, italiano, japonês, tailandês, vietnamita, persa, português, macedônio e, até, o esperanto.



para escutar a cidade pour écouter la ville للاستماع إلى المدينة e
ho'olohe i ke kūlanakauhale 街を聞くには auf die stad hören
ከተማውን ለማዳመጥ ነው to listen to the city om na die stad te
luister ܠܬܝܠܥܝܬ ܠܥܝܪ ܬܗܝܬܝܬ ܫܗܪܐ qulaq asmaqhiriari
entzutea για να ακούσετε την πόλη escoltar la ciutat kuunnella
kaupunkia ڀنار ڪه غور وٺي kanggo ngrungkake kutha शहर
एकपयासाठी шаарға угуу да го слушнете градот lati gbo ilu naa
听城市 şehri dinlemek 도시 경청 каланы тыңдау para escuchar
la ciudad per ascoltare la città شہر سننے کے لئے láng nghe
thành phố послухати місто por aŭskulti la urbon शहर सुनु स
asculte oraşul

Ítalo Calvino, em sua obra *As cidades invisíveis* (1972), lembra que uma cidade é como um sonho, mas que os sonhos escondem desejos e medos, porém, mesmo assim, o escritor reitera a necessidade de se escutar a cidade. Por esse motivo, decidi incluir uma citação de Calvino, em destaque na obra:

As cidades também acreditam ser obra do espírito ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade não aproveitamos as suas sete ou setenta maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas (CALVINO, 1990, p.44).

Na obra “Para escutar a cidade”, evoco, por meio do título, tanto um desejo como um sonho. O estímulo a projetá-la veio não só dos autores da História

da Cidade que frequentei por todos esses anos, mas também do conceito de “generosidade urbana”, empregado no projeto do edifício, e que pode ser associado aos argumentos que mencionei mais acima. As mudanças de paradigma surgem quando ousamos, sonhamos, imaginamos, inventamos e repetimos, nos lembra Manguel. Desenvolvido de modo a propiciar experiências de sociabilidade, o projeto arquitetônico e paisagístico conta com espaços de convivência e árvores frutíferas, acessíveis ao público em geral. Uma atitude concreta concedida ao cenário material, mas que contribui para o imaginário das pessoas, para o simbólico de uma cidade mais afetuosa.

REFERÊNCIAS

- CALVINO, Ítalo. **As cidades Invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MANGUEL, Alberto. **A cidade das palavras**: as histórias que contamos para saber quem somos. Trad. Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ZIMERMANN, Giovana. **Arte pública em Florianópolis**: A Praça XV como lugar praticado. Dissertação de Mestrado. UFSC. 2009.
- 27ª Bienal de São Paulo. **Como viver juntos?** Guia. Fundação Bienal, 2006. ■

REALIZAÇÃO



APOIOS

